



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE GESTORES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO
DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM SERGIPE (2000-2015)

JOÃO ROGÉRIO MENEZES DE SANTANA

São Cristóvão (SE)
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE GESTORES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO
DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM SERGIPE (2000-2015)

JOÃO ROGÉRIO MENEZES DE SANTANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Neide Sobral

São Cristóvão (SE)
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S232h Santana, João Rogério Menezes de
História e memória de gestores : políticas públicas de inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação na educação básica em Sergipe (2000-2015) / João Rogério Menezes de Santana; orientadora Maria Neide Sobral. – São Cristóvão, SE, 2019.
136 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Educação básica. 2. Tecnologia educacional. 3. Educação e Estado. 4. Planejamento político. 5. Educação – História - Sergipe. 6. Comunicação e educação. I. Sobral, Maria Neide, orient. II. Título.

CDU 37.018.43:004(813.7)(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



JOÃO ROGÉRIO MENEZES DE SANTANA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE GESTORES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA EM SERGIPE (2000-2015)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 28.02.2019

Prof.^a Dr.^a Maria Neide Sobral (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Josefa Eliana Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Livia de Rezende Cardoso
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares
Universidade Tiradentes/UNIT

Prof. Dr. Luis Paulo Leopoldo Mercado
Universidade Federal de Alagoas/UFAL

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2019

Agradecimentos

Quão é pequena uma lauda para denominar, identificar e demarcar as pessoas em agradecimento por terem de alguma forma contribuído para que eu esteja nesta etapa de formação. Mas não posso deixar de expressar por escrito à professora doutora Maria Neide Sobral que soube lidar com minhas angústias, desmotivações e descrenças em alguns momentos. Foste a minha energia em tempo de crise.

À Professora Doutora Maria Batista Lima. Você deu-me possibilidades de maiores sonhos e sua realização.

Agradeço a minha mãe Maria Barbosa de Araújo (*in memoriam*). Saiba que a sua benevolência possibilitou minha relação com o mundo do conhecimento e do saber. A Josefa de Souza Araújo por sempre acreditar nas pessoas, e na minha capacidade de restabelecer.

A Maria Menezes de Santana pela vida.

Ao corpo técnico e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da UFS.

À FAPITEC que num dado momento e tempo apoiou-me na manutenção de minhas pesquisas.

Aos meus colegas de trabalho do IFS/Campus Propriá. Vocês me energizaram. Em particular ao meu gerente de Ensino, Leonardo Henrique Bomfim.

Aos Professores doutores: Josefa Eliana Souza; Luis Paulo Leopoldo Mercado e Ronaldo Nunes Linhares, pela colaboração em direcionar-me em minhas reflexões epistêmicas.

A todas as pessoas que dedicam seu tempo ao micropoder de análise deste trabalho.

Ao doutor Paulo Roberto de O. Costa. Sua generosidade e cuidados à minha pessoa permitiram que alçasse flâmulas de vitória e ocupar mais um lugar no pódio.

À Wolney Ramos da Silva, pela generosidade, companhia e compartilhamento de espaços.

A você, que está lendo este trabalho e fará dele extensões do conhecimento disseminando minhas reflexões ou mesmo refutando-as.

Ao criador por trazer-me a esse plano por alguma razão.

RESUMO

As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) têm provocado mudanças significativas em diferentes aspectos da vida contemporânea. Na educação, vem sendo usada para estimular e apoiar os estudos e, mais recentemente, tem sido utilizada em novos modos de ensinar e de aprender. A partir dessa perspectiva, como pedagogo, procurei compreender, do ponto de vista histórico, como tem sido o processo de implementação e funcionamento das políticas públicas de inserção das TDIC na Educação Básica no período de 2000 a 2015 na Rede Estadual de Educação. Para essa compreensão busquei identificar os programas e projetos voltados para a inserção das TDIC à Rede Pública de Educação de Sergipe; descrever os processos de implementação dessas políticas na Secretaria de Estado da Educação (SEED) e analisar os discursos de membros da equipe técnica da SEED, vinculada na Divisão de Tecnologia de Ensino (DITE), em suas rupturas e continuidades. O recorte temporal inicial data com o acordo brasileiro firmado no Fórum Mundial de Educação em Dakar, no ano de 2000 e, no mesmo ano, no Brasil, período em ocorreu a reformulação de projetos como o Programa de Informática na Educação (ProInfo). O recorte final, em 2015, decorre da promulgação da Lei de nº 8.025 de 2015, Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio de 2015-2025, sancionada pelo governo do estado, que tem como metas, a universalização da informática na gestão das escolas pública como instrumento de avanço na qualidade do ensino no estado. Trata-se de uma investigação de história e memória, fundamentada em autores como: Certeau (2015), Bloch (2001), Barros (2010) e Foucault (2010) Halbwachs (1990), Le Goff (1982), Montenegro (2013) dentre outros. A metodologia empregada para a análise dos dados documentais foi a Arqueologia, com base em Foucault (2014a; 2014b; 2010; 1999; 2008). O universo da pesquisa foi a rede estadual de educação de Sergipe. Com a aplicação de 13 questionários à técnicos pedagógicos que atuaram na DITE, destes, 08 é a amostra. Além disso, tratei de enunciados discursivos em leis, programas e projetos que versam sobre o objeto de pesquisa. Análises dos enunciados demonstraram que o Estado de Sergipe tem operado de forma a recepcionar políticas de inclusão de TDIC na educação, mantendo o status de Estado de Direito, porém, a implementação dessas propostas nas falas dos membros da equipe técnica revelou rupturas e descontinuidades na efetivação dessas políticas em seus usos pedagógicos nos NTE. Discursos como aprendizagem coletiva, desestruturação e reestruturação do Estado e de escola fizeram parte do repertório discursivo.

Palavras-chaves: Estado. TDIC. Política Pública de Educação. Discurso. Gestores.

ABSTRACT

Digital information and Communication technologies (TDIC) have caused significant changes in different aspects of contemporary life. In education, it has been used to stimulate and support studies and, more recently, it has been used in new ways of teaching and learning. From this perspective, as a pedagogue, I sought to understand, from a historical point of view, how the process of implementation and functioning of public policies for the insertion of TDIC in basic education has been in the period 2000 to 2015, In the state public education Network. For this understanding, I sought to identify the programs and projects aimed at the insertion of the TDIC to the public education network of Sergipe; Describe the processes of implementation of these policies in the state network of Education of Sergipe SEED and analyze the speeches of members of the SEED technical team, linked in the Division of Teaching Technology (DITE), in their ruptures and continuities. The initial time frame date with the Brazilian agreement signed at the World Forum of Education in Dakar, in 2000 and, in the same year, in Brazil, the period occurred in the reformulation of projects such as the Informatics Program in Education (ProInfo). The final cut, in 2015, stems from the promulgation of the law of No. 8,025 of 2015, State Plan of Education (PEE) for the decennium of 2015-2025, sanctioned by the state Government, who has as goals, the universalization of informatics in the management of public schools as Instrument of advancement in the quality of education in the state. It is an investigation of history and memory, based on authors such as: Certeau (2015), Bloch (2001), Barros (2010) and Foucault (2010) Halbwachs (1990), Le Goff (1982), Montenegro (2013) among others. The methodology used for the analysis of documentary data was archeology, based on Foucault (2014a; 2014b; 2010; 1999; 2008). The research universe was the state education network of Sergipe. With the application of 13 questionnaires to the pedagogical technicians who worked in the DITE, of these, 08 is the sample. In addition, I treated discursive utterances in laws, programs and projects that deal with the object of research. Analysis of the statements showed that the state of Sergipe has operated in order to receive policies for the inclusion of TDIC in education, maintaining the status of rule of law, however, the implementation of these proposals in the statements of the members of the technical team revealed Disruptions and discontinuities in the realization of these policies in their pedagogical uses in the NTE. Discourses such as collective learning, disstructuring and restructuring of the State and school were part of the discursive repertoire.

Key words: State. TDIC. Public policy of education. Speech. Managers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Levantamento de trabalhos afinados ao objeto ou similar a ele.....	18
Quadro 2. Identificação dos sujeitos da pesquisa.	28
Quadro 3. Síntese do PNE (2001-2010).	52
Quadro 4. Síntese do PNE decênio (2014-2024).	55
Quadro 5. Síntese a Educação e Legislação que abarca as TDIC (2000 – 2016).	65
Quadro 6. Número de matrícula Sergipe entre o ano de 2000 e 2015 (rede estadual de ensino).....	73
Quadro 7. Quantitativo de escolas e de computadores na nas escolas da REDE.	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Percentuais a respeito do acesso à banda larga de dados e computador por aluno.	68
Figura 2. Registro da SEED de participação no ProInfo.	82
Figura 3. Propostas de materiais didáticos recebidos pela DITE (softwares para o trabalho com Projeto de integração e Ícones do futuro).	85
Figura 4. Propostas de materiais didáticos recebidos pela DITE (softwares para o trabalho com Projeto de integração e Ícones do futuro).	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de escolas da Educação Básica com acesso à internet (Sergipe).....	76
Gráfico 2. Percentuais sobre condições de implantação de políticas públicas.	102

LISTA DE MAPAS CONCEITUAIS

Mapa conceitual 1. Mapa conceitual sobre Sociedade e Política.....	40
Mapa conceitual 2. Mapa do ProInfo nacional e em Sergipe.	80
Mapa conceitual 3. Estrutura organizacional da SEED.	91
Mapa conceitual 4. Rede de interrelações entre as diretorias, assessorias e serviços da SEED.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJU – Aracaju
ASPLAN – Assessoria de Planejamento
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAE – Centro de Aperfeiçoamento Educacional
CAPE – Centro de Aperfeiçoamento Educacional
CD – Compact Disc
CDI – Comitê para a Democratização da Informática
CF – Constituição Federal
CODIN – Coordenadoria de Informática
DAF – Departamento de Administração e Finanças
DASE – Departamento de Apoio ao Sistema Educacional
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DEA – Diretoria de Educação de Aracaju
DED – Diretoria de Educação
DIES – Departamento de Inspeção Escolar
DITE – Divisão de Tecnologia de Ensino
DR – Diretoria Regional
DRE – Diretoria Regional de Educação
DRH – Diretoria de Recursos Humanos
DVD - Disco Digital Versátil
EaD – Educação a Distância
E-doc- Gestão e elaboração de documentos eletrônicos
EDUCON - Projeto Brasileiro de Informática na Educação
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Para Todos
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFS – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITAUTEC – Empresa brasileira de fabricação de Comercialização de tecnologias, Controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

IUB – Instituto Universal Brasileiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIED - Laboratórios de Informática Educativa

LOGO – Linguagem de Programação

MEC – Ministério da Educação

NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDS – Partido Democrático Social

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEE – Plano Estadual de Educação

PFL – Partido da Frente Liberal

PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNE – Plano Nacional de Educação

PROINESP - Projeto de Informática na Educação Especial

ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PRONINF - Programa Nacional de Informática Educativa

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

DHE – Departamento de Recursos Humanos

SE – Sergipe

SEB – Secretaria de Educação Básica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

Serpro – Serviço de Processamento de Dados

SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe

TCU – Tribunal de Contas da União

TDIC – Tecnologias digitais da informação e comunicação

TIC – Tecnologias da informação e comunicação

UA – Universidade Aberta

UCA – Um Computador por Aluno

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
– acrônimo de (*United Nations Educational, Scientific and Cultural*)

UNIT – Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. ESTADO, PODER, DISCURSO E TDIC: incursões teóricas.	31
1.1. Estado, poder e políticas públicas	31
1.2. Poder, discurso e TDIC.....	41
CAPÍTULO 2. POLÍTICAS DE INSERÇÃO DAS TDIC.	50
2.1 . Na esfera Federal.	50
2.2 . Na esfera Estadual.	72
CAPÍTULO 3. OS DISCURSOS DE GESTORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS. .	94
3.1 . Discursos sobre o Estado e governo na elaboração de políticas pública de inserção das TDIC.....	94
3.2 . Discursos a respeito das políticas públicas de inclusão na educação sergipana.	98
3.3 . Discursos sobre desafio e possibilidades de inclusão das TDIC na Rede Estadual de Educação.	105
3.4 . Discursos sobre a importância de Diretoria e Núcleos na implantação dos Programas e Projetos de inclusão das TDIC.....	112
CONSIDERAÇÕES.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

No século XX, várias foram as inovações tecnológicas que se fizeram presentes, como por exemplo, o surgimento da microeletrônica, do computador e a informática. Foi nas últimas décadas desse século e nas primeiras décadas desse novo milênio que as tecnologias digitais ganharam *corpus* em todos os aspectos da vida social, cultural, econômica e política, e, aos poucos, foi sendo incorporada nas políticas públicas de Educação. Foi a partir dessa incorporação que procurei historiar, a partir de concepções de equipe técnica pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, a efetivação das políticas públicas de educação centradas na inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no período entre 2000 a 2015.

Tecnologias estas compreendidas como sendo as que podem reproduzir sons e imagens, em movimento ou não, por meio de uma combinação de números que nunca perdem a qualidade devido ao seu processamento, a sua rapidez de reprodução, sua capacidade automática de processamento e sua precisão em qualquer escala (LÉVY, 2014).

Os usos das nomenclaturas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) apresentam-se de forma distinta em alguns trabalhos aqui referendados. Com relação ao uso do termo TIC encontrei sustentação nas concepções de Schneider (2011), Lévy (2014) como sendo tecnologias em que a informação era tratada sem processos de interação, em tempo real, entre o locutor e o interlocutor. Foi o rádio, a TV, os jornais impressos e o telegrafo, por exemplo, que as utilizaram. E éramos meros ouvintes, leitores e expectadores. Com relação as TDIC, encontrei em Castells (2017) e Lévy (2014) caracterizadas pelas formas de criação, manejo, utilização e difusão das produções humana em uma linguagem digital que, por sua vez é caracterizada pelo uso de sistema binário que possibilita a “[...] automação de tarefas, as experiências de uso e reconfiguração de aplicações” que resulta em uma nova forma de criar, recriar, utilizar e reutilizar as produções de informações em tempo real. É a partir dessa concepção que utilizo nesta tese a terminologia TDIC.

A escolha dessa temática tem sido oportuna por algumas razões. Minha ligação com o universo da tecnologia, quando pré-adolescente, sempre me instigou as válvulas que faziam os velhos aparelhos de televisão (TV) ficarem iluminados

(internamente) por aquecimento de filamentos, assim também como nos rádios. Havia em casa televisor e rádio com essas tecnologias e os transistores e circuitos integrados estavam em evolução. Embora não tenham chegado comercialmente a todos os domicílios os aparelhos com circuitos eletrônicos na década de 70, do século XX.

Minha curiosidade já era operacionalizada na pré-adolescência, quando, aos 12 anos, comecei a aquisição de revistas experimentais e educativas, como as do Instituto Universal Brasileiro (IUB) (como pessoa curiosa e não como cursista), que me permitiu fazer alguns circuitos eletrônicos e alterar comandos elétricos/eletrônicos em casa.

Como pedagogo, interessando em compreender como as relações se materializam e consolidam na construção do conhecimento, esse mundo tecnológico não poderia estar aquém dessa minha vontade de saber a respeito da constituição dessas tecnologias no âmbito de seus usos da Educação. Nessa trajetória, a gênese de meus estudos com as tecnologias em referência, iniciou-se no Curso de Especialização em Metodologias de Ensino para a Educação Básica, ofertado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), o qual finalizei em 2009. No trabalho de conclusão de curso acima mencionado, teve com um dos objetivos o mapeamento de como as tecnologias se fizeram presentes no Ensino Municipal e como estas foram recepcionadas pelos sujeitos envolvidos no processo (professores e gestores). Para esse mapeamento, utilizei conceitos chave como: cidadania, educação e tecnologias (SANTANA, 2009).

Nesse estudo, pude considerar que a introdução das TIC¹ na educação pública municipal de Aracaju ancorou-se em uma ação de utilização técnica, como a apropriação das ferramentas dos diferentes dispositivos tecnológicos (programas e ou equipamentos complementares, como se fosse um curso de informática comumente disponibilizada pelas escolas de formação técnica). Essas constatações, constam nos Termos de Adesão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a presença quase que exclusivamente o computador (SANTANA, 2009). Essas experiências e estudos me motivaram a compreender particularmente no campo político, de como as políticas de educação de inserção das TDIC se deram na Rede Estadual de Educação de Sergipe.

¹ Utilizo aqui a denominação de TIC utilizada no meu TCC, no ano de 2009, para referenciar os aparatos tecnológicos utilizados na educação para a construção do conhecimento, sem fazer a distinção do analógico ou digital, já existente.

O meu estudo anterior, no campo da educação básica, no Ensino Fundamental, na rede municipal de educação de Aracaju, foi possível compilar referenciais que serviram de base para meu aprofundamento sobre o objeto e consequentemente minhas considerações sobre a inserção dessas tecnologias na referida rede de ensino.

A partir das inquietações originadas no percurso Profissional e acadêmico, as referencias utilizadas no trabalho de conclusão de curso (TCC) também serviram de referência nesta tese ao qual foram acrescidas de trabalhos acadêmicos sobre essa temática em repositórios virtuais como da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o da Universidade Tiradentes (UNIT). A escolha desses repositórios se justifica pela especificidade dessas instituições em neles inserirem resultados de suas pesquisas que abarcam diferentes objetivos e metodologias científicas desenvolvidas nos cursos de mestrado e doutorado na área de educação.

O levantamento dessas fontes é apresentado no quadro 1 (abaixo) em que utilizei de cinco termos de busca: tecnologias digitais, políticas públicas e educação, TDIC e educação, TIC e educação e políticas públicas apresento o quantitativo de produções acadêmicas considerando o interstício entre 2000 a 2015 período de estudo aqui delimitado para este estudo.

Quadro 1. Levantamento de trabalhos afinados ao objeto ou similar a ele.

Termo utilizado na busca	Local de busca	Período da busca	Tipo de documento	
			Dissertação	Teses
Tecnologias digitais	BDTD		139	55
Políticas Pública e educação	BDTD		1.011	365
TDIC e educação	BDTD		8	7
Políticas pública	BDTD		5.220	1.659

Termo utilizado na busca	Local de busca	Período da busca	Tipo de documento	
			Dissertação	Teses
TIC e educação	BDTD	2000 – 2015	425	137
Tecnologias digitais	UFS		32	0
Políticas Pública e educação	UFS		79	39
TDIC e educação	UFS		5	0
Políticas pública	UFS		186	103
TIC e educação	UFS		11	1
Políticas Pública e educação	UNIT		9	0
TDIC e educação	UNIT		0	0
Políticas pública	UNIT		10	0
TIC e educação	UNIT		2	0

Fonte: Elaborado por Santana (2018), a partir dos sítios eletrônicos e do método adotado para captura.

Desse levantamento resultou na seleção de 43 obras acadêmicas utilizadas como referencial entre o nível local e nacional para compor o panorama do que pesquisaram a respeito do objeto no marco temporal aqui delineado. Desses 43 trabalhos acadêmicos 12 têm como objeto de estudo as políticas públicas e as TDIC na educação no Estado de Sergipe (SE). Destaquei o trabalho de Barroso (2012) que fez um estudo do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) em uma unidade escolar no município de Lagarto.

Em relação a Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) encontrei o trabalho de Batista (2012). Neste seu estudo o autor buscou identificar como um, dentre vários

ambientes virtuais de aprendizagem, modelo de tecnologia educacional é adotado pelo docente em sua prática. Não se pretendeu neste estudo transitar pela ação política da implementação da modalidade de Ensino a Distância (EaD). No entanto, esse seu não objetivo me aguçou mais ainda em identificar discursos que possibilite a implementação de uma modalidade de ensino por se tratar de uma política de Estado a partir dos demais referenciais aqui utilizados.

Tendo como objeto de estudo as TIC e o EaD, destaque para o trabalho de Fonseca (2006) que teve significativa relevância a minha proposta de historiar as políticas públicas de inserção das TDIC, quando dentre os seus objetivos foi o de considerar a política como elemento indispensável para a formação de juízo científico a respeito da educação a distância na contemporaneidade.

Em Santos (2008), em sua investigação, analisou um projeto que tem como foco possibilitar a apropriação das tecnologias digitais tanto por parte de professores quanto de alunos através comunidade em rede virtual. Suas análises contribuiriam para ampliar concepções trazidas por Castells e Lévy também utilizadas nesta tese.

A pesquisa de Malheiros (2005) se debruçou sobre as políticas públicas de educação e as TIC em Aracaju. Nesse estudo, verifiquei que há relação intrínseca a minha investigação como estudante do mestrado por considerar que as TIC e, por sua vez, todo o aparato político e tecnológico que as compõe, correlaciona-se com outros pesquisadores que incluíram o PROINFO² como elemento político constituinte de uma educação com qualidade a partir das TIC. Embora esse trabalho tenha tratado da implantação da proposta de inserção das TIC na rede municipal de ensino de Aracaju, não possibilitou que visualizasse nos questionários, discordâncias entre a proposta política do programa e a realidade encontrada nas escolas. Tão somente foram analisados a forma técnica e operacional de implementação a partir da concepção dos sujeitos da pesquisa.

Góis (2005), trabalhou em sua pesquisa com a análise das políticas em relação as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) na Educação Profissional, focou na legislação que direciona a educação nacional através de diretrizes. Essa pesquisa possibilitou um olhar técnico no que concerne a utilização de leis e demais documentos de base legal em uma análise documental. Chamei de olhar técnico

² A forma grafada PROINFO que aparece aqui nesta introdução é o formato que foi usado quando da formulação de sua política pública em 1997, atualmente, com a reformulação de sua proposta ele está grafado ProInfo desde o ano de 2002. É como essa nova grafia que ele é utilizado nesta tese.

porque a especificidade metodológica de seu trabalho foi uma revisão da história política da educação brasileira em que colocou como objeto de análise panoramas políticos, econômico e social em diferentes tempos históricos sem as vozes dos sujeitos de pesquisa.

Em relação a difusão de determinados programas e projetos, o trabalho de Nunes (2012) tratou historicamente da criação da Divisão³ de Tecnologia de Ensino (DITE) no Estado de Sergipe. Tomando como foco a história cultural, a autora se dispôs a descrever o percurso e a trajetória dessa divisão, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEED), como espaço público de difusão das tecnologias nas escolas. A leitura desse trabalho contribuiu para ancorar o meu entendimento desse processo histórico, nos aspectos gerais desse processo em Sergipe. Saliento que seu trabalho teve como marco temporal os anos entre 1994 a 2007 e constitui-se em um trabalho na defesa da DITE como o alicerce de implementação de ações técnicas de inserção das TIC no desenvolvimento de cursos de formação continuada a docentes e técnicos da SEED utilizando de projetos como o ProInfo e outros que relato na minha tese como políticas públicas de inserção das TDIC.

Destaquei também os trabalhos de Silva (2006), no qual discutiu sobre as TIC e o processo de ensino e aprendizagem sob a ótica de Pierre Lévy (2014), e o de Santana (2006), que realizou um estudo sobre o Comitê para a Democratização da Informática em Sergipe (CDI). Essas pesquisas contribuíram para apontar estratégias políticas de democratização de tecnologias digitais na sociedade. Mesmo tendo o foco na inserção empresarial dessas tecnologias, as referidas análises possibilitaram, por exemplo, perceber que os discursos contidos nas propostas políticas podem ser conceituados sob a ótica de uma “crítica da economia política”, na perspectiva de Marx, e que me apropriei do mesmo conceito, mas sob a concepção de Foucault (2010).

Além desses estudos voltados para âmbito das políticas públicas de inserção das tecnologias, verifiquei que outras pesquisas tiveram como foco a formação de professores e as TIC. Nesse sentido, estudiosos como Hinkel (2014), Gonçalves (2005) e Lima (2016) utilizaram-se desse foco nas suas pesquisas.

A pesquisa de Gonçalves (2005), trouxe-me algumas contribuições na

³ Uso em itálico a palavra *Divisão* para fazer menção a sigla DITE. Assim, sempre que eu utilizar a palavra referirei à DITE, da Secretaria de Estado de Educação de Sergipe.

ampliação de conceitos acerca do como compor a história como elemento físico das ações humana em tempo e espaço. Também contribuiu para estabelecer parâmetros de análise acerca de como as políticas de inclusão das TDIC são efetivadas no espaço escolar.

O trabalho de Lima (2016), possibilitou-me entender o papel das TDIC como fonte de ressignificação na prática docente. Ampliando a identificação dessas práticas, consegui identificar estratégias didático-pedagógicas utilizadas pelos docentes na sua prática cotidiana de modo a postular algumas concepções discursivas a esse respeito. Discursos que foram ditos pelos sujeitos objeto de análise nesta tese no capítulo 2.

Nas pesquisas que tem como objeto de análise programa específico como o ProInfo, encontrei a de Conceição (2008) e a de Flores (2015). Esses estudiosos fizeram uma análise da proposta política do governo federal na implantação do ProInfo desde a sua primeira versão em 1997 e, em linhas gerais, analisaram questões como aporte metodológico, técnico financeiro, suas diretrizes e estratégias. Conceição (2008), por sua vez, assinalou que essa proposta fortaleceu, em Sergipe, a política de implantação na rede estadual de ensino. Trouxe aspectos históricos, contudo, seu foco foi na formação docente, o que indica a necessidade de uma análise de discursos gerados pelos envolvidos no processo de implementação das TDIC.

Pesquisas que tiveram como objeto de estudo as políticas públicas de inclusão digital voltadas para pessoas com deficiência, destaquei a de Moresco (2015). Este trabalho contribuiu para ampliar o entendimento acerca de concepções sobre política pública que tem as TDIC como objeto político de inclusão social.

Costa (2013), abraçou estudo que abarca as TIC e a Educação de Jovens e Adultos focando a necessidade de ampliar as concepções políticas postulando que estas são tomadas por ações de forma pontual e não ampla, como também sob uma perspectiva de política social. Seu trabalho encontra em Castells (2017) como uma das propostas políticas que atendem de fato a realidade brasileira se essa política for de Estado para a sociedade e não do mercado globalizado e suas empresas para a sociedade.

As TIC como contribuintes para a uma formação docente, em diferentes áreas de conhecimento, encontrei os trabalhos de Silva (2010), Ferreira (2012) e Oliveira Júnior (2013). Estes encaminharam-me para uma leitura mais aprofundada na busca por identificar estratégias políticas de implementação das TDIC, com base na

legislação vigente, e então fazer paralelos entre as estratégias utilizadas e os discursos políticos neles contidos.

O pesquisador Melo (2016) fez um estudo sobre as lousas digitais no Campus do Instituto Federal de Sergipe (IFS), na cidade de Estância. Sua análise focou sobre o uso dessa tecnologia pelos professores do referido campus. Seu trabalho é importante na medida em que o seu objeto é uma das TDIC que se fazem presente nas políticas de Estado e de governo na escola e suas análises perpassam pela aplicabilidade de projetos educacionais.

Quem também teve a lousa digital como objeto de análise foi Pereira (2015). Sua pesquisa se distanciou da de Melo (2016), quando o primeiro focou o uso desse artefato tecnológico, como elemento formulador de uma cultura em diferentes perfis de sujeitos, ajudando-me a buscar compreender como a política se torna elemento fundante de uma prática discursiva. Distanciei-me da pesquisa de Melo (2016) em relação a metodologia por mim utilizada quando considerei os discursos como fonte de fortalecimento de uma política, e como instrumento de poder.

Já a pesquisa de Melo (2014), sobre o projeto “Um Computador por Aluno-UCA”, discutiu no âmbito da proposta de política pública que inseriu as TDIC, privilegiando a formação continuada dos docentes. Mas, sua maior contribuição foi a concepção de política pública apontada pelo pesquisador e que mereceu ser analisada sob a luz de meus outros referenciais teóricos para então inferir conceitos a respeito de sua conclusão nesse sentido.

Encontrei em Fernandes (2015) estudo comparado entre Brasil e Portugal sobre o ensino superior e as tecnologias digitais. Seu trabalho contribuiu para a análise de técnicas de escolha de material a ser objeto de análise com o foco em TDIC, mais ainda por fazer um estudo comparado entre dois países que tiveram e tem uma íntima relação política.

Ainda em relação ao estudo comparado, Marcon (2015) desvelou o conceito de inclusão digital, adotado nos cursos, identificando as disciplinas que possuem interface com as tecnologias educacionais entre Brasil e Portugal. Neste, a autora trouxe um estudo que indica a necessidade de explicitar o que se chamam de TDIC. Também contribuiu no entendimento acerca de como programas e ou projetos são constituídos no mundo contemporâneo e que tem as TDIC como foco político.

A pesquisa de Sobral e Ramos (2015) preocupou-se com os discursos

pedagógicos de docentes a respeito de processos de integração das TDIC à Educação em Portugal, tomando como base as memórias de docentes de duas instituições de nível superior naquele país. Isto tem proximidade com a minha investigação com a compreensão dessa inserção das tecnologias nos discursos colhidos, analisando-os com base em Foucault, especialmente o lugar institucional ocupado pelos falantes – professores da Universidade Aberta (UA) e da Universidade de Aveiro – que os autorizava a descrever, do ponto de vista histórico, o processo dessa inserção.

Ainda com o foco no docente e as TDIC, Teixeira (2016), em uma direção diferenciada, analisou as experiências de docentes na prática pedagógica com o uso das TDIC. Seu estudo versou sob a prática docente no tocante aos seus usos como fonte de ressignificação enquanto ferramenta didático-pedagógico.

Silva (2016), por sua vez, realizou um estudo comparativo sobre a integração das TIC em Brasil e Espanha, evidenciando aproximações e distanciamentos a respeito das políticas públicas elencadas e o impacto no chão da escola. Sua análise buscou evidenciar o que essas nações têm realizado a partir do Estado e do governo na elaboração e implantação de políticas públicas.

Essa revisão de literatura ampla, porém não exaustiva, possibilitou uma aproximação com o objeto que me propus a estudar, revelando que embora haja muitos estudos a respeito da temática e educação, poucos foram aqueles que se preocuparam com os discursos sobre as políticas públicas de educação voltadas para inserção das TDIC na educação, precisamente na SEED, no que se refere a sua recepção e implementação em nível de gestão.

A descrição das produções acadêmicas apresentadas no início dessa introdução, ainda que não abarque a totalidade das produções acadêmicas a esse respeito e que é objeto de integração nos demais capítulos, trouxeram importantes contributos na problematização de meu objeto de estudo. As análises evidenciaram a necessidade de aprofundar em nível discursivo como essas políticas têm sido implantadas e os movimentos de rupturas e descontinuidades que foram impactando nos processos de gestão das instituições de educação em nível local, que aqui tomei como fundamental área de estudo, a rede estadual de educação de Sergipe.

Dito isto, delineei como questão central dessa pesquisa, do ponto de vista histórico, quais discursos estiveram presentes no processo de implantação de política

de Estado e de governo voltadas para a inserção das TDIC na Rede Estadual de Educação em Sergipe, no período de 2000 a 2015?

Como questões norteadoras apresento: Quais os programas e projetos voltados para a inserção das TDIC e foram se efetivando na rede no período assinalado? Quais os enunciados discursivos de membros da equipe técnica pedagógica sobre esse processo de implantação?

Dessa forma, elaborei a seguinte tese: Os discursos presentes nas políticas públicas de inserção das TDIC na rede estadual de educação e nas falas dos membros da equipe técnica e pedagógica revelam rupturas e discontinuidades na efetivação dessas políticas em seus usos pedagógicos nos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE).

Buscando dar respostas a questão central e norteadoras bem como a defesa da tese descrita, delinee o seguinte objetivo geral: Historiar, a partir dos discursos de gestores e equipe técnica pedagógica, o processo de implantação de política de Estado e de governo voltadas para inserção das TDIC na Rede Estadual de Educação em Sergipe, no período de 2000 a 2015. Delinee, então, os seguintes objetivos específicos: descrever os programas e projetos de inserção das TDIC na rede e analisar os discursos de membros da equipe técnica pedagógica sobre a efetivação dessas políticas. Que identifique nominalmente de profissional.

Foram utilizadas também categorias de análise, além do discurso, o Estado, o governo e o poder especialmente em relação as TDIC. Essas categorias, alinhadas aos objetivos e as questões norteadoras, possibilitaram apontar que na constituição de uma política de educação, voltada para inserção das TDIC, o Estado de Sergipe tem recepcionado e operacionalizado suas políticas a partir das políticas de Estado.

Essas políticas chegaram à rede de educação estadual de Sergipe abrangendo os setenta e cinco (75) municípios sergipanos, distribuídos em dez (10) Diretorias Regionais de Educação (DRE), computando trezentas e quarenta e oito (348) unidades escolares. Essas unidades são gerenciadas pelas DRE que também comportam os NTE.

A proposta governamental então tem sido a de implantar NTE em todas as DRE existentes na rede estadual de educação. Isso quer dizer que todas as microrregiões do estado deverão ser favorecidas pela proposta política de implementação de TDIC na educação pública estadual.

Esses NTE têm sido responsáveis pelas ações pedagógicas como a formação continuada de professores e técnicos pedagógicos para o uso de TDIC em sala de aula com o uso de videoaulas nas distintas áreas de conhecimento, executadas pelos 215 laboratórios de tecnologias educacionais implantados nas escolas da rede estadual de ensino de Sergipe. Até o momento, os NTE estão diretamente responsáveis pelas ações pedagógicas de 149 escolas estaduais.

A análise aprofundada do objeto aqui delineado tem uma intrínseca relação com os sujeitos a partir da sua relação com o Estado. O Estado que tomei como fonte de análise é o Estado Democrático de Direito, conforme descrito na Carta Magna de 1988.

Outro ponto de importância política vital neste trabalho é o discurso contido no Art. 205 da Constituição Federal (CF). Esse tem definido que a educação é um direito de todos os cidadãos e, para isso, deverá a família e o Estado prover tal acesso. Tem como objetivo o de constituir um sujeito capaz de exercer sua cidadania e estar preparado para a utilidade de seus conhecimentos e sua qualificação no trabalho (BRASIL, 1988), reforçado também esse direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Dito isso, essas políticas de Estado são consideradas o elemento norteador para a elaboração e o desenvolvimento de programas e projetos educacionais no país.

A preocupação de debruçar-me sobre os discursos oriundos do Ministério da Educação e Cultura - MEC, no referido período, foi com a propositura de identificar e destacar aqueles que se voltaram para as mídias digitais, considerando que o discurso é elemento singular em relação ao sujeito falante, mas plural em relação ao local de onde se fala (FOUCAULT, 2014b).

Para analisar as categorias aqui delineadas tendo como foco os objetivos e as questões norteadoras e a defesa da tese foi empregado elementos do método arqueológico de Foucault (2014a), método utilizado para as análises das práticas discursivas, práticas essas que não correspondem a uma simples identificação de enunciados. Elas são constituídas de um conjunto de técnicas em que a escolha do que é analisado, considera a interrelação entre o sujeito e o seu local de discurso, como também a interrelação entre os sujeitos e as fontes documentais e do sujeito e as fontes monumentais em que a história reconhece como fontes de pesquisa, e que o autor concebe como uma prática arqueológica do saber.

Prática que consiste em ultrapassar o limite da disciplina na ciência e estabelecer a positividade nas formações discursivas. Prática que busca não o discurso por ele mesmo, mas o discurso a partir de certas regras discursivas (FOUCAULT, 2014a).

Nesse entendimento, o método aqui empregado se justifica pela busca do querer identificar discursos contido em decretos, pareceres, minutas, livros, teses, dissertações, portarias, cartas, planos etc. Também é uma análise de discurso do sujeito. Discurso esse segundo um jogo de regras em que sistematicamente mantem-se o discurso-objeto (FOUCAULT, 1999).

Para aplicação do método de pesquisa a área delimitada foi a rede estadual de educação de Sergipe. Nessa rede apurei 215 laboratórios de tecnologias educacionais implantados nas escolas. Até o momento, os NTE estão diretamente responsáveis pelas ações pedagógicas. Até a finalização desta tese foram homologados 07 NTE nas seguintes DRE: DRE 1, DRE 2, DRE 3, DRE 5, DRE 7, NTE Central instalado na SEED/DITE e outro na Diretoria de Ensino de Aracaju – DEA. Estão em fase de homologação outros três NTE, a saber: DRE 4, DRE 6, DRE 9. (DITE, 2017)

Com relação aos sujeitos da pesquisa, a estes foram encaminhado o questionário, utilizando o modelo eletrônico via *Google Forms*. Esses estão identificados no quadro 2 que se segue. Foram selecionados 23 profissionais que contribuíram para a implantação dessas tecnologias na rede e a amostra foi de 08 profissionais que responderam à pesquisa. Esse universo baseou-se na atuação incontestada de suas participações na implantação dos NTE nas DRE em todo o estado de Sergipe.

Na perspectiva de esclarecer no todo o conceito de Estado, a descrição da SEED e a DITE e a história das TDIC na rede estadual de ensino de Sergipe, organizei essas descrições com a apresentação de mapas conceituais como estratégia metodológica. Para sua construção utilizei o software Cmap Tools⁴. Essa ferramenta metodológica permite a utilização de conectivos que são identificados entre uma unidade conceitual e outra de modo que os pontos sejam interligados criando o conceito. Segundo Moreira (1988), os mapas são apenas diagramas indicando relações entre conceitos, ou entre palavras que usamos para representar conceitos.

⁴ Disponível em: < <https://cmap.ihmc.us/>> Acesso em: 03 de jan. de 2018.

Quadro 2. Identificação dos sujeitos da pesquisa.

Sujeitos da pesquisa				
Nome	Cargo	Setor	Função	Tempo de serviço (anos)
Profissional 05	Coord. De projetos	Serpro	Chefe da divisão de tecnologia	35
Profissional 04	Coord. De projetos	DED/DITE	Técnica pedagógica	21
Profissional 06	Docente	DIT	Professor ministrante	24
Profissional 07	Técnica Pedagógica	SEJA	Coordenadora do TV Escola	21
Profissional 02	Docente	DITE/NTE	Articuladora e Multiplicadora	30
Profissional 03	Diretor Regional	DRE	Gestão	02
Profissional 08	CAEF	SEMED/CAEF	Coordenadora	30
Profissional 01	Docente	DED/DITE	Coordenador	-

Fonte: Elaborado por Santana (2018) a partir de dados coletados no instrumento de coleta.

Na busca por dados contido na DITE programa como “Um Salto para o Futuro” e lista de participantes do projeto (1992-1995), a cópia do primeiro caderno pedagógico da SEED, bem como o número de telessalas, telepostos e de telealunos. Salto para o Futuro tem como proposta debater diferentes tendências no campo da educação e contribuir para a reflexão da prática em sala de aula, utilizando diferentes mídias: TV, telefone, site com publicação eletrônica, fórum e e-mail. As telessalas são

espaços de trabalho de discussão acerca de temáticas compreendidas também como telepostos que tem o aluno o seu foco (BRASIL, sd).

Também digitalizei material de outros projetos como TV Escola, listas de participantes nas ações desse o projeto; documentos que descrevem os moldes de execução das atividades desenvolvidos pelos diversos municípios sergipanos; cronogramas de reuniões dos projetos que envolveram tecnologias em desenvolvimento nos anos 90, do século passado. A TV Escola é um canal de televisão do Ministério da Educação que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. Os principais objetivos da TV Escola são o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, sd).

Além disso, inclui nessa análise ofícios, memorandos e correspondências oficiais da DITE e por ela recepcionados, de forma digitalizada, da mesma forma material de divulgação das atividades da DITE, bem como dos relatórios de viagem de técnicos e professores para formação continuada referente aos projetos em desenvolvimento nos anos de 1989 a 2016. Do período de 2000 a 2015, encontrei ofícios recebidos e expedidos, relatórios de atividades da DITE e termos de compromisso de participantes nos projetos desenvolvidos pela Divisão.

A tese está estruturada da seguinte forma: a introdução contém minhas as motivações, o levantamento bibliográfico, a problemática, os objetivos e a metodologia empregada. O primeiro capítulo é a discussão teórica a respeito de poder, Estado e TDIC. O segundo capítulo são as discussões referentes as políticas públicas de inserção das TDIC, presentes nas políticas de Estado e de governo federal e estadual, bem como as discussões a respeito de programas e ações desses entes federados. O terceiro capítulo descrevi os enunciados de gestores e técnicos pedagógicos a respeito das TDIC na rede estadual de ensino de Sergipe. Na sequência, nas considerações finais, respondo ao problema a pesquisa, do ponto de vista histórico, quais discursos estiveram presentes no processo de implantação de política de Estado e de governo na inserção das TDIC na Rede Estadual de Educação em Sergipe de 2000 a 2015?

Em tese, os discursos políticos mantiveram o não dito na continuidade dos projetos. Na prática, as rupturas e descontinuidades das propostas foram

evidenciados pelos profissionais sujeitos da pesquisa. Esses relataram que tanto as rupturas como também a descontinuidade das ações se dera por motivos, dentre outros, o da não convergência em o discurso de estado e o discurso de governo.

CAPÍTULO 1. ESTADO, PODER, DISCURSO E TDIC: incursões teóricas.

Neste capítulo fiz uma reflexão sobre os meandros da relação entre Estado, governo, poder, discurso acerca das TDIC em uma perspectiva da História e Memória. Articulei noções de Estado e de políticas públicas para subsidiar o processo de implementação das TDIC na rede pública de ensino do Estado de Sergipe, como elementos conceituais importantes para análise do objeto. Essas decisões conceituais me possibilitaram decidir por sobre qual conceito de Estado e de governo tomo como o mais próximo de minha defesa de tese. Além disso, trouxe alguns elementos a epistemologia da pesquisa com base em Foucault, especialmente sobre a análise de discurso que norteia esse estudo.

1.1. Estado, poder e políticas públicas

Na compreensão de Estado e poder, por meio de diferentes discursos e suas correntes teóricas, o discurso de Estado defendido nesta tese é de uma instituição em que a relação entre os poderes que o compõe se dá por meio de participação dos cidadãos na construção de uma sociedade em que seus interesses sejam audíveis por meio de representação social (micropoderes). Essa acepção de Estado só é possível quando da participação livre, e ampla dos cidadãos a escolha de seus representantes em instâncias de poderes de Estado e de governo. Assim, como Foucault (2014c), considero que esse poder existe quando o sujeito é livre, portanto, um Estado democrático de direito conforme preconiza a CF/88.

Souza (2006) informou que as discussões sobre políticas públicas surgem na Europa como área política. Isso porque se iniciou os estudos a respeito das ações desprendidas pelo Estado e sua principal instituição, o governo. E, com esse, as análises a respeito dos porquês se desenvolveria essa ou aquela política de Estado ou de governo. Essa sua concepção é baseada nos estudos de Eastone em 1965, quando concebeu que política pública recebe entradas de partidos, da mídia e de grupos de interesse comum.

Hofling (2001) endossou a concepção histórica de Souza (2006), quando descreveu que a compreensão do que sejam políticas públicas perpassa pela

necessidade de estabelecer vínculos conceituais a respeito de Estado e as políticas que este disponibiliza em um determinado tempo histórico. Ele também reforçou o entendimento acerca do Estado e de governo esclarecida por Chauí (2010), quando destacou que o primeiro se referia ao conjunto de instituições que lhe sustentam, enquanto modelo de realização política por um determinado agente público, neste caso o governo que tem encontrando respaldo no Estado e na sociedade para desenvolver seus interesses e os do próprio Estado. governo como executor de programa e de projetos políticos, também como propositor e executor dessas intenções políticas. Neste caso, suas propostas são de um governo e não de Estado. O que pode significar maior fragilidade de continuidade e maior grau de rupturas nessas propostas.

Vale salientar que o governo, por meio da Assembleia Legislativa, ao fazer propostas políticas à educação essas poderem ser recebidas como políticas de Estado, pois não serão fruto de uma ideia lateral mais sim um movimento de discursos com apreciações e votações que a fazem ter esse escopo.

Refletindo sobre as concepções de Chauí (2010), Souza (2006) e Hofling (2001) em relação à ação governamental de um Estado, considerei que as políticas públicas foram as práticas desenvolvidas pelo governo, em plena ação política por meio dos discursos em defesa de suas ideias de um Estado e sociedade.

A respeito de políticas públicas, foi possível, portanto, agrupá-las em dois grandes blocos políticos: o de Estado e de governo. Nas relações entre sociedade, Estado e governo somente os dois últimos podem de fato constituir políticas públicas. A sociedade pode e deve apresentar propostas com essa finalidade, como pode ser o caso das proposições de políticas públicas voltadas para a inserção das TDIC na educação, mas sua constituição legal somente se efetiva a partir da recepção e reelaboração pelo Estado (governo federal/Câmara de deputados ou estadual/Assembleia) em que ambos discutem e tramitam em seus regimentos internos, votam, e, se aprovada em uma ou na outra casa são editadas como leis para o seu cumprimento, podendo ainda receber outras legislações para sua regulamentação.

Nessa definição de governo, para além de ser aquele detentor de poder arbitral, ele é desenvolvido de forma compartilhada com as bases que lhe dão sustentação (micropoderes, em Foucault). Essa rede de relações seguem um padrão de

elaboração de propostas políticas que levam em seu escopo a descrição, a prescrição e a História. A primeira refere-se a política do povo, para o povo e pelo povo, a segunda considera-se o sim e não como respostas às necessidades de seus subordinados (nação) e a última é o caminhar da sociedade em diversos tempos e espaços que juntos corroboram para uma política democrática.

Essas bases são os poderes de Estado e suas organizações estatais e órgãos que se constituem de poder, inclusive os sociais como a educação (BOBBIO, 2007). Esses poderes em constante engrenagem, conforme descreveu Bobbio (2017, p. 198): “o que conta é o poder esteja de fato, diretamente ou por interposta pessoa, nas mãos do povo, que vigore como “a lei das leis” o princípio da soberania popular”.

O Estado, para aquele além do controle dos sujeitos através do poder segundo Foucault (2014a), terá a liberdade dos sujeitos operacionalizada para além da subjetividade, da identidade e da individualidade, tais movimentos ensejam um caminhar político que não nos prende ao Estado. Estado utiliza-se maquinalmente bem dessa subjetividade, da individualidade e da identidade justamente para demarcar territórios e cercear o cidadão com o discurso da impessoalidade, outra forma de imprimir a subjetividade de suas ações.

Outra concepção de Estado, é descrita por Castells (2017) que tem dito que o Estado tem buscado restabelecer suas relações com os cidadãos e manter sua integridade local a partir de uma prática política de controle inclusive o de finanças, com a política jurídica de impostos e de comercialização de produção para reverter em políticas sociais os recursos oriundos desse controle. Contudo, ele não perdeu o seu poder de regulação dos cidadãos. Isto dito, a definição das políticas aqui foi referente “a nova economia” (CASTELLS, 2017, p.119).

Considerando que esse estudo se fundamentou na concepção de mundo moderno, usei a concepção de Estado como sendo uma instituição política e um aparato administrativo que visa à manutenção da prestação de serviços à sociedade e de seu controle, que, segundo Bobbio (2007; 2017), concebe como sendo uma relação política de simbiótica. É o Estado e o governo utilizando-se de governantes e governados para criar vida em sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas de educação compõem-se parte desse universo, e, em particular, aquelas voltadas para inclusão das TDIC na Educação.

Essa visão pôde ser compreendida melhor em Fernandes (2013), quando

descreveu a maquinaria como parte do processo de educação, já que essa esteve sempre em nossas vidas independentemente de nossas vontades. Descreveu, ainda, que elas não têm sido objetos de controle total, porque estamos em estado de formação social e a industrialização está em plena manifestação.

O Estado, do ponto de vista de Foucault (2008), é algo que existe somente porque existem outros Estados. Ele existe independente da vontade de um Deus, por exemplo. Ele não é uma instituição clérigo ou algo imperial, embora tenha se constituído para atender a uma demanda da sociedade e essa mesma sociedade o formula a partir de outras sociedades.

Não é uma instituição autônoma como geralmente se julgou. Sua autonomia tem se valido do pressuposto ato de governar. Pressuposição porque o Estado é constantemente reconstituído, recompondo-se a partir dos diferentes meios de governança, inicialmente pela economia, depois em razão do crescimento populacional e, por fim, pelas relações de concorrências com os outros Estados.

Esse Estado tem um governante. O governante é aquele que estabelece relação de causa-efeito no sentido de manter a soberania estatal, em outras palavras, busca dar solidez as suas estruturas de modo que elas não sofram uma espécie de movimento tectônico. Que suas camadas (sociais e políticas) mantenham-se em pleno edificar, contudo distante uma da outra (FOUCAULT, 2008).

Para manter essa rigidez hierárquica de manutenção dos poderes internos a ele, o Estado busca manter suas estruturas também a partir de suas relações externas, daí, o nosso princípio de pressuposição ato de governar. Que pode ser descrito como uma “economia política”. Economia essa que se correlaciona com outros poderes dentro e fora do Estado (organização, distribuição e limitação dos poderes numa sociedade) (FOUCAULT, 2008).

O Estado brasileiro tem buscado inserir estudantes brasileiros nesse processo de inovação tecnológica, buscando torná-los capazes de serem usuários e, ao mesmo tempo, potenciais idealizadores de novos produtos tecnológicos.

Essas revoluções tecnológicas têm tido impactos aqui no Brasil, inclusive na educação, e conseqüentemente na sua política interna e externa. E tem constituído um novo cenário social, o que tem contribuído para que o Estado brasileiro constitua fontes legais para recepção e utilização das TDIC.

Uma das legislações de Estado a que fiz referência foi a CF/88. Ela foi

constituída em meio a uma ruptura política e social. Mais adiante retomo essa ruptura.

Na CF/88 evidencia-se em relação à educação e em particular no desenvolvimento do processo educacional mudanças tecnológicas. Em seu Capítulo II, que tratou dos Direitos Sociais, elencando a Educação como um desses direitos no Art. 6º. Tal exposição foi demarcada nesse sentido também na concepção de (PEREIRA, 2008; FERNANDES, 2013).

Na CF/88, nos Art. 23 e 24, delegaram que a educação é objeto de regulação pelos três poderes de Estado (Federal, Estadual e Municipal) e, no Art. 206 permite que ela seja gestada de forma democrática, mesmo que para isso tenha de seguir os ritos legais que regulamentam tal participação democrática.

Para a efetiva constituição democrática na educação, a participação da comunidade por meio de representação social, na tomada de decisões tanto no âmbito da gestão burocrática quanto na gestão didático-pedagógica é uma das práticas de política democrática e de Estado de Direito.

No Art. 22 a C/88, definiu como competência de a União legislar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, através a lei nº 9.394/96, aprovada pelo Congresso nacional e sancionada pela presidência da república. Lei essa que dispõe de 92 artigos que postulam a educação desde a creche até a pós-graduação. Aqui me detive na Educação Básica.

Outro aporte legal que trouxe para análise é a LDB/96, fez fortalecer e dar respaldo legal a CF/88, pelas diretrizes legais que institucionalizou democraticamente a educação pública através de regulações de Estado. Um dos princípios é a democratização da escola e do ensino por meio da gestão. Também possibilitou que essa gestão abranja a formulação de propostas políticas pedagógicas da escola e, conforme determinou a CF/88, a participação da comunidade nos conselhos de representação.

Para o Estado, essa etapa de formação do sujeito compreende a idade entre 04 e 17 anos, gratuita em estabelecimentos oficiais de Ensino, assegurada como um dever do Estado e dividida em: Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 1996).

Quanto ao acesso a matérias, equipamentos e utensílios que tem como objetivo promover melhor aproveitamento pelos educandos a LBD fez as seguintes referências: no Art. 32, parágrafo II, disse que a formação básica deveria ser

garantida, dentre outras especificidades, mediante a compreensão também da tecnologia; no Art. 36, a tecnologia apareceu como instrumento de ampliação do grau de conhecimento através de um currículo que abrange as áreas da linguagem, da ciência da natureza, matemática, ciências humanas, formação técnica Profissional e educação a distância ou presencial mediadas por tecnologias; no Art. 39 da LDB, a tecnologia aparece como elemento integrador na Educação Profissionalizante e tecnológica, com vista ao cumprimento dos objetivos da educação nacional em níveis e modalidades diferentes (BRASIL, 1996).

Em seu art. 214 foi elencado a necessidade de um Plano Nacional de Educação – PNE, de duração decenal com vistas a assegurar a “manutenção e o desenvolvimento do ensino em diferentes níveis, etapas e modalidades []”.

Para isso se faz necessário haver participação dos diversos poderes de Estado e das diferentes esferas federativas. Tais prerrogativas são para a condução da [] [...] promoção humanística, científica e tecnológica do País [...]” (BRASIL, 1988).

Como constituição de Estado, utilizei, então, o conceito de Estado Democrático de Direito. Estado esse postulado na Constituição Federal de 1988, Art. 1º “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]. Sua formação tem sido em razão de lutas contra o despotismo e as políticas totalitárias, conforme definiu Foucault (2008) no de Estado de polícia.

O Estado democrático de direito é a reformulação de todo o conjunto de cerceamento dos cidadãos. opondo-se aos regimes vigentes até a última metade do século XIX.

Esse Estado tem a participação dos cidadãos no que concerne a busca por direitos institucionalizados e que são possíveis de ter o seu devido acesso através dos tribunais que julgam à luz do Direito comum a todos. Mas ainda que a expressão democracia, entendida como participação popular e o acesso a serviços pelo direito instituído e o governo como o senhor de universalização dessas participações e direitos, há outros paradigmas de Estado, como o de Bem-estar-Social, por exemplo. Modelo para uma futura análise.

No Estado Democrático de Direito essa relação tem sido possível porque a constituição de Estado, com essa perspectiva, está intrinsecamente ligada à existência de leis, por representatividade social, que regulam atos dos sujeitos em

todas as suas ações.

Essa produção legislativa é constituída por, no caso Brasil território de estudo dessa tese, representantes da sociedade pelo sufrágio universal, que tem, na contramão da liberdade, a produção de leis que regulamentam inclusões ou exclusões do sujeito por não corresponder aos ditames gerais de convivência social. Mas essa interpretação é uma oportunidade para estudos futuros em que se faz necessário analisar de que forma esse modelo de Estado brasileiro se faz coerente ou não com a participação democrática e a liberdade do cidadão.

Há leis que ditam o que pode e não pode ser feito, e que foram formuladas e se fortaleceram, segundo uma regularidade de “níveis, formas, origens, datas e cronologias diferentes [...] e que podem ser também através de um hábito social, uma ética [...]. Compondo o que é chamado de Estado de Direito” (FOUCAULT, 2008, p. 224-232).

Considerarei, então, a concepção de Foucault (2008) que identificou o Estado de Direito como aquele que melhor se alinha a uma sociedade livre em oposição ao despotismo, isso porque o Estado de Direito possibilita a ordenação jurídica de forma democrática e não unívoca (soberana). Essa formulação de direitos possibilita a existência sadia de leis, para a sociedade e para o governante porque estabelece leis que os regulam.

Esse conjunto de leis é o que Foucault denominou de “sistema de direito”. Isso é possível porque o Estado de direito não é mais aquele que age na lei pela lei, mas pelo sistema que o compõe. São as leis e todo o aparato que as sustentam, como as instituições jurídicas, legislativas e as executivas, o que Foucault (2008, p. 234) denominou de “tribunais administrativos”. Daí a preocupação com as contradições políticas na formulação de políticas públicas.

O Estado democrático de direito, tendo como característica a participação dos cidadãos em requerer desse poder direitos e garantias, encontra eco na sua constituição a partir das práticas discursivas.

O discurso, proferido por diferentes sujeitos que mantém força a partir dos espaços públicos que ocupam, é de acordo com as autoridades que lhes são permitidas (FOUCAULT, 1999).

Entretanto, o Estado sempre se fortalece. No caso brasileiro, mudou de ditatorial antes de 1988 para o de Estado Democrático e de Direitos com a participação

ativa e efetiva do corpo social humano.

Mas, esse corpo não é homogêneo nas ideias nem nas concepções de vida em sociedade. Existe uma classe social que defende o direito privado. A esse respeito, entende-se por direito privado, segundo Bedeschi (1998, p. 209), “a usurpação” em que a burguesia se apodera dos meios e modos de produção.

Considerando que o Estado é também um nome que se oculta no desenvolvimento das coisas a partir de um lócus operante como um discurso, tudo num determinado, tempo, lugar e sujeitos conforme definiu Bourdieu (2014), se encaixa no modelo de Estado aqui conceituado também por (FOUCAULT, 2008).

A partir dessa formação, a política passa a ter três especificidades que são interligadas, ou melhor, são como uma espécie de teia. Em que uma se liga a outra elaborando e reelaborando conceitos e regras que se constituem em discursos. Práticas discursivas essas que são de Estado, para a sociedade, mas nem sempre dela para ele.

O Estado tem sido instituído por uma sociedade que cria o seu governo. Esse poder é formulado a partir de discursos que emergem nos diferentes setores da sociedade e que podem ou não encontrar eco nas instâncias de poder desse Estado.

Como antes enunciado, é um Estado que se mantém fortalecido nos embates de ideias e ideais por meio de práticas discursivas, presentes nas leis, nos programas, nos projetos, nas propagandas e em diferentes instancias do poder constituído.

É com esse governo e Estado que procurei lidar de forma científica, para analisar políticas de inserção de TDIC na educação. Isso porque o Estado ao qual estamos lidando há abertura nas instituições pública governamental, dentro de uma ordem jurídica, que regulam e regulamentem políticas públicas, de forma a ter a participação da comunidade através de seus representantes nas câmaras e nas assembleias que servem de arbitragem entre os cidadãos e o Estado (FOUCAULT, 2010).

O Estado constitui-se mediante formação do que se denominou cidade. pela necessidade de regulação de patrimônio, de instituições públicas ou privadas, da defesa de interesses da sociedade e do próprio Estado, embora aconteçam de maneiras diferentes para um ou outro (CHAUÍ, 2010).

A regulação foi denominada aqui de **política**, pois ela remete ao conceito grego de que *polis*, *polis* refere-se à cidade. Sua organização se dá pela constituição de

papéis institucionais que geraram e geram os chamados regimes políticos, sujeitos políticos e práticas políticas (CHAUÍ, 2010, grifo meu).

Essa investigação encontrou base epistemológica na concepção de Foucault (2008) e Beech (2009) quando ambos definem o espaço público institucional, objeto desta pesquisa, como espaço de micropoder.

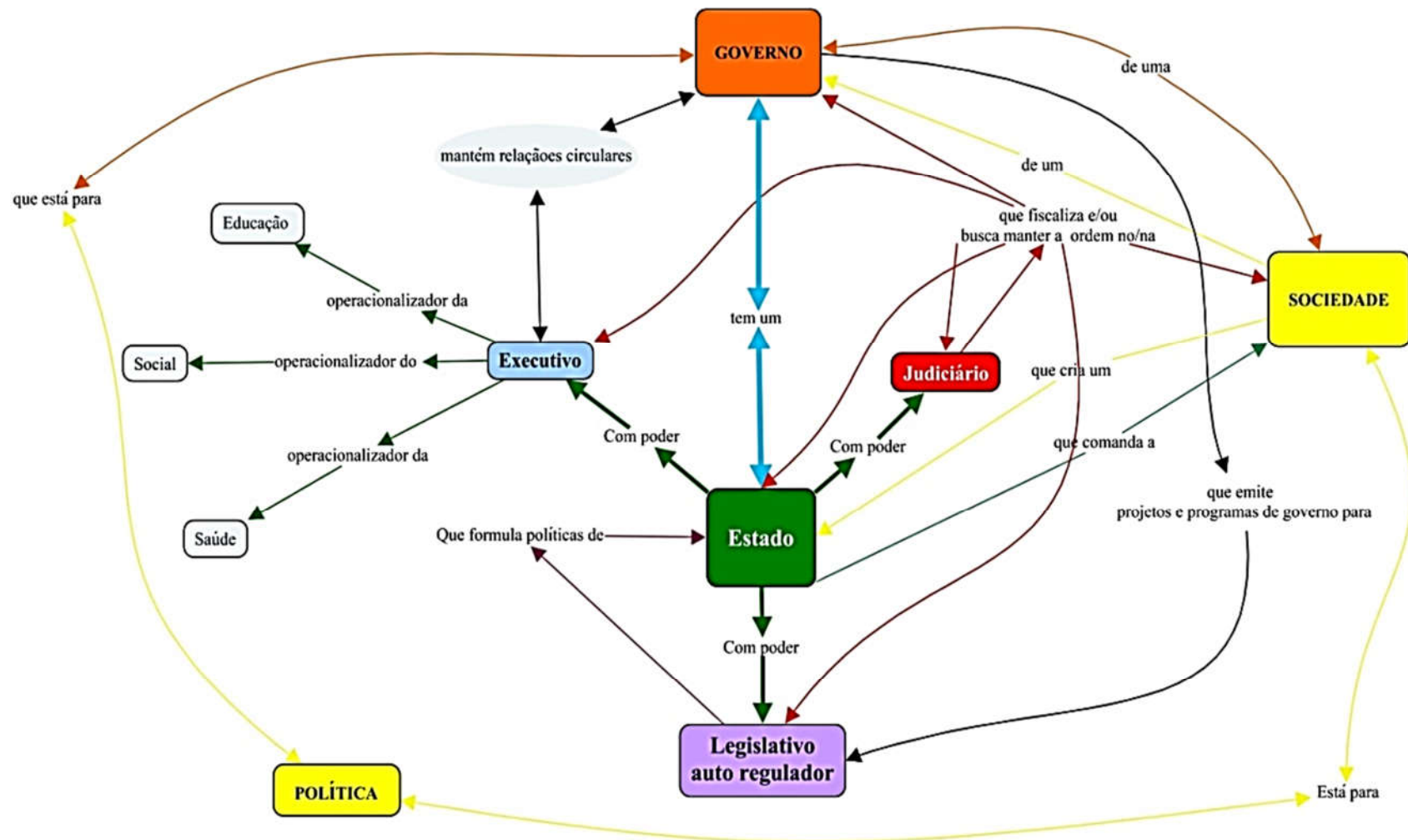
Para Foucault (2014b), o termo não é mera escala de acepções e sim um elemento de análise, e, para Beech, a educação, através das instituições que a compõem, com as coordenações, as diretorias e os núcleos, por exemplo, abarcam esse conceito porque tornou-se espaço público que se autogoverna.

Assim, compreendi o ato de tomar as políticas públicas e torná-las adequadas a realidade de sua aplicabilidade, como uma das várias formas de movimentar esse micropoder.

Ele (o discurso) já é objeto na própria legislação nessa perspectiva concebida por Foucault (2008) e Beech (2009) que se constitui como poder.

As concepções acerca do poder político e dos discursos e, conseqüentemente, as práticas discursivas de implementação de políticas de TDIC, direcionam este trabalho. Os discursos, objeto singular dessa tese, assumem centralidade. As relações que se mantêm o Estado, Sociedade e o governo, são expressas esquematicamente no mapa1.

Mapa conceitual 1 Mapa conceitual sobre Sociedade e Política



Fonte: Elaborado Santana (2016 a partir da análise dos referenciais utilizados).

1.2. Poder, discurso e TDIC.

Quando se usa o discurso como objeto de análise histórica, não se pode deixar de considerar de que ele é constituído de poder. Essa característica o assim identifica porque ele é formulado num dado tempo com dados sujeitos. Assim, não é concebido a tradução do acontecimento, mas a interpretação e identificação desse ou daquele discurso, buscando identificar suas regularidades discursivas (FOUCAULT, 2014b).

Poder para Foucault não é só o controle do governo sobre a sociedade e suas ações, sejam elas quais forem. Esse governo tem sido realizado constantemente para fins de manutenção dos poderes dos diferentes órgãos e ou instituições. Esse controle pode ser identificado a partir dos dispositivos de vigilância - Panóptico, que a partir desse meu estudo tomam corpus contemporâneos de controle e vigilância através das TDIC, utilizadas para manter a ordem do discurso vigente, e que servem para identificar qual ou quais sujeitos estejam em desalinho como a norma (ética) de uma sociedade (FOUCAULT, 2010). Panóptico, portanto, entendido como sendo dispositivo de vigilância do sujeito.

Considerando os discursos como monumentos históricos, em uma concepção foucaultiana, eles sobrecarregam continuidades discursivas. Ou seja, o proferido é algo que não é constituído única e exclusivamente no momento do dito, mas repetido de forma a ser mantido a essência do discurso proferido em outrora. Essa reformulação do discurso é chamada de descontinuidade, rupturas ou rarefações discursivas. Esses recortes do discurso podem ser instaurados quando o discurso é objeto de refutação e reformulado para receber outras formas discursivas.

Esses conceitos foram bem alocados à educação em razão de que a escola, segundo Foucault, é o espaço legítimo de apropriação dos discursos e, por sua vez o de formulação e reformulação da apropriação dos poderes (FOUCAULT, 1999). Para efeito de compreensão de como os discursos são proferidos e tornam-se práticas, o que Foucault (1999, p. 60-70) denominou de “práticas discursivas”, a análise dos discursos considerou o que autor denominou de “[...] conjunto crítico”.

Foucault (2014b) deu-me, portanto, alguns instrumentais teóricos que possibilitaram traçar a história aqui delimitada, especialmente em relação ao discurso e suas regularidades discursivas, especialmente nos meandros do Estado e do poder. Segundo o autor, para estabelecer tais identificações se fez necessário o despir-se o máximo possível das noções pré-estabelecidas sobre as noções de continuidade,

tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade e espírito.

Fazer tal prática na hora de analisar os discursos presentes nos documentos e nas fontes dessa pesquisa contribuiu para reduzir ao máximo a interferência na hora de julgamento interpretativo em relação as minhas crenças, certezas, verdades etc. evidenciadas nos discursos dos gestores e equipe técnica, bem como nos documentos.

Outra questão posta pelo Foucault (2014b)⁵, remete-se ao fato de dispor de diferentes fontes de análise para uma investigação. Essa multiplicidade de produções, contribuiu para à observância das singularidades e das multiplicidades dos discursos em cada uma das referências selecionadas. Nessa pesquisa o diálogo entre as fontes documentais e orais propiciaram melhores condições para a análise que realizei.

Considerando o pensamento foucaultiano, as tecnologias digitais, o computador, a história, a memória, a política, e a política pública, não são meramente constituídas no acaso nem por achismos, elas seguem procedimentos de demarcação de superfície, de instâncias de delimitação e grades de especificação. A primeira (demarcação de superfície) refere-se à autoridade de sua gênese, a segunda (delimitação), ao espaço intencional que coloca a gênese do objeto sob responsabilidade de denominação e, a terceira (grades de especificação), é a alocação segundo nossas mentalidades conceituais (FOUCAULT, 2014b).

Ainda com relação as terminologias. Aqui utilizada como palavra que identifica um objeto, com o que o Foucault (214b, p,55) chamou de formação dos objetos, segundo ele, se eu não posso dizer algo em qualquer lugar e tempo, também não poderei criá-lo porque há existências de relações para sua formulação [...] “instituições, sistemas de normas técnicas, tipo de classificação, modo de caracterização”. Preocupei-me então com as instâncias aqui delimitadas como área de pesquisa como: a SEED que abarca Unidades e Subunidades, que por sua vez abarcam diretorias, subdiretorias. Essas descrições são mais trabalhadas e analisadas no capítulo 2, seção 2.2.

Essas diretorias institucionalizam discursos e enunciados no decorrer das inserções das tecnologias na rede estadual de ensino de Sergipe. Esses espaços a

⁵ Segundo ao autor, na seleção de livros, por exemplo, este é aquele em que a autoria é a única voz discursiva, mas, sua constituição é baseada em outros escritos. Já as obras (um apanhado de textos, contendo várias histórias, de uma mesma autoria a partir de uma interpretação), ela está representada nas dissertações e teses aqui utilizadas como fonte de referência.

partir dos sujeitos, que aqui também os classifiquei como arquivo na concepção de Foucault (2014b), utilizei a memória individual e coletiva expressada por Montenegro (2013) e Halbwachs (1990).

Outro importante ponto na análise dos discursos é o que Foucault (2014b) chamou de modalidades enunciativas. Segundo o autor, essas modalidades foram elencadas em quatro elementos: quem fala, de onde fala, qual posição ocupa o falante e a materialidade do enunciado. Essa preocupação se baseou sob o regime de algumas regras por ele anunciadas, conforme também descreveu Fischer (2001). Os discursos como um conjunto de enunciados em que aquilo que é discursado mantém, ao longo do tempo, algumas regularidades discursivas.

Também entendo que os enunciados são apoiados por um conjunto de signos, estes servem de função enunciativa e que podem ser descritos como sendo uma referência, a posição que o sujeito falante ocupa e a materialidade daquilo que foi enunciado. Somente poderia ser assim definida se houver uma forma de acesso ao que foi enunciado (isso pode ser em material escrito, gravado etc.) e, nesse acesso, o discurso torna-se objeto de repetição e reprodução através de técnicas que permitam sua reprodução, tornando-as práticas discursivas.

O ordenamento dos enunciados - manutenção enunciativa e a intervenção -, resulta em analisar de que forma os pronunciamentos dos sujeitos (fonte) ou de uma referência estão sob manutenção enunciativa ou sofrem intervenções. A formação de enunciados deve se dar pela ordem enunciativa, a sua manutenção pelos pares que o discursam, sua reformulação pela explicação (pesquisa) e então, sua reconfiguração discursiva, mantem a raiz enunciativa. Por fim, quando necessária, a alteração pode tornar-se possível pela proximidade ou adequação as normas no novo lugar a ser enunciado (FOUCAULT, 2014b).

Dessa forma, dentre as estratégias de análise que utilizei com base em Foucault (2014b) sobre a inserção das TDIC na Rede Estadual de Ensino de Sergipe da equipe técnica e pedagógica. O tema foi, portanto, as TDIC e sua inclusão na educação.

Para a descrição histórica nesta tese utilizei-me também de conceitos como a memória pontuados por Halbwachs (1990). Com ele apreendi que a ideia de memória coletiva é elemento de manutenção da História. Isso acontece porque esse ou aquele sujeito faz parte desse ou daquele grupo e vivenciam situações idênticas. Porém

traçam compreensões distintas sobre o mesmo evento. Essas se mantêm vivas porque conserva-se o contato com as fontes. Perdendo-se as relações das fontes, pede-se a História. Dessa forma, os discursos constituíram-se como instrumento de edição da história de vida, concretizando-os como monumentos históricos.

A história acerca das TDIC na Rede Estadual de ensino de Sergipe, utilizei a noção de história, descrita Le Goff (1982). Para a descrição histórica utilizei também o conceito de memória individual e coletiva de Halbwachs (1990). Para ele a sociedade se constituiu historicamente a partir dos dispositivos de memória e, em particular, da memória coletiva.

Em relação a memória individual Halbwachs (1990) trouxe a discussão acerca do limite das interferências. Assim, ele apontou que há lembranças que são tomadas como pessoais (aquelas que seriam somente experiências). Com relação a memória coletiva essas lembranças perduram pelo vínculo que se estabelece entre elas. Partindo desse pressuposto, de que pensar as lembranças que podem ser ou não uníssonas, as lembranças são mais evidentes quando se evocam fenômenos que foram comuns ao grupo que faz parte.

De acordo com Halbwachs (1990), nem sempre é preciso ter vivido uma experiência física para constituir memória. O “outro” já constituiu alguma memória sobre alguma coisa. Ele o fará me pôr a recordar, porque faço parte de referido grupo, portanto vivenciei situações coletivas, servindo-me de fontes.

Halbwachs (1990) chamou-me a atenção em relação a História, assim como na memória, a existência de detalhes variados e, a preocupação do historiador levar em conta esses detalhes dentre tantos outros, observando os fatos por várias nuances, a partir desse foco, descrevê-los sem determinar maior ou menor valor de juízo um sobre o outro.

A descrição histórica aqui intencionada utiliza também como fundamentos a História Cultural defendida por Burke (2008). História que se estabeleceu e se estabelece com a descrição de monumentos a partir de documentos e dos objetos, e sua relação com os sujeitos. Mas seria mínima essa definição se não incluísse os sentidos humanos. Partindo desse pressuposto, pode-se então dizer que há outro elemento que possibilita uma compreensão ampliada desses sentidos - a memória.

As concepções de discurso, poder, TDIC e de história mencionados encontram eco na história das TDIC em Castells (2010, 2015, 2017) na contemporaneidade

acerca do desenvolvimento de uma sociedade em rede através da evolução das tecnologias digitais, (2017, p. 281-282), quando descreve que, na “[...] nova estrutura ocupacional” a informação tornou-se construtora de uma categoria denominada de profissões informacionais.

Essa preocupação encontra eco quando concebe-se que essas tecnologias alteraram os modos de produção, a ponto de serem elencadas como elementos que impulsionaram a revolução industrial ocorrida no século XIX, na Inglaterra, que teve como um dos fatores de sua ocorrência, a revolta dos trabalhadores em razão da perda de espaço laboral pelas máquinas e/ou da exploração do trabalho (MARX, 1996; TENÓRIO, 2003; CASTELLS, 2017).

No século XIX, Marx (1996, p. 1715) elencou tais inserções tecnológicas nos meios e nos modos de produção. Elas eram denominadas de “maquinaria e de processos químicos” que possibilitaram a produção de outras matérias primas e outros materiais até então não fabricados ou fabricados em pequena escala de produção.

A alteração tecnológica se amplia nos séculos seguintes como advento da invenção da energia elétrica e da lâmpada, a descoberta do petróleo, o desenvolvimento da química e as mudanças nos meios de transportes e de comunicação, tudo no século XIX. No século XX consideram a criação da microeletrônica que possibilitou o surgimento da “cibernética, da robótica e da informática, [...] as fibras óticas e os microprocessadores” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCH, 2003, p. 61-62). Entendimento também encontrado em Castells (2015).

Castells (2017, p. 67-68) considerou também a existência de duas revoluções na sociedade ocidental, no entanto, ele define especificidades nessas revoluções. A primeira ele denominou de revolução industrial como também descreveu Libâneo, Oliveira, Tosch (2003) e a segunda, ele acrescentou que essa revolução mantém a especificidade do tecnológico, contudo, foi legitimada pelo ‘novo paradigma tecnológico’, qual seja, o paradigma da TDIC em relação à tecnologia existente no século XIX. Foi nesse paradigma que essa pesquisa se situou abordando as questões políticas voltadas a educação e as tecnologias, enfatizando-a no final do século XX até a metade da segunda década do XXI.

Antes de conceituar as TDIC, considere-se necessário apresentar uma breve história dos porquês dessa produção digital tecnológica. Para tanto, trago as revoluções ocorridas nos meios de produção, no mundo ocidental, que se caracteriza

com a mecanização dos meios de produção⁶ (MARX, 1996).

Muito se têm discutido sobre as TDIC e a Educação. Desde os anos 60, do século XX, foram objetos levados à baila em eventos, nacionais e internacionais sobre Educação e Tecnologias. Desde então, muito se tem produzido e acrescido nas discussões teóricas e metodológicas no mundo científico a seu respeito. Tal interpretação trago de Lévy (2014) quando este definiu o século XX como sendo aquele que muda paradigmas em relação, por exemplo, a constituição do conhecimento e especial o científico e sua redistribuição. Para o autor, os diversos saberes não são mais totalizantes, ou seja, não pertencem mais um sujeito ou instituição dominante e sim a uma rede de disseminação, tornando-o não dominável como também não totalizável. Paradigma esse também delineado por Castells (2017).

Na década de 80, ainda no século XX, houve mudanças significativas no tocante às tecnologias elas romperam com áreas geográficas, formando redes de informação constituindo, assim, uma globalização informacional. Redes porque se mantêm em constante interligação entre quem produz a informação e o seu receptor nesse momento histórico, único até então. E é informacional porque o que é produzido em termos de informação depende exclusivamente da capacidade de geração de informações, do processamento, e sua aplicação em forma de conhecimento. Isso independe de nacionalidade, região ou de empresas (CASTELLS, 2017).

Nesse período, o Estado brasileiro se encontrava em processo de reestruturação econômica. Para acompanhar as mudanças que ocorriam fora de nosso território, o Estado brasileiro utilizou-se do que Libâneo, Oliveira, Toschi (2003, p. 73) chamou de “capitalismo concorrencial global”, que tem dentre suas características estão as “mudanças técnico científicas”. Essas alterações nas sociedades também são descritas por Castells (2017, p. 69) quando ele diz que as duas últimas décadas do século XX foram marcadas por um acelerado crescimento das tecnologias e consequentemente uma “revolução tecnológica”.

A revolução descrita por Castells (2017) tem em particular a descontinuidade dos padrões de produção do conhecimento. Isso porque essa ruptura de produção se deu a partir dos dispositivos tecnológicos, que possibilitaram um novo “paradigma

⁶ Essa referência trouxe de Marx (1996) em que descreveu como sendo não somente os instrumentos e/ou as matérias primas, mas também o que essa produção constitui como matéria prima para a produção de um outro instrumento, elemento e ou produto.

tecnológico” que é determinado pela criação, produção e tratamento das informações através das tecnologias da informação e de comunicação.

O mundo digital então adentrou no nosso cotidiano e a escola não poderia ficar aquém desse ingresso. Isso porque a escola é também um espaço pertencente a sociedade, que a tem como meio para uma educação sistematizada, para a formação do sujeito de modo que este consiga transitar pela sociedade a qual pertence de forma independente. Ou seja, possibilitar um sujeito crítico quanto aos acontecimentos ao seu entorno e saiba conviver a partir das alterações sociais/tecnológicas que o cerca.

Essa política a partir do final do século XX tem sido denominada sob três aspectos: “informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2017, p. 119). Informacional, porque tem dado elementos significativos dessa nova modalidade de produção e de veiculação de informações dando um novo conceito de conhecimento; global porque essas produções, inclusive a informação e tecnologia, se fez presente em todos os cantos do planeta (sem adentrar a quem se dá o seu acesso, não é meu objeto de investigação) e em rede porque possibilitou que concorrências sejam realizadas em tempo real, local ou não, de forma interativa entre as empresas.

Essas formulações conceituais sob o viés de que a tecnologia edificada no século XX possibilitou que a informação se tornasse o produto de todo o processo tecnológico utilizado, alterando concepções de produção e de padrão de vida como também de organização econômica, carecendo de políticas que a atendam. No entanto o Estado continua mantendo o seu poder e o controle e é, conforme entendimento de Castells (2015, p.319) [...] “ator fundamental nas relações de poder” [...] com o seu uso.

As alterações nos modos de produção e disseminação das informações têm operado de forma bem distinta em empresas e políticas de Estado. Nas empresas, essas informações possibilitando maior retenção de lucro e valorização de papéis no mercado financeiro enquanto o Estado tem se preocupado em formular políticas que possibilitem que as empresas mantenham seus papéis em alta com o fito de manutenção de máximas econômicas do Estado (lucro e competição) e um Estado em rede (CASTELLS, 2017).

Essa concepção de rede e digital a respeito de tecnologias, também foi entendida por Castells (2017, p. 68), ao definir a nossa contemporaneidade como sendo aquele que “expande-se exponencialmente em razão de criar uma interface

entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital”. Referiu-se à forma como as produções do conhecimento e as informações de um modo geral estão sendo elaboradas, guardadas, produzidas, reproduzidas e disponibilizadas.

A maneira de transformar algo real em virtual se deu com o processamento binário utilizado pelo computador em um jogo de descargas eletromagnéticas, em uma espécie de abre e fecha de circuitos eletrônicos com a utilização de microprocessadores (que nesse caso somente reconhece e processam o número 0 e 1). Esses impulsos eletromagnéticos produziram e reproduziram sons e imagens (textuais e/ou imagéticas) de modo que passaram a ser lidos e/ou visualizados por meio de telas de projeção e/ou de exibição. Essa transformação denominou-se de digitalização

Com todo esse aparato tecnológico surge novo padrão de produção, elaboração, reelaboração e difusão das produções em todas as áreas de conhecimento que é a digitalização e a virtualização. Ambas inseridas na comunicação alterando sua produção e propagação. Uma nova linguagem, interativa, passou a ser a nova modalidade de produção de textos, como também de imagens e sons (LÉVY, 2014).

As TDIC estão na rua, nos lares, no trabalho, na escola e mais precisamente nas mãos dos estudantes pelos smartphones. Esses aparelhos englobam toda a tecnologia virtual disponibilizada aos usuários domésticos de forma que ele possa com um dedo interagir com alguém ao lado sem uma só voz ou mesmo um toque a não ser aquele reproduzido pelo aparelho à sua mão. São essas tecnologias digitais que o estudante chega à escola mesmo antes dele interpretar um texto.

Texto esse que fora de um livro real, por exemplo, e passou a ser a de um livro virtual. O que antes é palpável em uma leitura passou à virtualidade e os sentidos da audição e visão passaram a ser o elo entre humano e o objeto (LÉVY, 2014).

A tecnologia digital pôde ser interpretada, segundo Lévy (2014), como algo inatingível ao ser humano. Ela somente pode ser acessível e perceptiva pelos sentidos da visão e da audição, enquanto objeto virtual, a partir de aparelhos que possam reproduzi-la.

O termo digital aqui utilizado e sua entrada na Educação pôde ser identificada na presença de equipamentos como: leitor de DVD, Leitor de CD, leitores de cartão de memória (micro SD), notebooks, tabletes e smartphones utilizados pelos discentes

e ou docentes. Foram transformações desse novo Século XXI, demonstrando um divisor de águas em relação as revoluções tecnológicas. Castells (2017, p. 79) chamou de “‘microeletrônica’ e de ‘tecnologias da vida’ ou ‘biotecnologia’”.

As concepções de Estado, discurso, poder e TDIC são elementos intrínsecos ao objeto em estudo por ele comportar questões que envolve as diversas redes (sociais/digitais), portanto, diversos sujeitos. Considerar seus destinatários como sujeitos políticos para a constituição de uma política de Estado em um Estado Democrático de Direito é possibilitar o exercício da democracia na elaboração de propostas de políticas públicas dentre outras prerrogativas.

CAPÍTULO 2. POLÍTICAS DE INSERÇÃO DAS TDIC.

No capítulo anterior trabalhei com conceitos a respeito de Estado, discurso, poder e TDIC à educação. Ele serviu para me ancorar na defesa de compreensões, por exemplo, de como o poder é exercido na sociedade através dos discursos, em particular os discursos que envolvem as políticas públicas em relação as TDIC.

Os conceitos do capítulo anterior ancoram neste capítulo buscando identificar, nas ações do Estado e de governo, em particular na relação política entre eles, quais discursos se fizeram presentes nessa construção de políticas de Estado e de governo no período de 2000-2015.

2.1 . Na esfera Federal.

Saindo do âmbito geral da gestão política, passamos à gestão de políticas públicas notadamente voltadas à inserção das TDIC na educação brasileira, a história que descrevo é aquela a utilizo como elemento descritor, é a análise das transformações ocorridas dentro da educação, especialmente em nível discursivo nos projetos e programas para inserção das TDIC na referida rede. No âmbito dessa política geral do Estado, tenho a síntese de que há a urgência em se estabelecer diálogos com os sujeitos fins das propostas de políticas públicas antes de sua promulgação. Carece de um movimento entre o dito e o não dito conforme trago no item 3.4.

Considerando que o discurso é uma prática intrinsecamente humana, outro ponto importante e que mereceu ser destacado para compreender como as políticas públicas de educação voltadas para a inserção das TDIC nas redes públicas de ensino, foi entender como as mesmas foram instituídas levando em conta a constituição de uma globalização e o Estado como elemento definidor dessas políticas.

A partir dos discursos políticos, considerando que as práticas discursivas se constituem de rupturas e de descontinuidades, a ruptura política destacada na Constituição de 1988 foi decorrente de uma série de pactos políticos, internos, em que a interesses dominantes mantinha-os.

Assim, o Pacto Nacional Popular⁷, ocorrido em 1977, conforme atentou Pereira (2008, p. 76):

[...] além de haver logrado restabelecer a democracia no Brasil, deixou como herança uma bela e generosa contribuição – a Constituição de 1988. Essa constituição reflete os ideais democráticos, sociais e nacionalistas da grande mobilização popular que foram as Diretas Já. Seu principal mérito foi haver definido com clareza os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos; dessa forma também definia os grandes objetivos políticos da nação: a liberdade ou a democracia, a segurança, o desenvolvimento econômico, a justiça social e a proteção do ambiente.

Foram às pressões da burguesia sobre os militares, as mudanças ocorridas externamente, principalmente nos EUA e na Europa, que contribuíram para que o Brasil promovesse mudanças internas políticas que culminou com a retomada da democracia no país e a queda da ditadura militar.

Essas mudanças alteraram a concepção de Estado Social para Estado Social-liberal. Isso porque, na concepção de Pereira (2008), este último corresponde ao nosso caminhar político referente às atenções na área de saúde e educação, por exemplo, e que passam a subdividir responsabilidades nessas áreas, e em outras não citadas, colocando o Estado como provedor efetivo dos interesses do mundo do mercado.

Nesse caminhar, o Estado brasileiro busca dar sentido ao dispositivo constitucional em relação a política social (a educação) considerando interesses do mundo do trabalho e de mercado no período de 2000 a 2015 quando o Estado brasileiro elaborou dois PNE. O PNE tem o perfil técnico de articular um processo de educação que busca valorizar diferentes contextos e situações. No entanto, bem aponta Junior et al. (2014), a tentativa é frágil porque lida-se com um país de geografia

⁷ A partir de 1930 tivemos quatro pactos ou coalizões políticas informais: o Pacto Nacional-Popular (1930-1960), o Pacto Popular-Nacional (1964-1977), o Pacto Popular-Democrático (1977-1987), e o Pacto Liberal Dependente (1990-...). Os períodos vazios foram de crise. Todos os pactos foram burgueses, pois contavam com a participação da classe capitalista; foram populares quando contavam com a participação dos trabalhadores e nacionais quando rejeitaram com razoável êxito a dependência. A crise que se deu no início do processo de transição democrática ocorreu em abril de 1977, quando o Presidente Geisel, diante de dificuldades que enfrentou em aprovar no Congresso um projeto de reforma do Poder Judiciário, fechou temporariamente o Congresso e mudou a Constituição por decreto. O 'pacote de abril', como o conjunto de medidas autoritárias então promulgadas foi então chamado, causando uma reação forte em toda a sociedade. Os anos 1980, entretanto, eram outros, e exigiram uma nova estratégia – um novo desenvolvimentismo – coisa que os governantes não estavam preparados para adotar (PEREIRA, 2008, p.45-77).

continental e com isso uma diversidade de intempéries, desde as climáticas até as políticas *in loco*, isso porque estamos lidando com descentralização de poder. O primeiro PNE foi aprovado em 2001, através da Lei 010172, de 9 de janeiro de 2001. Observe o quadro que se segue, especialmente em relação aos enunciados que apontam para a inserção das TDIC na Educação Básica.

Quadro 3. Síntese do PNE (2001-2010).

Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Objetivos	Metas	Objetivos	Metas	Objetivos	Metas
2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infraestrutura (sic) para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades	e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; 4. Adaptar os prédios de educação infantil [...] aos padrões mínimos de infraestrutura (sic) estabelecidos. [...] 8. Assegurar que, em dois anos, todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais. [...]	4. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infraestrutura(sic) para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo:**	e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas; [...] f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; [...] h) informática e equipamento multimídia para o ensino.	1. Formular e implementar, progressivamente, uma política de gestão da infraestrutura (sic) física na educação básica pública, que assegure: [...] 6. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infraestrutura(sic) para o ensino médio, compatíveis com as realidades regionais, incluindo.*	g) informática e equipamento multimídia para o ensino; h) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos; i) equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula; j) telefone e reproduutor de texto;

Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Objetivos	Metas	Objetivos	Metas	Objetivos	Metas
es do processo educativo	13. Assegurar, em todos os Municípios, o fornecimento de materiais pedagógicos sejam atendidos os padrões mínimos de infra-estrutura (sic) definidos na meta nº 2.**				

Fonte: Elaborado por Santana a partir da Lei de nº 10.172/2001.

Nessa síntese do PNE (2001-2010), foi possível visualizar especificadamente a intenção os enunciados discursivos em torno da inserção de TDIC somente no ensino Fundamental e Médio. Nele, dentre as metas que se projeta, as TDIC se fizeram presentes mediante a informática e os equipamentos de multimídia para o referido ensino. Nesse documento há indicativos de quais metas estariam com dependência direta do governo federal e quais outras estariam de forma complementar. As duas metas, nos dois ciclos de ensino fizeram parte desse contexto. Contudo não se fazem presentes na Educação Infantil. O dito e o não-dito (na educação infantil)

Essa prerrogativa entendo que seja em razão do que preconiza a CF/88 e a LDB/96, que caracterizou a educação nacional como uma política descentralizada. Essa descentralização, aos olhos do governo federal, vislumbrava que haja melhoria da qualidade de ensino. Essa qualidade pôde ser mediante a reelaboração das propostas do MEC, por exemplo, desde que resguardadas os princípios constitucionais na manutenção daquilo que seja padrão mínimo de qualidade no ensino (GENTILINI, 2013).

O discurso de manutenção do mínimo pode ser entendido como, por exemplo, a inserção de materiais com tecnologia digital que auxiliam na prática docente e nas ações de gerenciamento da instituição escolar. As práticas discursivas obtiveram dois traços distinto: um quanto aonde inserir essas tecnologias nas escolas e a outra

refere-se ao como deveriam ser utilizadas. Gentilini (2013) disse que as tecnologias digitais nas escolas seguiram dois caminhos paralelos: um quanto a exclusividade de um espaço e de gestão para sua chegada e a outra que foi a de inseri-la no próprio espaço escolar.

O que o autor acima remete ao princípio da informatização da educação brasileira nos anos 70 do século passado e ampliou-se até os anos 2000, que foi o de criar espaços exclusivos de acolhimento as tecnologias. Como foi o caso dos laboratórios de informática educativa (LIED). Fora o período embrionário da elaboração, disseminação e sistematização de políticas públicas TDIC na educação brasileira, por meio de apoio financeiro internacional (OCDE, BIRD, UNESCO), inclusive, de todo o aparato tecnológico da época. Essas organizações, na perspectiva de um Estado neoliberal, injetaram capital estrangeiro na educação brasileira com vistas a expansão de mercados para as empresas produtoras de bens de consumo (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

Essa estrutura de exclusividade, tinham justificativas plausíveis. Os LIED não seriam mero espaços privados da escola, eles seriam também de acesso a comunidade local, por meio de acordos e assessoramento dos órgãos de controle do Estado e da própria direção escolar (GENTILINI, 2013).

Outra identificação que fiz a respeito da inserção das TDIC na educação foi a relação tri partidária que as tecnologias digitais possibilitam. Elas criaram uma rede de articulações e relações entre docentes, discentes e a própria instituição escolar. Gentilini (2013) acrescentou ainda, que essa tripla relação passa a ser quadrupla, pois inseriu-se nesse contexto os responsáveis pelos estudantes ou seus tutelados.

O PNE relativo ao decênio de 2014-2024, ressaltou a diretriz VII que trata da “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País”. Em síntese, esse PNE tem tentado dar a sociedade aquilo que lhe é de direito inviolável e que de fato seja de utilidade em termos de construção do conhecimento. Entendo como um discurso de evolução para a sociedade em termos de conquista de acesso e utilidade das tecnologias digitais atualmente disponíveis, em particular para a educação, como também um discurso de continuidade do que está posto nos documentos legais que direcionam os objetivos e fins educacionais.

Os discursos mencionados estabeleceram metas que a olho geral parecem ser atingíveis. Parecem, pois não demarcou quais resultados esperados nem quais

tecnologias para além dos computadores seriam inseridas. Mesmo tendo as contrapartidas e a coparticipações dos entes federados não definiu, por exemplo, em termos didáticos pedagógicos, quais naquele momento seriam as tecnologias mais necessárias com também de quais tecnologias se refere, e como é que as tecnologias disponíveis pelos programas seriam de fato utilizadas pelos docentes e gestores.

Quadro 4. Síntese do PNE decênio (2014-2024).

Educação Básica			
Metas	Estratégias	Meta	Estratégias
Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.	<p>Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos</p>	Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:	<p>7.12 - Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;</p> <p>7.20 - Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a</p>

Educação Básica			
Metas	Estratégias	Meta	Estratégias
	(as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;		<p>todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;</p> <p>7.22 - informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;</p>
Meta 8: elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento	8.1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as	Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo	9.11. implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação

Educação Básica			
Metas	Estratégias	Meta	Estratégias
mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	especificidades dos segmentos populacionais considerados;	funcional.	Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

Fonte: Elaborado por Santana a partir da Lei de nº 13.005/2014.

No quadro anterior, sintetizei as metas e suas estratégias políticas de Educação para o Decênio (2014-2024), pode-se conceber ideais políticos de uma educação que preconiza a formação para o trabalho. Contudo essa legislação emanou o que idealizaram os nossos antecessores por uma educação que valorize o sujeito e que o possibilite ocupar o lugar que escolher na sociedade a qual faz parte, como também o desenvolvimento de personalidade própria através do respeito a sua existência como ser social (FERNANDES, 2013).

Destaquei esses aportes legais e os dispositivos tecnológicos neles descritos em razão das suas especificidades, quanto ao compartilhamento de saberes e bens culturais pois na atualidade, não só por meio de experiências *in-loco* são trocados os bens culturais, também por meio de TDIC possibilitou a ampliação de circulação de bens imateriais culturais como a dança e a música, por exemplo.

Essa concepção de TDIC como elemento de propagação de uma cultura e constituição dela encontrou eco na concepção de Castells (2017, p.70) quando ele definiu que estamos em uma “sociedade em rede global”. Para ele, a sociedade em rede é caracterizada pela utilização de TDIC que tem como base a microeletrônica. Ainda segundo o autor, sua concepção de estrutura social, baseada numa sociedade em rede, foi definida pelo modo organizacional e pelas relações que os sujeitos têm

em relação, por exemplo, a comunicação, sendo que essa é codificada por sua cultura. Ressaltou ainda, que as sociedades onde a base de sua infraestrutura é a rede digital essa é uma sociedade global.

Considerando os discursos contidos nas políticas de Estado e de governo, quanto a inserção das TDIC à educação, pode-se inferir que eles estão no discurso da intencionalidade. Falta-os concretizar no discurso prático e efetivo dessas políticas.

A utilização, na atualidade, de meios tecnológicos para a expansão dos bens culturais de nossa sociedade encontra sustentação, do ponto de vista legal, na CF/1988, na LDB/1996 e no PNE/2014. Na CF/88 encontramos o discurso das competências, da universalidade, dos princípios e da promoção humana, científica e tecnológica na educação. Na LDB/96 são ratificados todos os discursos anteriormente citados na CF/88, contudo, é acrescido do discurso da formação básica mediada dentre outras ações, a da compreensão das tecnologias.

Tais discursos também são referendados por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de nº 85/2015, Art. 23, que definiu Competência comum entre o Distrito Federal, Estados e Municípios, alterando o parágrafo V com a seguinte redação: “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; [...]”. E no Art. 24, parágrafo IX, definindo que cabe aos entes federados legislar concorrentemente por sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação”.

Essas duas mudanças na CF/88 podem ser interpretadas como sendo obrigatoriedade dos entes federados proverem meios financeiros, humanos e instrumentais que possibilitem o acesso e a utilização de tecnologias para fins de formação do sujeito ainda na Educação Básica, bem como para a produção de outras tecnologias através das instituições de formação Profissional, com o objetivo de elevar o Brasil a um Estado de inovação tecnológica.

Essa possibilidade já foi apontada por Castells (2017, p. 120), quando escreve que o Brasil, fora das velhas metrópoles industrializadas mundiais, por exemplo, a cidade de São Paulo, está se tornando centro dessa “produção e inovação tecnológica através das tecnologias de informação e de comunicação”.

As razões para as conciliações estão alicerçadas no mundo capital em que o Brasil está inserido, porque ele se movimentou acompanhando a dinâmica desse mundo de crescimento de fortunas e de necessidades. Isso porque o mundo capital

se sustentava pelo acúmulo de riquezas através do trabalho humano, de forma acelerada, em que o produto, esconde uma organização que impede de percebermos ameaças (FERNANDES, 2007).

Nesse sentido, vislumbrei que as legislações que regulam a nossa sociedade, o Estado tem buscado operar a economia política na contemporaneidade de forma que se mantenham as redes de interesses, ainda mais agora em que o mundo está quase que totalmente interligado pelas tecnologias de informação e de comunicação. E o comércio internacional é o elo entre as economias mundiais (CASTELLS, 2017).

Essa rede comercial tem sido fortalecida através do que Castells (2015, p. 353) denominou de mudança evolucionária e revolucionária. Essa capacidade das sociedades de reescrever sua história considerando esse movimento é a essência da vida. A falta desse movimento fada a sociedade ao desaparecimento.

Entendendo, sob a concepção de Castells (2015), que esses avanços se concretizam também através de mudança política e, essa mudança tem sido resultado das práticas sociais discursivas que emergem em razão de nossas capacidades cognitivas, de interatividade interna social e externa social e, a que se considerar também nossas capacidades emotivas. Tem na escola, como um dos aparelhos de Estado, papel fundamental para possibilitar que nossa capacidade de juízo seja capaz de remodelar o cenário atual.

Foi nesse modelo de Estado que as ações dos indivíduos passaram a serem observadas e meticulosamente analisadas e encontrou na escola, ambiente para sua aplicabilidade. Ou, conforme disse Foucault (2014, p.135), “[...] viver em sociedade é de toda forma, viver de maneira que seja possível agir sobre a ação um dos outros. Uma sociedade “*sem relações de poder*” (grifo do autor) só pode ser uma abstração.

No entanto, o Estado tem constituído espaços de acesso as políticas sociais como educação, segurança e trabalho, por exemplo, não para a liberdade do ser, mas, para o seu controle (FOUCAULT, 2010).

Dito isso, as políticas que citam a possibilidade de inclusão de tecnologias na Educação brasileira, pareceu-me estar indicando que a escola é o chão principal para possibilitar com que o sujeito compreenda os porquês de sua instauração na sociedade a qual faz parte. A educação deve ser considerada como um meio do sujeito atingir a liberdade, essa aqui entendida como transitar de forma independente aos desafios que lhe são postos, sem que isso o deixe acrítico, apático ou mesmo

alienado (FREIRE, 2015).

Também vislumbrei que o Estado, no caso brasileiro, opera de acordo com a realidade de outros Estados. O Estado comporta aparelhos de Estado e estes aparelhos não são extras sociais, ao contrário, são células da sociedade que se movimentam de acordo com a dinâmica desta. O mesmo acontece com os sujeitos que o ocupam, principalmente os da escola. Isso porque, nesse espaço, seus ocupantes estão em constante ligação com o mundo que os abarca e isso os faz carecer de uma educação que possibilitem compreender essa dinâmica. Compreensão essa que é mediada pelos discursos, por exemplo, de gestores e técnicos pedagógicos bem como o de técnicos educacionais e técnicos administrativos que estiveram e estão presentes na implementação de políticas públicas de inclusão das TDIC.

Em se tratando de educação, Estado, governo e as instituições públicas como a escola, e as atividades por eles desenvolvidas, carecem de uma série de planejamentos, ordenações, metas, objetivos, estratégias, recursos financeiros e participação dos interessados na elaboração e na execução das atividades. Isso porque, em um Estado de Direito como o nosso, a democracia é a porta para permitir a participação da comunidade, ela não seria democrática se o estado fosse totalitário. Razão que os dispositivos legais definem a educação brasileira como gratuita, pública e que seja (digo seja, pois ainda não o é) de qualidade (FERNANDES, 2013).

As premissas acerca da educação pública para todos e de qualidade requer que o Estado formule programas, pois estou falando de uma elaboração pelo poder central (governo federal), que comporta uma série de projetos. É daqui que continuo a análise da relação Estado e políticas públicas para a educação, em particular, aquelas que se referem a inserção das TDIC nas redes de ensino.

O Estado desempenhou e desempenha o papel de articulador entre o interesse privado e o que seja interesse público. Sua intervenção é o de permitir que forças externas, através do meio empresarial por exemplo, dedilhe por sobre os caminhos da educação (FERNANDES, 2013).

Destaquei então, quais, quando, como, onde, e os porquês de se ter programas com essa amplitude. No período aqui delimitado, ressaltei que o Brasil havia adotado estratégias políticas para atender a demanda tecnológica em Dakar no ano de 2000, na sua participação no Fórum Mundial de Educação. Reafirmando o compromisso

delineado em Jomtien, no ano de 1990 (UNESCO, 1990, p.3-7):

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; expandir o enfoque; universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios de e o raio de ação da educação básica; proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer as alianças; desenvolver uma política contextualizada de apoio; mobilizar os recursos e fortalecer a solidariedade internacional.

Não ficou explícito na citação acima o compromisso de inserção de TDIC na Educação. Tão somente seus enunciados apontaram que elas estão por entre linhas dessas intenções no Art. 5 que descreveu a necessidade de ampliar processos de atuação e abrangência da educação básica. Expansão essa elencada na necessidade de utilização de recursos que possibilitem que a informação seja indistintamente acessível. A comunicação social deve permitir que o conhecimento não encontre barreiras, inclusive a tecnológica, pois os veículos de comunicação são descritos no documento como necessários nesse processo.

Tais objetivos encontram, reforço discursivo, no documento do Educação para Todos (EPT), ocorrido em Dakar (UNESCO, 2000 p. 25), estratégias desse acordo mundial que foi de: “Usar as novas tecnologias de informação e comunicação para ajudar a atingir os objetivos do EPT”. Salienta-se que dentre os objetivos no EPT, as TDIC estão presentes no décimo objetivo, que é o de “angariar novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar o esforço de alcançar as metas do EPT” (UNESCO, Op. cit.).

Foi nesse contexto que o Brasil reformulou seus Programas educacionais e então, em relação a TDIC, na educação, no ano de 2000, o programa de Estado para atender a demanda educacional foi, e ainda o é, o ProInfo.

Carneiro (2002), assinalou que o computador foi inserido na educação por considerar que essa tecnologia é defendida por ela como “tecnologias educacionais”, porque compreende que estas servem para o processo de construção do conhecimento por suas especificidades de utilização com essa finalidade.

Na contramão dessa concepção, entendo que essa característica da Educação decorre por considerar que o conhecimento tem sido orientado para o que Foucault (2008) denominou de economia política por considerar que ela possibilita o engrandecimento do Estado e não dos cidadãos de uma nação. Estão de fora dessa técnica política justamente a população que mais carece da educação para galgar

espaços privilegiados.

O crescimento de uma nação, ao olho do Estado, considerando as TDIC, tem a escola como espaço de sua legitimação porque as TDIC se fazem presentes como elemento constitutivo desse crescimento porque ela mantém relação direta com o Estado e essa relação para atendê-lo é não respeitar, por exemplo, as leis naturais de um objeto, neste caso as das TDIC, porque elas são objetos de prática de governamentalidade. Descuidar-se dela é fragilizar ou mesmo negar ação de governo (FOUCAULT, 2008). O cuidar é preservar a sua utilidade no contexto social fora dos interesses do Estado. Isso só poderá ser feito pelos cidadãos, livres. Conceito apresentado no início dessa seção.

Esse uso das TDIC como elemento político de uma economia política pode ser entendido sob a concepção de Castells (2017, p.107), quando ele escreve que o processo tecnológico inovador foi e o é conduzido pelo mercado. O autor ressalta ainda que esse processo criou “o paradigma da tecnologia da informação”.

Esse novo padrão das TDIC tem como principal característica a informação. Ela se distinguiu das outras tecnologias em razão dos efeitos das informações causados pela TDIC. Posto que a informação faz parte, dentre tantas outras, da atividade humana, seja ela coletiva ou individual, e é moldada na contemporaneidade pelas TDIC (CASTELLS, 2017).

No Brasil, a proposta mais efetiva, politicamente, que contempla todo o território brasileiro, de inclusão das TDIC, tem sua gênese, considerando a época, na Portaria de nº 549 de 13/10/1989.⁸

Então, saindo do controle no processamento de dados pelo Estado e do controle do território brasileiro pelas forças armadas entre a primeira década do século XX aos dias atuais, é na década de 80, do mesmo século, que a educação brasileira recebeu as tecnologias aqui até então apresentadas. Isso ocorre com a portaria de nº 549/89, que teve como objetivo o de

- a) Apoiar o desenvolvimento e a utilização das tecnologias de Informática no ensino fundamental, médio e superior e na educação especial; b) fomentar o desenvolvimento de infra-estrutura(sic) de suporte junto aos sistemas de ensino do País; c) estimular e disseminar resultados de estudos e pesquisas de aplicações da informática no processo de ensino-aprendizagem junto aos sistemas

⁸ Para ampliar a leitura e conhecer melhor a proposta, acesse: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002415.pdf>. Acesso em: 12 fev. 217.

de ensino, contribuindo para melhoria da sua qualidade, a democratização de oportunidades e consequentes (*sic*) transformações sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira,- d) promover a capacitação de recursos humanos na área,- e) acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o uso do computador nos processos educacionais; f) consolidar a posição alcançada pelo País no uso da tecnologia de informática educativa, assegurando-lhe os recursos indispensáveis.

Estes objetivos se enquadravam nas definições dos porquês que a tecnologia deveria fazer parte do espaço educacional no país, isso porque, estava surgindo naquele momento a necessidade de ter pessoal humano, preparado para o manuseio dessas tecnologias, no meio de sua geração e produção, inicialmente (MORAES, 2002).

Também foi possível de perceber que era a preocupação do Estado em formar mão-de-obra específica para atender a demanda da indústria e do comércio e a educação foi o ponto de partida para tal possibilidade, pensamento já apresentado por (Libâneo, Oliveira Toschi (2003). No entanto a sociedade tem a interpretação de que a escola foi e é o espaço legítimo para essa formação e que sua intencionalidade de existir é a de formar um futuro trabalhador.

O seu pensamento assim definido fortalece o ideal educacional, por exemplo, defendido por Dewey (2010). Uma educação utilitária e democrática. Salienta-se que esse ideal educativo do filósofo se sustentava em duas linhas, uma que preconizou a natureza, de onde viriam a matéria prima e, a outra, a prática (construtiva) que possibilitaria o fazer. Assim, a escola estava devidamente sustentada para atender as necessidades da sociedade. Pensamento esse também defendido por Moraes (2002), ao dizer que:

[...] alijar os professores dessa formação é aumentar ainda mais o fosso existente entre as classes, pois as camadas dirigentes certamente a terão em detrimento das demais. O atual modelo da política de informática educativa – PROINFO, afastou as universidades enquanto espaço de excelência para a formação e o centralizou no Núcleo de Tecnologia Educacional, NTE

Desse modo o Estado brasileiro então montou estratégias de inserir as TIC e, posteriormente as TDIC, na Educação, inicialmente com o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), em 1989 e, posteriormente revogado pelo ProInfo no ano de 1997.

As diretrizes descritas na proposta política dos programas como o PONINFE e o ProInfo descrevem suas justificativas, procedimentos técnicos e outros fundamentos legais e a necessidade de inclusão das TDIC na Educação e inicia sua defesa descrevendo a evolução dessas tecnologias, em particular o computador, e demais recursos tecnológicos presentes nessa tecnologia como sendo indispensável a nossas vidas (BRASIL, 1997).

O contexto econômico em que esses Programas são formulados foi caracterizado pelo acúmulo de riquezas de um lado mínimo da população e uma pobreza do outro. Em 1992, por exemplo, o Produto Interno Bruto mundial foi de 22 trilhões de dólares. No mundo havia somente 5,3 bilhões de habitantes. Isso quer dizer que a renda *per capita* anual seria de 4.200 dólares por habitantes, o que seria suficiente a época para se ter uma vida com dignamente humana (BRASIL, 1997).

Por outro lado, em termos de Educação, no mesmo período, havia um descompasso entre países ao Norte e ao Sul, e mais precisamente em relação ao trato com as tecnologias e sua potencialidade em contribuir com o crescimento do conhecimento. Isso implica em afirmar que os brasileiros, geograficamente, pertencentes a região Sul, encontravam-se em melhores condições de acesso e de uso ao da população Norte e Nordeste (BRASIL, 1997).

O ProInfo então chegou com o discurso de melhoria da qualidade da educação brasileira, apoiando-se em estratégias de nova prática pedagógica constituindo de elementos que comporiam a formulação de políticas públicas de gestão social. A história a partir da metade da última década do primeiro milênio se distingue das demais décadas pelo surgimento, de novas profissões. Mas essas profissões são de tão grau de técnicas e uso de tecnologias que se fez necessário uma mudança nas políticas sócias de forma a prover uma educação que possibilite o indivíduo a transitar por esse novo modelo de profissões e de profissional (BRASIL, 1997).

As estratégias ancoraram-se na atenção de que essas tecnologias estivessem, adequadamente conexas aos setores que tem a competência, por exemplo, de estabelecer regras e demais ordens de sua utilização, atendendo aos objetivos do Estado. Também se centrou na formação de redes para a redistribuição de informações entre as instituições escolares das redes pública de ensino e a educação como um todo (BRASIL, 1997).

Assim sendo, o discurso dessa proposta reformulada, procurou adequar-se as

necessidades educacionais desse país continental e as perspectivas do novo milênio. Conforme assinalou Castells (2017), um momento de grandes transformações no campo da tecnologia e na forma como os humanos se relacionam com ela, constituindo um mundo globalizado, também através da tecnologia digital. Uma sociedade em rede global.

O quadro que se segue apresento uma síntese das legislações no período entre 2000 a 2016 que promoveram a incorporação das TIC e as TDIC na Educação.

Quadro 5. Síntese a Educação e Legislação que abarca as TDIC (2000 – 2016).

Ano	Legislação	Abrangência em termos tecnológicos
2007	Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007	Nacional, (conhecido com a Lei ProInfo) com o objetivo de ampliar e (re)inserir tecnologias digitais na Educação como recursos à prática pedagógica docente e formação deles
	Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.
2008	Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008	Nacional, que projeta metas para da Infra-Estrutura de Rede de Suporte do Stfc Para Conexão em Banda Larga também nas escolas públicas do país. Tudo pela Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU
2010	Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.	Nacional, com a proposta de distribuição de um computador portátil, por aluno, nas redes públicas de Ensino.
2010	Resolução cd/fnde nº 24 de 16 de agosto de 2010	Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE.
2011	Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.	Nacional, estabelecendo diretrizes para o atendimento às pessoas com deficiência na Educação.
2012	Portaria nº 1.322, de 6 de novembro de 2012.	Nacional, que integra a Secadi ao ProInfo.

Ano	Legislação	Abrangência em termos tecnológicos
	Portaria nº 68, de 9 de novembro de 2012.	Nacional, que amplia o ProInfo as escolas rurais.
2016	decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.	Nacional, que dispõe sobre a política de formação de profissionais da Educação Básica

Fonte: Elaborado Santana a partir de dados no portal do FNDE

Observa-se que em 2007 foi reformulado o ProInfo, conforme visto no quadro acima. A diferença básica dessa nova proposta em relação a vigente, foi que esse novo programa buscou não só ampliar o raio de inserção na educação, adentrando para as modalidades de educação, como também ampliou os recursos tecnológicos designados para possibilitar melhoria na educação através das TDIC.

O ProInfo modulado nessa nova proposta de Estado, permitiu que houvesse a participação dos entes federados de forma mais efetiva. Nessa legislação visualiza-se um contrassenso! Ela manteve e mantém em certa medida uma relação de cima para baixo nos moldes correntes do MEC. Isso porque, nessa Portaria, estados e municípios participam por meio de um documento regulador em que os entes federados são apenas meros expectadores dessa implantação e manutenção do programa, nas instâncias técnicas e didática da proposta, incluindo o Distrito Federal. Outro ponto relevante que mereceu ser destacado quanto a reformulação do ProInfo, referiu-se a sua nomenclatura. Antes grafada de PROINFO, passou a ser ProInfo. Essa é a grafia de referência que utilizo nesta tese.

A diferença de denominação não foi meramente uma troca de texto, mas uma ampliação daquilo que se pretendeu, politicamente, introduzir na educação brasileira como por exemplo, os recursos, materiais e insumos tecnológicos, de modo que fizesse diferença na construção e no desenvolvimento do conhecimento na educação brasileira.

Essa mudança de nomenclatura afinou-se com o ideal de nominação das coisas apontado por Foucault (2000), quando este disse que nomeia-se as coisas a partir de uma apropriação de signos, que constituem uma política de permissão, compondo um discurso e uma gramática para manter o *status quo* daquilo que fora denominado e passou a ser objeto de discurso.

Essa mudança de nomenclatura também encontra fundamentos, em termos

epistemológicos, no que Castells (2017, p. 67; 2015, p. 101) classifica como “revolução da tecnologia da informação” e “uma revolução da comunicação”. Isso porque o autor diz que as tecnologias possibilitaram uma mudança de comportamento nos meios e modos de produção, como também no comportamento acerca dos meios de comunicação entre os sujeitos. A atual terminologia pode-se inferir que está atualizada com a evolução tecnológica porque as letras iniciais de cada termo estão em destaque afirmando o valor social de cada palavra (Projeto e Informática).

Para a utilização dessas tecnologias nas escolas, desde a primeira versão do programa ProInfo, ficou estabelecido que os dados educacionais seriam utilizados para a manutenção das ações e/ou atividades nas propostas educacionais que incorporam as tecnologias. Esses dados foram e são utilizados para dar subsídios estatísticos para a manutenção, regulação e reformulação das propostas por inferir que as mudanças buscaram (e buscam) também atender ao novo ordenamento tecnológico disponível a sociedade.

De 1997 a 2007, foram tempos mais que significativos para termos saltos quantitativos e qualitativos, em termos de produção tecnológica e de sua utilização, em particular, na Educação. A ordem do discurso vigente é a de que a informação pelas redes digitais criou um paradigma político. A política insurgente (política aqui não objeto de estudos) (CASTELLS, 2015, p.353-355).

O Decreto 6. 094/2007 estabeleceu o Plano e Metas para uma Educação para todos. Nesse documento fica subtendido, que, em referência a tecnologia, estaria inserida nos cinco eixos “gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, recursos pedagógicos e infra-estrutura (*sic*) física”. Isso porque, no parágrafo único dessa seção, o MEC adotou política de formação inicial e continuada com alguma tecnologia em específico e ou tecnologias já conhecidas da comunidade estudantil e/ou técnicos pedagógicos desde que elas comprovem resultados positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB (BRASIL, 2007).

No ano de 2008 o Estado passou a dar atenção para as formas de acesso a dados e voz, através das redes de telefonia em operação no Brasil, de modo que, ao final de 2010, todo o território brasileiro estivesse com esses sinais em atividade. Desde então, temos um valor mínimo de disponibilidade de serviços no que se refere a banda larga (dados/internet) para diferentes localidades o qual dependia da

quantidade de habitantes nas localidades, sendo que, para os de até 5.000,00 habitantes o valor mínimo de 2 Mbps, até 4Mbps para localidades acima de 5.000,00 habitantes. As localidades que estivessem acima desse quantitativo populacional, varia de 8 a 64 Mbps.

Mesmo havendo políticas públicas, nas mais variadas propostas quanto as TDIC para a educação, no período aqui delimitado, o observatório do PNE, um site criado com o objetivo de monitorar as ações governamentais a respeito das metas e dos objetivos inclusos no Plano, tem demonstrado que ainda o país encontra-se distante da universalização ao acesso as tecnologias, conforme delineou o próprio PNE e as outras leis aqui em análise.

Figura 1. Percentuais a respeito do acesso à banda larga de dados e computador por aluno.



Fonte: Portal do Observatório do PNE (2014).

A figura 2 demonstra que em relação a disponibilidade de banda larga foi que o atendimento pode-se dizer inexpressivo, já que em 2014, apenas 42,7 das escolas estão com acesso ao serviço de dados em banda larga. A estimativa era de que somente em 2019 esse acesso poderia estar universalizado. O mesmo ocorre com a quantidade de aluno por computador. Em 2014 são 34,3 alunos por equipamento e somente em 2020 é que esse número chegaria a 11,4 por aluno. (PNE, 2014).

Tanto um dado quanto o outro ainda são incipientes quando o assunto é o atendimento a demanda educacional em termos de acesso as diferentes tecnologias que poderiam estar ajudando ao desenvolvimento e o desempenho educacional no país.

Mediante observações a respeito de estratégias políticas empregadas pelo Estado brasileiro até aqui já esculpidas, foi possível inferir que o Brasil teve (e tem) se utilizado de estratégias que nem sempre condiz com a realidade social local. Essa observação foi descrita por Sobral (2012), quando descreveu a política brasileira como sendo uma proposta adaptada a partir das experiências de países como Estados Unidos da América (EUA) e a Suíça. Isso na década de 30 do século XX, e que nos dá ainda mais respaldos para acatar a necessidade de aprofundar estudos científicos acerca de políticas públicas com vistas a contribuir no fortalecimento de uma política pública local, regional e de Estado a partir de nossas especificidades sociais.

Essa observação aplica-se ao meu objeto aqui em análise, considerando os EUA, pois suas descobertas afetam todo o planeta e, dessa forma, suas produções devem servir de elementos de análise para se conjecturar a necessidade de inserção na educação, inclusive no Brasil.

Desde a década de 30 do século XX que a tecnologia eletrônica teve propulsão inimagináveis. Através dos transistores e processadores, seguindo-se dos microprocessadores, deu-se a criação dos computadores e suas bases de processamento como os conhecemos hoje. Essas tecnologias foram introduzidas na educação brasileira a partir das indústrias internacionais, com as quais o Brasil mantinha relações comerciais. Inicialmente por meio dos órgãos de defesa do Estado, posteriormente as instituições de ensino superior seguidamente pelas de formação básica (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2014).

Uma vez inserida na educação brasileira, uma das tecnologias que mais se fez e faz presente é o computador. Inserido na escola pública por volta da década de 70 do século passado, sua ampliação para o chão escolar em termos macro e microrregional, deu-se a partir de 1997. Desde então, as tecnologias computacionais passaram a fazer parte dos equipamentos didáticos/tecnológico nas escolas.

Entre os anos de 2008-2013 pode-se observar que em relação ao acesso por computador nas macrorregiões do Brasil houve uma redução quanto ao número de estudantes por equipamento ao longo de 06 anos, observe os valores absolutos apresentados na tabela 1. Eles indicam o quanto ainda se faz necessário políticas efetivas de inclusão digital na educação brasileira.

A região Nordeste só perde para a região Norte, em termos de quantidade de alunos por computador. Foram 42 alunos por máquina. Logo vê-se que as diretrizes e

metas propostos em programas de políticas públicas como o ProInfo, não conseguem atender a demanda estudantil, levando-se em consideração de que uma das metas foi o de colocar cerca de 38.000 computadores nas escolas selecionadas, até o ano de 1998.

Tabela 1. Número de alunos por computador nas escolas de Educação Básica da rede pública.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	96	75	55	42	37	34
Norte	163	127	87	60	51	48
Nordeste	162	115	72	53	45	42
Sudeste	83	65	52	42	37	35
Sul	55	45	35	26	23	21
Centro-Oeste	85	66	45	36	32	30

Fonte: Portal do Observatório do PNE (2014)

Corroborando com os dados acima, no ano de 2008, em um relatório que envolveu as quatro macrorregiões brasileiras, evidenciou-se que somente 40% das escolas brasileiras receberam alguma ajuda técnica e/ou financeira, com relação aos materiais digitais, incluindo o computador. Ajuda essa que foi obtida pela iniciativa pública e a privada (CIVITA, 2009).

Considerando as TDIC, objeto de análise nessa tese, o Brasil tem se posicionado em 8º lugar segundo indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE⁹. Com um índice Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA¹⁰ de 0,63 em uma escala até 1,6. Estando abaixo de

⁹ A OCDE tem atuado nos âmbitos internacional e intergovernamental, reunindo os países mais industrializados do mundo e alguns países emergentes, como México, Chile, Coreia do Sul e Turquia. Em 3 de junho de 2015, o Brasil assinou um Acordo Marco de Cooperação com a OCDE. A assinatura do Acordo de Cooperação estabeleceu um novo patamar no relacionamento bilateral do Brasil com a OCDE, que continuará a ser pautado pela seleção, com base no interesse mútuo, das áreas específicas de colaboração. O Acordo, que foi submetido ao Congresso Nacional, institucionalizou a participação brasileira em diversos foros da Organização e estabeleceu os mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras (BRASIL, [201?]).

¹⁰ Aplicado em 65 países, ele tem sido o principal sistema de avaliação da qualidade de Educação pelo mundo. Desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo em cada país participante uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Fonte: Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/> Acesso em: 06 dez. 2016.

países latino-americanos como o Uruguai com uma taxa de 1,33 (OCDE, 2015).

Quanto as TDIC citadas no relatório, o Brasil em 2003 havia 34 alunos por computador. Em 2012 esse compartilhamento era de 22 alunos por computador. A média comparada pela OCDE é de 5 alunos por computador. Já com relação a habilidade dos professores utilizarem as TIC como instrumento pedagógico 27% declarou estar preparado e 37% declararam que necessitam de conhecimentos específicos. Vale ressaltar que número de professores na educação no Brasil no período da elaboração da pesquisa pela OCDE era de mais de 2 milhões de docentes. Isso significa que mais de 740 mil docentes não se sentem capazes de utilizar o computador como instrumento didático-pedagógico (OCDE, 2015; INEP, 2012).

Os índices até então apresentados possibilitam inferir que questões como equidade e qualidade na Educação ainda permanecem equidistantes de serem cumpridas. Essa distância tem sido em razão do Estado brasileiro ainda não ser um Estado de bem-estar social. Para sê-lo, se faz necessária que as políticas públicas de Estado a serem implementadas a sua população sejam a partir da realidade de cada microrregião e com os recursos humanos e financeiros oriundos da sociedade e não exclusivamente do mercado capital. Seria o Estado para a sociedade e dela para Estado. Os ganhos nessa dupla parceria corroborariam para uma sociedade mais igualitária em termos de acesso as tecnologias e uma equidade em termos sociais (BOBBIO, 2007; HOBBSAWM, 2017).

Destaquei que há uma necessidade de reformulação de políticas públicas para além de atendimentos pontuais e de forma descontínua. O Estado brasileiro tem constituindo políticas públicas de atendimento a educação, em particular as que incluem as TDIC, de modo que não tem dado respostas a sociedade, conforme Fernandes (2013, p. 317) destacou:

A eficácia das instituições depende da contribuição que elas dão à seleção das técnicas e dos valores que orientam as ações, as relações e as atividades sociais. Os elementos que interferem, de modo negativo, na reinterpretação e na reintegração das instituições prejudicam, pois, de duas formas a capacidade de “progresso social” da cidade.

Há, segundo o autor, que considerar os fatos de ontem e as ocorrências do hoje para que sejam reorganizadas as ideias e então um novo processo de práticas sejam postas para um futuro melhor a todos.

2.2. Na esfera Estadual.

Nessa seção, procuro descrever, a partir dos discursos, do ponto de vista da legislação e dos envolvidos na gestão, como se deu a inserção das mídias digitais na Rede Estadual de Educação de Sergipe. Descrevo sucintamente como tem andado a política e suas coligações partidárias no tempo delimitado na pesquisa, bem como trago dados a respeito de intenções e de formulações de políticas públicas à educação no mesmo período. Desde então, passo a refletir a partir do campo local, e dou início descrevendo a estrutura do Estado de Sergipe e dos governos que se fizeram presentes no período em estudo.

O Estado de Sergipe, é composto de uma relação política de governo do estado e do governo de municípios. Atei-me as descrições desse estado considerando os discursos de governantes presentes os documentos de referência aqui utilizados. No ano de 2000, o governo do estado de Sergipe foi João Alves Filho (2º mandato como governador).¹¹ Com as eleições de 2006, assumiu o poder executivo do estado Marcelo Deda Chagas, que governou de 2007 a 2014. No seu segundo mandato, devido a vacância, em decorrência de seu falecimento o vice-governador, Jackson Barreto de Lima assume a pasta. Este elegeu-se como candidato pelo Partido Trabalhista do Brasil - PTdoB, no ano de 2014, onde ficará em exercício até 31 de dezembro de 2018 (SERGIPE, 2017).

Esses dados de governança serviram para me alicerçar, em relação aos ideais políticos (incluindo seus discursos), e bases políticas que o Estado sergipano transitou, principalmente nos últimos 16 anos de política governamental no estado.

Cada um desses sujeitos políticos, representantes do povo, têm em se ideais e interesses no ato de governar. Tais vicissitudes e importância certamente estão coligados a filosofia do partido ou a sua coligação partidária, ou ainda à classe social a qual defende e ou é participante.

Conforme descreveu Fernandes (2007), os representantes dos partidos, ou escolhidos para serem representados, seguem a cartilha do poder proprietário. Esses

¹¹ No seu governo (2003), os professores da rede estadual, vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe-SINTESE, estavam pressionando-o para a melhoria de seus salários. Valor esse de piso na ordem de R\$ 195,00. Também buscavam a democratização no que concerne a gestão escolar. Atividade essa inda não inserida nos padrões políticos instituídos pela CF/88 e na LDB/96. Que em seu Art. 3º, parágrafo 8º estabeleceu a democratização da escola a partir da participação docente, representantes da comunidade estudantil e local, na formulação de propostas pedagógicas e na participação da comunidade nos conselhos de representação.

políticos, por mais que pareçam estar dando respaldo as bandeiras com questões sociais, nada mais fazem que produzir pano de fundo no que diz respeito a ordem democrática e não respostas condizentes com as demandas sociais.

O primeiro governo, aqui delimitado no campo temporal (2000), teve como governador o Sr. João Alves Filho. À época, político do Partido da Frente Liberal – PFL, opositor ao candidato Albano Franco, do Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB, já havia governado o estado de Sergipe em 1983 pelo Partido Democrático Social – PDS (FGV, 2017).

Nunes (2012), descreveu esse momento político histórico de Sergipe como aquele em que as propostas de inclusão das TIC já se faziam presente na educação pública da rede estadual de ensino. Isso porque, Programa como o ProInfo e a estruturação de setores dentro da SEED para a recepção dessa proposta do poder executivo, como por exemplo, a CODIN, a DITE e os LIED foram a concretização dessa política de implementação.

Também aponto algumas contradições políticas no fortalecimento da educação pertencente a rede estadual de ensino, a principal é no descumprimento da legislação em relação, por exemplo aos salários docentes, mas também em termos estatísticos estudantis. Isso porque, é importante salientar, que os valores absolutos de matrícula estão intimamente ligados aos programas, projetos e ações disponibilizados pelo Estado. Números de matrículas dão justificativas para o desembolso por exemplo de recursos financeiros à educação.

Vejamos o quantitativo de alunos regularmente matriculados, a cada ano, no quadro que se segue.

Quadro 6. Número de matrícula Sergipe entre o ano de 2000 e 2015 (rede estadual de ensino).

Ano da matrícula	Totais	Ano da matrícula	Totais
2000	260.245	2008	198.510
2001	247.154	2009	188.157
2002	236.068	2010	175.886
2003	232.104	2011	171.952
2004	234.058	2012	163.487

Ano da matrícula	Totais	Ano da matrícula	Totais
2005	221.192	2013	154.944
2006	205.453	2014	147.216
2007	201.122	2015	143.996

Fonte: Elaborado por Santana a partir resultados do Censo Escolar (INEP-2000 a 2015).

Considerando esses dados, foi possível perceber que há um decréscimo, acentuado e perene, a partir de 2007, em relação aos números de matrículas. Isso considerando a faixa de idade pertinente a ocupação dos anos de educação aqui delineados, na idade entre 06 e 17 anos.

Esses valores de matrícula indicaram problemas no que se refere ao acesso aos recursos tecnológicos presentes nas escolas da rede. Desde a sua implantação na educação, o ProInfo tem disponibilizado, quase que exclusivamente, o computador como elemento primeiro de tecnologia na escola.

A tabela a seguir apresenta em números absolutos e percentuais de escolas, da rede pública e privada, a partir de 2007, que disponibilizam computadores para os discentes. Observe a tabela que se segue.

Tabela 2. Valores absolutos e percentuais de escolas da Educação Básica com computador disponível para os alunos (Sergipe).

Ano	Todas as redes	Rede pública
2007	12% 299	9% 200
2008	14,9% 371	10,7% 234
2009	21,5% 532	16,8% 358
2010	33,7% 798	30,5% 617
2011	10,8% 945	38,6% 824
2012	44% 1.014	42,6% 824
2013	46,4% 1,062	46,2% 879

Fonte: MEC/INPE/Deed/Censo Escolar (2013)

Nessa tabela, podemos perceber o quanto ainda se faz necessário para que os objetivos e as diretrizes, bem como as estratégias políticas de inserir as TIC e/ou TDIC na educação pública brasileira ainda tem sido incipiente. Apenas 46,2 % das escolas de toda a rede pública nacional foram espaços de recepção dessas tecnologias.

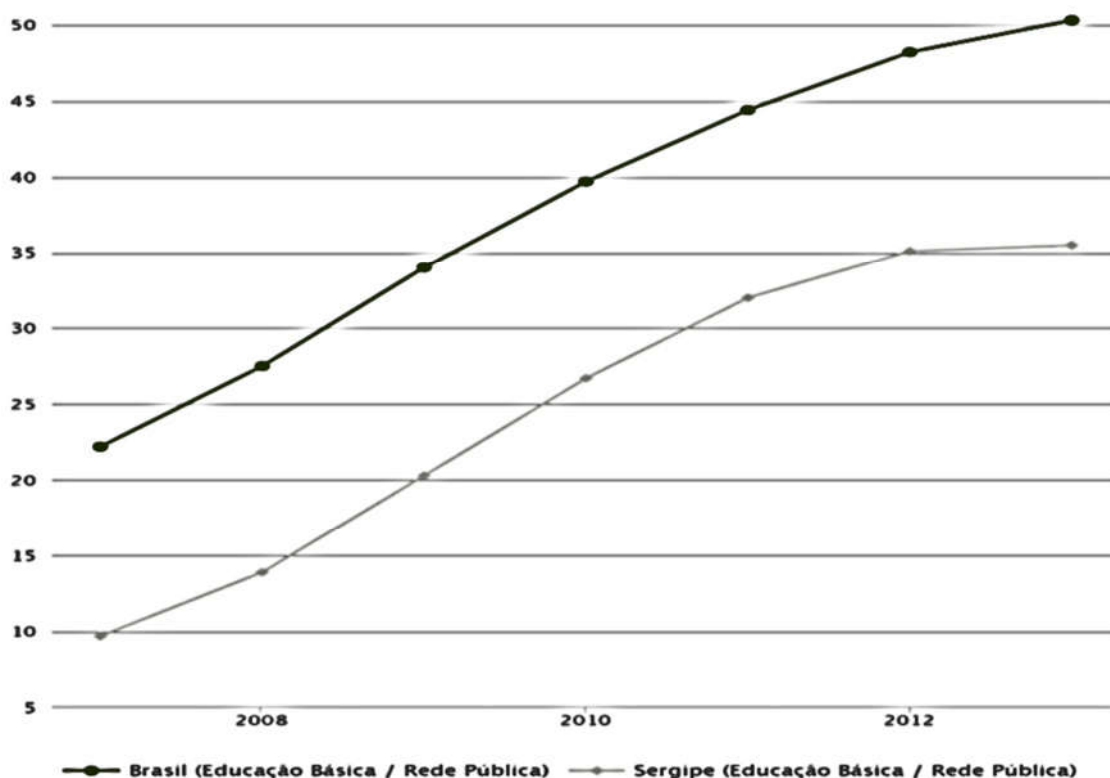
As observações já foram apontadas, a exemplo de Sergipe, por Nunes (2012) em relação a macroestrutura, como foi o caso da própria edificação do espaço de logística ao atendimento das propostas políticas de inserção das TDIC na educação local. Em que, segundo a autora (Op. cit.), a DITE, ocupa espaço secundário. Secundário porque não houve a devida preocupação com as instalações mínimas necessárias para os trabalhos de formação continuada e na implantação do primeiro LIED com as tecnologias digitais, como requer sua implantação.

Essas falhas estruturantes também foram notadas quanto a utilização de tecnologias como a internet. Observe agora o que nos mostra a gráfico 1, quanto aos percentuais de escolas públicas com acesso à internet no estado de Sergipe.

Como base nos dados do INEP (2017), no estado de Sergipe, computam-se 354 escolas na rede estadual. Ao todo são 2.223 unidades escolares em todo o estado, considerando todas as redes (pública/estadual, federal e municipal e particular).

Importante salientar que, mediante dados apresentados, no período entre 2007 a 2013, não temos nem a metade de nossas escolas com computadores e nem com acesso à internet banda larga.

Gráfico 1. Percentual de escolas da Educação Básica com acesso à internet (Sergipe).



Fonte: Reprodução do Observatório do PNE/MEC/INEP/Censo Escolar (2013)

De acordo com esses dados, no ano de 2007, que é o ano não aparente no gráfico de forma explícita, o número de escolas pública no estado que tinham acesso à internet era de 215 em 2007, 305 em 2008, 432 em 2009, 541 em 2010, 626 em 2011, 678 em 2012 e 676 em 2013 unidades escolares com acesso à rede mundial de computadores (MEC, 2017).

Para a inserção dessas tecnologias se fez necessário propostas de intervenção na educação, de forma política, o de buscar dar respostas aos dispositivos legais e apresentar-se para os sujeitos brasileiros e comunidade internacional que país tem

buscado estar atento as mudanças e revoluções tecnológicas que ocorrem.

Corroborando com Castells (2017), quando este descreveu que as revoluções e evoluções são a nossa essência, evidenciou-se o desejo pelo novo e o inovador ocorreu de modo multilateral, ou seja, aconteceu nas diversas seções das diversas sociedades. Mas também não ocorreu de modo integral, pleno ou totalitário, devido as interferências dos sujeitos que vivenciam essas transformações.

Ainda segundo Castells (2017), os sujeitos devem ser atores políticos, o que, de acordo com Foucault (1999), utilizam-se do discurso como expressão. Essa atuação faz com que essas revoluções e/ou evoluções tecnológicas encontrassem também obstáculos para sua plena inserção nas sociedades. Esses, ainda segundo Castells (2017), ocorreram por diversas razões, considerando esses sujeitos políticos. A primeira decorre do grupo que ele chama de cristalizações institucionais e endurecimento de setores públicos, por exemplo, em conceber que as mudanças externas a estes se tornam impossibilitadas, a priori, de adentrarem porque já se acomodou as mudanças anteriores.

Para possibilitar que tais avanços tecnológicos passassem de fato se fazerem presente nestes espaços, tornou-se urgente a mudança de mentalidade política e cultural, o que por sua vez possibilitará mudança social. No entanto, Castells (2017), ainda alertou a respeito de se considerar os processos cognitivos dos sujeitos, suas emoções (capacidade de correlacionar consigo e com os pares) e sua relação como seu meio. Ressaltei que a mudança política tem sido a principal forma de mudança social porque ela foi a que possibilitou a institucionalização dos novos valores difundidos na sociedade.

Pode-se inferir mediante tais dados dessa seção de que o Estado de Sergipe tem deixado à segunda ordem as políticas de educação, mais especificamente aquelas que buscam dar suporte ao gestor e ao docente no tocante ao uso didático pedagógico das TDIC nas escolas da rede estadual de ensino. Essa sua displicência política trouxe, traz e trará resultados negativos imensuráveis, num futuro próximo, quando ao desenvolvimento do estudante e da comunidade a qual ele está inserido bem como da sociedade a qual faz parte sendo indivíduo de sua edificação, porque os conhecimentos necessários para seu livre trânsito na sociedade da comunicação digital ficaram a desejar na sua formação básica.

O início da seção anterior trouxe de forma geral a Política local de inserção das

TDIC, daqui por diante trabalho na perspectiva micro dessa inserção iniciando pela caracterização geopolítica do Estado de Sergipe.

Geograficamente estamos na macrorregião Nordeste do país. Temos atualmente a seguinte configuração geopolítica. 75 municípios, subdivididos em uma área de 21.918,443 Km². Temos fronteira com o estado de Alagoas ao Norte e, ao Sul e Oeste, como estado da Bahia. Com uma população estimada em 2016 de 2.265.779 habitantes e com uma densidade demográfica de 94,36 habitantes por metro quadrado. Maior concentração na Capital Aracaju, com 641. 523 habitantes e sua densidade demográfica de 3.140,65 habitantes por Km² (IBGE, 2016).

Esses dados constituem o perfil censitário do estado de Sergipe considerando a delimitação do tempo desta tese. Os dados estatísticos são os principais valores que contribuem para a formulação de políticas pública de Estado e de governo. São os coeficientes estatísticos que indicam pontos de fragilidade, avanços ou mesmo de degradação social, por exemplo, e que merecem ser considerados pelo poder público no momento de estabelecer diretrizes, metas e outras fórmulas de atendimento à população residente nas suas diversas categorias de análise.

No censo escolar de 2016, elaborado pelo INEP (2017), a rede estadual de ensino, em todo Brasil, comporta 43,1% do total de matrículas nos anos finais desse ciclo de formação. Os anos iniciais ainda é distribuído pelo estado e município, contrariando a legislação. De acordo com a LDB/96, o ensino fundamental, nos anos iniciais (1º ao 5º ano) passaria a ser de responsabilidade do poder público municipal. Ficando a cargo dos anos seguintes, 6º ao 9º, e o ensino médio o poder público estatal (BRASIL, 1996).

É nesse contexto que continuam a desembocar as políticas públicas de inserção das TDIC na educação pública sergipana.

Para constituir um documento monumento histórico acerca das TDIC na educação pública do estado de Sergipe, se fez necessário definir quais espaços físicos serviram de objeto de análise. Conforme já enunciado na introdução, a SEED, a DITE e as DR que contém os NTE já homologados e a homologar é que constituíram a área de estudo. Saliento que a abrangência atinge os 75 municípios que compõem geopoliticamente o estado de Sergipe.

Na SEED é que estão as diretorias gerais da administração do ensino público do estado de Sergipe. Nela é que foco o olhar de pesquisador para com as diretorias

e seus respectivos membros bem como para o material físico contido nesses e que são objetos de estudos para uma descrição de fatos e ocorrências sobre como essa secretaria desenvolveu e desenvolve seus trabalhos de atenção à política de inclusão das TDIC na educação.

Considerando os documentos que norteiam a participação de estados e municípios no que concerne a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão das TDIC, o que se observa é um modelo de aplicação pública de recursos financeiros e humano sem que estudos de impacto social aos sujeitos e espaços fins para a sua aplicação fossem realizados.

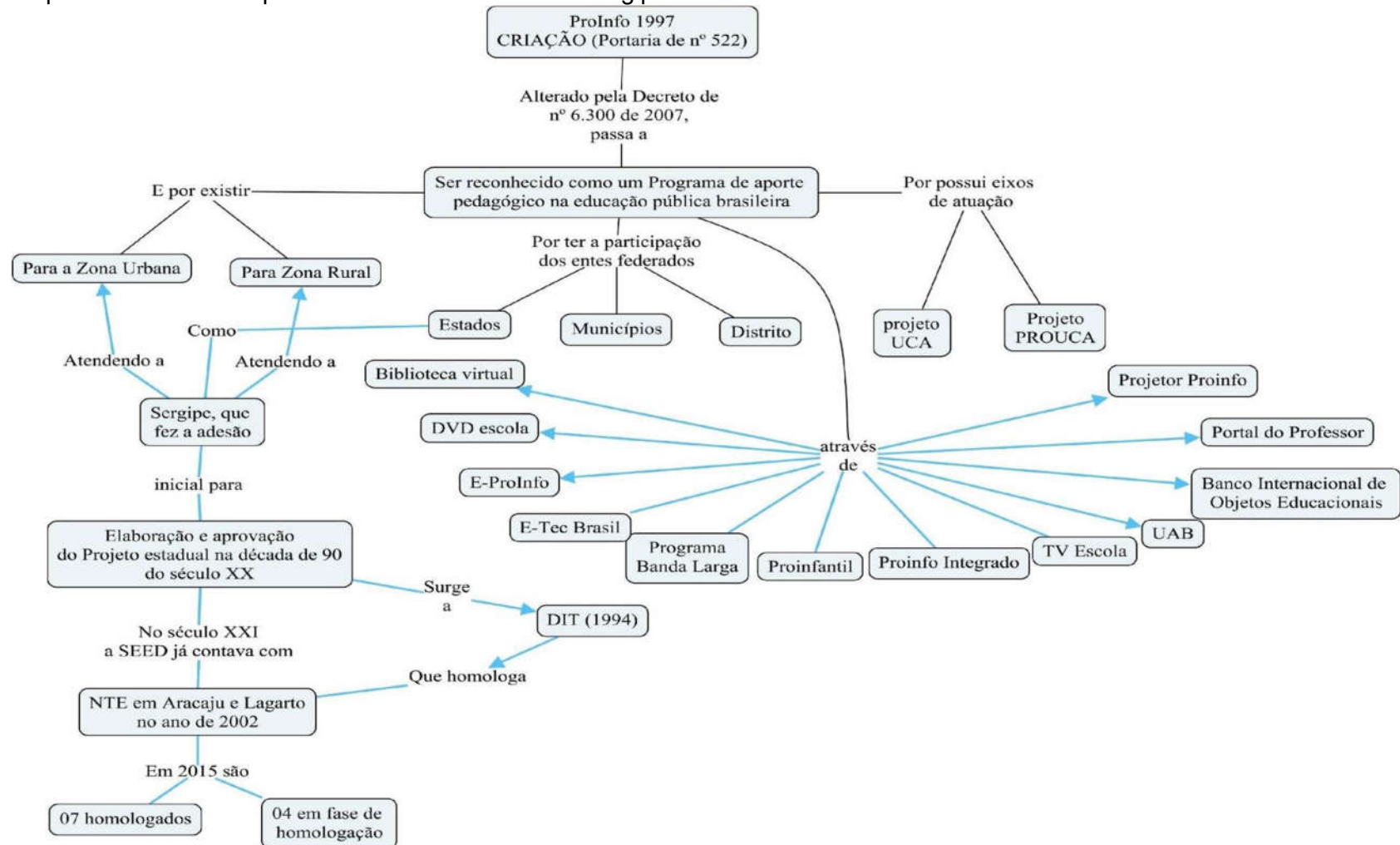
Para essa afirmativa, trago fragmento do enunciado contido nas *Diretrizes* (grifo do outro) do **ProInfo** (destaque do autor) em que “a crescente e irreversível presença do computador [...] na vida das pessoas tornou indispensável. Disso, resultou na [...] obrigação do poder público de diminuir as diferenças entre os alunos de escolas públicas e particulares. No entanto, buscou minimizar o dito anterior quando diz que iniciará na [...] “ênfase à capacitação de recursos humanos, que precede a instalação de equipamentos” (BRASIL a, 1997, p.2).

No mesmo documento, no item que justifica a sua construção como projeto político das TDIC no ensino público, o MEC inicia com a necessidade de capacitação dos sujeitos para atender a demanda de qualificação doente, de técnicos pedagógicos e da administração escolar com vistas a inseri-los na nova ordem de “[...] gestão social do conhecimento” porque as tecnologias e suas propriedades requerem sujeitos adaptados a essa gestão (BRASIL a, 1997, p. 6).

Para receber esses aparatos tecnológicos o governo de Sergipe deveria dispor de um local, específico. A DITE passou a ser o espaço político de redistribuição dos programas oriundo do MEC e no desenvolvimento de propostas local para seu uso na educação. (NUNES, 2012).

Sua participação na adesão às políticas de inclusão das TDIC na rede estadual de educação se dá bem anterior ao recorte dessa tese, no entanto, o resgate histórico além de oportuno se faz necessário. E o apresento na modalidade de mapa conceitual.

Mapa conceitual 2. Mapa do ProInfo nacional e em Sergipe.



Fonte: Elaborado por Santana (2018) a partir de documentos do MEC e da DITE.

A autora encontrou indicativos históricos da inserção dessas políticas a partir da estruturação da DITE. Eu as analisei sob o viés da análise do discurso contido nos documentos encontrados pela pesquisadora.

Suas percepções são corroboradas também por Oliveira e Nascimento (2014) que descrevem caminhos de inserção das tecnologias, em específico as da comunicação (computador e internet) na educação sergipana, por meio do programa PRONINFE e o projeto de implantação dos LIED através também da DITE.

As especificidades de atos políticos aplicados a implantação das TDIC na educação sergipana, não diferente das políticas de Estado, até o momento podem ser conceituadas em “dois modos de produção, o capitalismo e o estadismo. O primeiro visa o lucro o segundo o poder. Mantendo a eterna discussão científica sobre o Estado e o capital (CASTELLS, 2017, p.73).

Essas acepções que aqui agrego, no entendimento de como o Estado constrói políticas pública, também encontro sustentação quando ele encontra na didática e no currículo suportes pedagógicos para atender o que Hypólito (2012, p.539) denominou de “sociedade de mercado”.

Importante salientar que, somente a partir de 1997, com o ProInfo, foi que as escolas passaram a ser ambientes reais de recepção e de utilização desses recursos tecnológicos. Desde então, apenas foram implantados os telecentros como espaços de inclusão digital fora da unidade educacional, no entanto, espalhados em pontos estratégicos em todo o país (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2014).

Em 2000, o Estado de Sergipe já havia desenvolvido atividades pedagógicas com tecnologias como o computador, a TV e o vídeo cassete, por exemplo. Seminários locais e regionais sobre o vídeo escola, cursos de formação em informática educativa e informática na educação por meio de uma discussão pedagógica, festival de teatro para difundir o vídeo escola, encontro pedagógicos de sensibilização e formação específica para o uso de tecnologias educacionais eletrônicas e as capacitações de docentes e técnicos da educação para lidar com as tecnologias recém disponibilizadas pelo MEC foram realizadas (NUNES, 2012).

Para que fossem instalados os espaços que recepcionariam as TDIC a SEED, conjuntamente com a DITE teria que ter concluído o que rege os documentos que norteiam o seu recebimento, a principal delas concretizar os NTE e estes por sua vez ter dado autorização para o funcionamento dos LIED.

A política de Estado é elemento compositor de políticas públicas na Rede Estadual de Educação em Sergipe. O estado, por meio do poder executivo de Sergipe firma, por exemplo, acordos de Cooperação técnica entre o poder executivo federal.

A segunda cota, ocorreu no ano de 2005, num total de 34 laboratórios, pela empresa ITAUTEC¹². Em que foram instalados 30 e 04 ficaram pendentes (DITE, [sem data]).

No ano de 2007, fora recebido a terceira cota para a montagem de 97 laboratórios, pela empresa positivo. Foi instalado em 10 escolas, 03 até então ficaram no aguardo de instalação e 81 não possuíam infraestrutura para sua instalação (DITE, [sem data]).

Em termos de espaços fins para receber os equipamentos a DITE já homologou sete (07) NTE, cinco (05) nas DRE, um na DEA e o sétimo na Central, na SEED. Outros NTE estão em processo de homologação nas DR 04, 06, 08 e 09.

Fica evidente que a inserção dessas tecnologias perpassa pela aplicação de técnicas estruturais previamente elaboradas por pessoas externas ao espaço fim de sua colocação. Essa afirmativa é enunciada nas considerações de ordem física monumental, de ordem de formação técnica humana e de ordem de estrutura de cabeamento elétrico e lógico. Essa referência ao 'lógico' é porque os computadores, mesmo com a estrutura de execução em algoritmos, eram utilizados periféricos por meio de cabos sem a existência do que hoje conhecemos como comunicações através de rede virtual de acesso ou mesmo por meio de ondas elétrico magnéticas denominadas de WiFi.

Para essa afirmação vou para além do recorte temporal aqui delimitado na pesquisa. Cito então o ofício de nº 093 de 1998 em que o MEC oficializa ao secretário, à época, de que este providencie a recepção do segundo lote de equipamentos de informática, objeto de dispensa pelo ProInfo às escolas que estejam em alinhamento técnico para recebê-los e identificadas ao MEC pela SEED.

Figura 2. Registro da SEED de participação no ProInfo.

¹² A Itautec S.A. é uma empresa brasileira com sede administrativa na cidade de São Paulo. Tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços (ITAUTEC. Disponível em: <http://www.itaute.com.br/pt-br/relacoes-com-investidores/institucional/perfil-corporativo>). Acesso em: 25 mar. 2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

OFÍCIO CIRCULAR N.º 043 /SEED/MEC

Brasília, 05 de Novembro de 1998.

Senhor Secretário,

Tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo, informo a Vossa Excelência que a Concorrência MEC/SEED Nº 01/98, relativa à aquisição dos 29.748 (vinte e nove mil, setecentos e quarenta e oito) computadores, com os respectivos periféricos e suprimentos, destinados aos 100 (cem) Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE da segunda etapa e para as 2.646 escolas (25% das cotas estaduais), encontra-se na fase de homologação do resultado do julgamento.

Para efeito de averiguação das reais condições dos endereços indicados, bem como para definição do cronograma executivo das instalações objeto da Concorrência acima aludida, solicito a especial atenção de Vossa Excelência no sentido de notificar as escolas beneficiárias sobre a imediata aplicação de *check list*, conforme modelo anexo, em visitas a serem realizadas por técnicos credenciados pelo ProInfo.

Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (061) 410 8961, 410 9010, fax (061) 226 8921, e e-mail proinfo@seed.mec.gov.br.

Atenciosamente,

PEDRO PAULO POPPOVIC
Secretário de Educação a Distância

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ ANTONIO BARREIRO
Secretário de Estado da Educação, Desporto e Lazer de Sergipe
Travessa Baltazar de Góis, 86 - Ed. Estado de Sergipe
49009-970 - Aracaju/SE

Fonte: Reprodução a partir de documentos colhidos na SEED (2017)

A afirmativa expressa anteriormente para a recepção e uso das tecnologias do

Programa, é por causa do discurso do *ter* (grifo meu). Esse possuir é porque o tempo, o espaço e o discurso comercial e o discurso político à época, encontrou sustentação no discurso neoliberal. Discurso esse que se caracteriza pela falsa concepção de que a permissão de acesso a produtos e bens de consumo do chamado primeiro mundo nos países de terceiro mundo ocasiona uma espécie de bem-estar social (o caso do Brasil). Esse discurso que tem gerado mais desigualdades do que igualdades sociais por que há interferências externas a nossa realidade social (HOBSBAWN, 2017; LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCH, 2003; CASTELLS, 2017).

O documento que apresento e faço sua descrição a seguir o que se percebe é o interesse por empresas de tecnologia em participar desse leque de oportunidade de vendas e consequentemente de lucro. Em 1998 a empresa EDUSYSTEMS: sistemas operacionais, em atenção ao Sr. Gladston Lisboa, assinalado pelo Chefe da DITE, o que se observa é a difusão de produções tecnológicas de softwares como “Meio Ambiente, Parque dos Fósseis e o Enciclo Aventura”. Esses materiais, segundo a empresa, são especialmente desenvolvidos para atender ao Ensino Fundamental e Médio (é dito no documento 1º e 2º graus). Não consegui acesso aos produtos para poder analisá-los e possibilitar uma concepção de quais reais objetivos educacionais estão inclusos. Também não consegui identificar se estes recursos foram analisados e de alguma forma assinalados ou não para o seu uso nos NTE e LIED.

As duas ilustrações constante nas figuras 9 e 10 demonstram o quão é forte o poder da comunicação. Ricas em cores e elementos textuais diversos leva o leitor a conceber que tais produções são elementos fidedignos de intenções didático pedagógico nas escolas.

Esses recursos digitais para atingirem seus objetivos educacionais devem ser compostos de uma interface em que o usuário final (aqui o estudante) e o usuário pré-final (o docente) façam uso de seus recursos de modo haver a interatividade necessária para a construção do conhecimento. Essa interatividade acontece se os recursos elaborados pelos engenheiros e técnicos em sistemas de informação constituírem um software com apoio didático pedagógico de um pedagogo para que as ferramentas de interação aconteçam de modo eficaz.

Figura 3. Propostas de materiais didáticos recebidos pela DITE (softwares para o trabalho com Projeto de integração e Ícones do futuro).



PROJETO INTEGRAÇÃO.

O que faltava para você integrar ensino com tecnologia.

Pioneira e líder no Brasil em Softwares Educacionais, a Edusystems está presente em mais de 15 países, nas salas de aula de 50 mil escolas.

E para também estar presente em sua escola, a Edusystems acaba de lançar o **PROJETO INTEGRAÇÃO**.

O **PROJETO INTEGRAÇÃO** é uma nova proposta educacional que usa a Tecnologia de Ensino em todas as disciplinas, promovendo a integração curricular nas diferentes abordagens: multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Para isso, o **PROJETO INTEGRAÇÃO** conta com o que há de mais moderno em recursos didáticos.

Estes recursos são softwares de gerenciamento pedagógico, banco de dados educacionais (imagens, sons e textos), software de autoria e projetos temáticos, entre outros. Todos adequados à nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases e aos novos parâmetros curriculares nacionais.

Como este banco de recursos didáticos fica disponível e é acrescido das atividades pedagógicas desenvolvidas diariamente, sua escola pode atingir outros níveis de qualidade, não precisando recriar necessariamente todo ano novas atividades.

É esta tecnologia de última geração que a **EDUSYSTEMS** agora coloca à disposição das gerações do futuro em sua escola.

NÃO DEIXE SUA ESCOLA FORA DESTA NOVA PROPOSTA EDUCACIONAL.

LIGUE e solicite uma visita da nossa equipe:
 (013) 238.6507 • Fax: (013) 231.2324

EDUSYSTEMS
 SISTEMAS EDUCACIONAIS

R. Costa Alves nº 17 - CEP: 13040-191 - Santos - SP
 e-mail: edusystems@edusystems.com.br
 http://www.edusystems.com.br

Figura 4. Propostas de materiais didáticos recebidos pela DITE (softwares para o trabalho com Projeto de integração e Ícones do futuro).

APRESENTAMOS ALGUNS ÍCONES DA EDUCAÇÃO DO FUTURO.
EDUSYSTEMS, TECNOLOGIA A SERVIÇO DA QUALIDADE DE ENSINO

Promover o desenvolvimento, tradução, adequação e distribuição de softwares educacionais, a Edusystems possui as mais avançadas tecnologias aplicadas à educação. Fornece o suporte necessário à correta utilização adotada pela escola para uso de Informática Educacional. Os produtos da Edusystems estão, hoje, nas salas de aula de mais de um milhão de alunos em vários países, como os Estados Unidos, Israel, Inglaterra e Suécia. E, no Brasil, tiveram sucesso em mais de 200 das melhores escolas do país.

SÉRIE CONCEPTS ON LINE

MATEMÁTICA 1º GRAU
 Desenvolve um currículo essencial, capacitando os alunos a adquirir compreensão conceitual da Matemática e desenvolvendo neles a capacidade de investigar, construir significados, utilizar estratégias, resolver problemas e praticar regras e procedimentos. Quadros, tabelas, gráficos, animações e outros recursos auxiliam no desenvolvimento dos conceitos, tornando as atividades visualmente agradáveis e atraentes para os alunos.

PRODUTOS DISPONÍVEIS
 • Frações • Operações: Adição e Subtração • Medidas e Geometria • Noção de Número • Equações e Inequações • Números Inteiros • Gráficos de Equações • Padrões e Estatística • Expressões e Formulas • Resolução de Problemas • Sequências

CIÊNCIAS 1º GRAU
 É um novo caminho para o aprendizado de Ciências: os alunos experimentam, questionam, pesquisam, usam a Cabeça com toda atenção. Observar, explorar e descobrir são a essência dos métodos e processos científicos incluídos neste livro. Experimentos on-line, simulações interativas e animações gráficas envolvem o aluno em explorações e desafios.

PRODUTOS DISPONÍVEIS
 • O Corpo Humano • Processos Vitais • Ecologia • Matéria e Suas Propriedades • Saúde e Alimentação • Seres Vivos e Meio Ambiente • A Vida das Plantas • O Planeta Terra e o Sistema Solar • Ecologia e Clima

QUÍMICA
 Planejada para combater as necessidades de aprendizagem visual, dá destaque aos principais conceitos que os alunos acham mais difíceis e abstratos, apresentando-os na forma de exposições, simulações interativas ou até de jogos estimulantes. Além disso, por meio de exercícios orientados, os alunos aprendem a resolver problemas passo a passo.

PRODUTOS DISPONÍVEIS
 • Estrutura Atômica/Tabela Periódica • Ligações Químicas/Equações Químicas • As Leis dos Gases e o Mol • Cinética Química/Termodinâmica • Soluções/Equilíbrio Químico

BIOLOGIA
 Seleção de conceitos apropriados aos padrões brasileiros para o ensino da Biologia, ênfase à compreensão conceitual, à análise quantitativa, à metodologia científica e à importância da ciência na vida diária. Os alunos podem realizar experimentos simulados, observando e interagindo com fenômenos e processos científicos, microscópios digitais para um típico laboratório escolar.

PRODUTOS DISPONÍVEIS
 • Processos Celulares • Tópicos em Genética • O Corpo Humano • Ecologia e Botânica

FÍSICA
 Inclui atividades que auxiliam na compreensão dos principais conceitos, além de exemplos selecionados por professores e considerados apropriados para simulação e recriação de experiências no computador. A resolução de problemas em situações da vida real é enfatizada nestes programas.

PRODUTOS DISPONÍVEIS
 • Calor/Luz/Eletricidade/Magnetismo • Movimento • Trabalho e Energia

Educação Alina nº 17 - CEP: 11.040-091 - Santos - SP
 Tel.: (13) 338-6507 Fax: (13) 338-2334
 e-mail: edusystems@edusystems.com.br
 Home Page: <http://www.edusystems.com.br>

EDUSYSTEMS

Fonte: Reprodução do anexo do ofício 093/98.

Essas peças publicitárias têm um forte impacto visual e intencional. Elas têm como proposta educacional a de inserir na sala de aula uma produção científica que vai de encontro ao que postulam os teóricos do currículo, avaliação e plano de ensino. Teorias que concebem a sala de aula como espaço multidisciplinar e multifacetada em razão das especificidades de estudantes. Essa multi sala requer um planejamento a cada ano, a cada semestre a cada aula porque a escola carece de um Projeto Político Pedagógico para atender a essa dinâmica.

Esse planejamento é concebido como um instrumento que entrelaça objetivos, métodos e metodologias para atender a organização da vida escolar que abrange do corpo técnico administrativo ao corpo docente.

Desse modo, as peças apresentadas descartam essa dinâmica escolar quando descreve que os softwares poderão auxiliar o professor a cada tempo escolar sem a necessidade de um replanejamento de suas atividades docentes. Diz o documento: “o banco de dados fica disponível [...] e é acrescido das atividades pedagógicas desenvolvidas diariamente, sua escola pode atingir outros níveis de qualidade não precisando recriar necessariamente todo ano novas atividades. Concebe-se aqui uma intenção de um ensino mecânico em que o aluno novo será trabalhando segundo o aluno que havia terminado uma determinada série ou ano de estudos.

Os Sistemas (softwares) visam empoderar o sujeito através da ordem do discurso denominado de “*Era da Informação*” (grifo da autora). Esse tempo é demarcado pela especificidade de que também a educação, e claro os discursos políticos, incorporaram essa ordem discursiva. Ordem essa que leva os discentes ao “encantamento das máquinas”. Estado emocional esse ainda não realizado (THIESEN, 2013, p. 199-206).

Concordo com a autora (Op. cit.) porque os Programas, Projetos e Ações do Estado e de governo não possibilitou atender a outra episteme, a inclusão digital. Epistemologia aqui entendida como ação e um discurso em que a produção do conhecimento é intrínseca à relação de sua produção nas diferentes áreas do saber. Produção essa que na aplicação de instrumentos tecnológicos à sociedade tem produzido um efeito contrário ao de sociedade global. Concepção aqui defendida de uma sociedade que, para existir é necessário “[...] acontecer, ter êxito, e perpetuar” corroborando com Foucault (2014) e com Freire (2017, p. 58-96) no sentido que as diferenças de cada sociedade sejam baseadas no respeito “[...] a autonomia do

educando, no ensino que preserve a compreensão da realidade e de que a educação é um forma de intervenção no mundo”.

Os dados obtidos a seguir encontram ancoradouro no que Thiesen (2013) concebe como encantamento e para essa tese o seu não encantamento. Basta considerar dados levantados a respeito da existência de computador com acesso a internet e seu acesso pelo discente. A rede conta com 99,2 % das escolas da rede com computadores em 354 unidade de ensino. No entanto, a SEED não tem conseguido por questões de infraestrutura, por exemplo, finalizar a homologação dos NTE em 04 DRE que totalizam 132 unidades de ensino. Pode-se inferir que estas unidades se encontram sem suporte técnico e pedagógico para a execução de práticas educativas compatíveis com à proposição de manter à qualidade do ensino atendo às Metas dispostas na Lei de nº 8.025 de 2015 (SERGIPE, 2015).

A tabela a seguir, traz dados que explicam o entendimento antes mencionado. Vejamos:

Tabela 3. Percentuais de computadores nas escolas da rede estadual.

SERGIPE			BRASIL	
NÚMERO DE ESCOLAS ESTADUAIS	POSSUI COMPUTADOR (%)	COMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET (%)	POSSUI COMPUTADOR (%)	COMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET (%)
354	99,2	91,5	94,3	88,5

Fonte: Reprodução do Observatório do PNE com dados do ano de 2015 com base no Censo Escolar do mesmo ano.

As 132 unidades de ensino que não estão sendo atendida com suporte dos NTE correspondeu, em 2015, a um total de 51.684 estudantes matriculados (SERGIPE, 2015)

Se considerarmos o estado de Sergipe como um todo, utilizando a rede de estadual e as municipais, essa cobertura é de 71,08% de escolas que possuem computadores e de 49,8% com computadores que acessam a internet (SERGIPE, 2015).

Um dado interessante é quanto ao quantitativo de Diretorias de Ensino que

receberam máquinas (computadores) no estado de Sergipe. Vejamos:

Quadro 7. Quantitativo de escolas e de computadores na nas escolas da REDE.

DRE	Número de municípios	Número de escolas	Possuem computadores
DEA	1	86	100%
DRE 1	9	22	100%
DRE 2	7	50	100%
DRE 3	14	40	100%
DRE 4	8	16	100%
DRE 5	5	7	100%
DRE 6	14	41	100%
DRE 7	4	14	100%
DRE 8	8	60	100%
DRE 9	5	15	100%
TOTAIS	75	351	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados coletados no Observatório do PNE e no Censo do IBGE, 2015.

Tendo esses relevantes índices a respeito de possuir computadores nas DRE na rede estadual, das 351 unidades de ensino, 91 % delas possuem acesso à internet e, 83% desse acesso é por banda larga segundo o censo escolar do INEP em 2015.

Faço aqui uma ressalva. A SEED, no site e nos documentos que me foram permitidos acesso contabilizei 351 unidades escolares. Para O IBGE, segundo o censo de 2015, essas unidades totalizam 486 unidades. Destas, 167 comportam o ensino médio e 319 o ensino fundamental. Tomei como elemento norteador para as análises as informações diretamente obtidas na SEED. Consideramos então com as 351 escolas que compõem a Rede.

O órgão gestor da educação sergipana é a SEED, órgão público de gerência de toda a educação, vinculada à Administração Direta. Instituída pela Lei n° 981, de 05 de abril de 1960, alterada pela Lei n° 2.608, de 27 de fevereiro de 1987, transformada pelo Decreto n° 10.301, de 27 de fevereiro de 1989, conforme autorização da Lei n° 2.703, de 17 fevereiro de 1989, regulamentada pela Lei n° 3.373,

de 31 de agosto de 1993 [...]” (SERGIPE, [sem data].

Em seu Art. 2º, o documento define que sua constituição é operacional. E no Art. 3º essa operacionalidade tem por objetivos o de

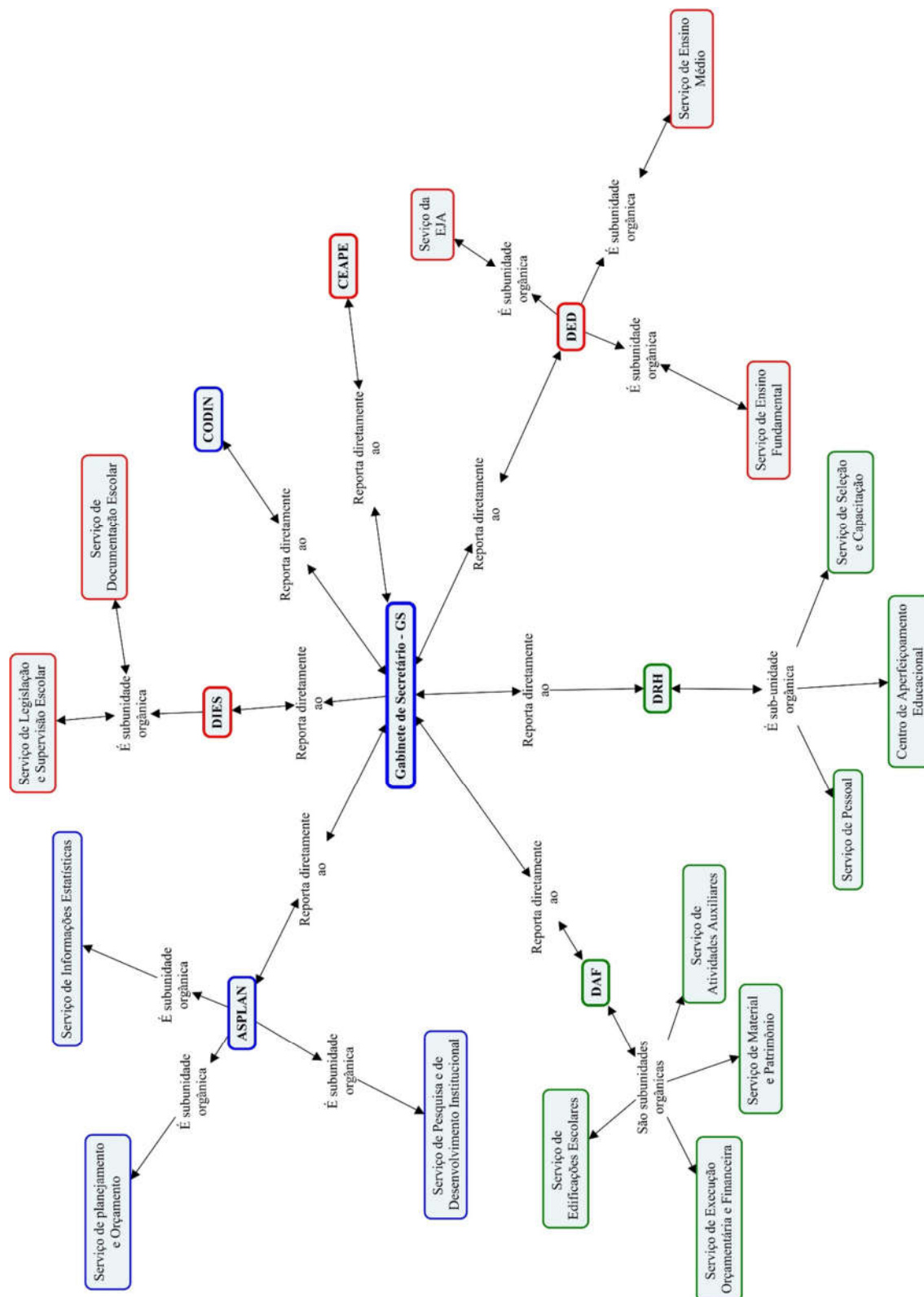
[...] organizar, executar, acompanhar e controlar as ações da política do governo Estadual relativa ao desempenho, expansão, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades educacionais e desportivas, e das demais relacionadas com os assuntos que constituem as suas áreas de competência (SERGIPE, 1993, n.p).

A princípio parece que a política de educação, que aqui nesta tese identifico como havendo duas modalidades de constituição, como política de Estado e de governo. O documento referência agora analisado faz menção a política de governo pois deixa explícito que sua obrigatoriedade, considerando os objetivos já pontuados, são o de resguardar as ações do chefe do Poder Executivo. Contudo, no Art. 28 abre-se a execução de ações de Estado quando menciona que a referida legislação

[...] não excluem o exercício de outras que legalmente se constituam necessárias ao alcance das finalidades da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SEED, e dos órgãos centrais, setoriais ou de coordenação dos respectivos sistemas a que as atividades da mesma Secretaria estejam ou venham a estar vinculadas (SERGIPE, 1993, n.p).

Entre um artigo e outro o distanciamento é considerado, mas o reencontro pode-se dar no atendimento constitucional à CF/1988. Quando a respectiva legislação imprime possibilidades de inserção de outras legislações. Conforme dita o Art. 28 que define competências e atribuições da SEED. O desenho gráfico da representação da SEED e o enunciado que o deu origem encontram referenciais em Bobbio, (2007; 2017) quando ele conceitua o Estado como sendo um subsistema de organização política por considera-lo que ele é parte integrante de uma sociedade e com ela ramifica-se discursos e ações. E em Pastori (1998) quando este concebe a administração pública como sendo uma estrutura do ponto de vista da atividade, que se configura com a consecução dos postulados jurídicos de interesse comum por meio de legislação. A SEED é parte integrante da administração pública direta do Estado de Sergipe. Vejamos a distribuição de seus espaços pelos mapas conceituais (mapas 02 e 03 respectivamente) que se segue.

Mapa conceitual 4. Rede de interrelações entre as diretorias, assessorias e serviços da SEED.



Fonte: Elaborada por Santana (2018) a partir da Lei de nº 3.373 de 1993.

Nos mapas conceituais (02 e 03) suas conexões a respeito de setores, seções e diretorias são uma interpretação do Decreto nº 10.301, de 27 de fevereiro de 1989. Essas interligações é que possibilitam, por exemplo, o desenvolvimento de projetos e programas por ser um órgão que tem dotação orçamentária própria, oriunda da “[...] consignação no Orçamento do Estado para o Poder Executivo” (SERGIPE, 1993, p.9).

A configuração mais precisa que destaque é da composição da ASPLAN, DED, DAF, DRH, CAEPE, CODIN e a DIES. Essas diretorias e as Assessorias estão subordinadas diretamente ao Secretário de Estado da Educação. Não mais importantes que as demais não citadas merecem ser destacadas por prestar suporte técnico pedagógico e financeiro ao Ensino Fundamental, Médio e EJA e a formação continuada de docentes e a seleção de novos professores (efetivos ou temporários) e o suporte para aperfeiçoamento na formação docente.

CAPÍTULO 3. OS DISCURSOS DE GESTORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS.

Neste capítulo apresento as vivências, as experiências, o acúmulo de conhecimento num mesmo campo e área, mas com diversas temáticas. É o momento do entrecruzamento desses saberes e aprendizados que afirmam que o conhecimento é construído através da troca. Aqui como no campo de pesquisa é o momento do confronto de pensamentos e reflexões que deram forma, formato e ratificam minha tese. Ou conforme bem defendeu Foucault (2014, p.138),

O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate, e é, conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento. O conhecimento não é instintivo, ele é contrainstintivo; assim como não é natural, é contranatural (FOUCAULT, 214, p.138).

Nesse capítulo comportam-se os cruzamentos entre o dito e o não dito e as relações entre um e outro. É nessa ação de entrecruzamentos que procurei identificar, descrever e relatar, mensurando como e quais foram as políticas públicas de inclusão das TDIC inseridas na Rede Estadual de Educação em Sergipe por meio da análise de discursos dos gestores e coordenadores que trabalharam e trabalham com a gestão de políticas públicas de inserção das TDIC.

3.1 . Discursos sobre o Estado e governo na elaboração de política pública de inserção das TDIC.

O Estado brasileiro como um país democrático de direito e como uma organização viva deveria ser capaz de acolher as necessidades básicas de seus concidadãos no que tange a direitos universais como a Educação (BRASIL, 1988). Tem ainda neste mesmo postulado a igualdade como premissa social de justiça. Justiça como forma de defender direitos.

O Estado brasileiro tem caminhado para uma constituição de uma sociedade justa e igualitária por meio de participação social na seleção de representantes nos diversos espaços de micropoderes. Mas, faz-se necessário que a escola, espaço de micropoder legítimo na sociedade seja instrumento dessa transformação social por meio de ações de formação humana ampla, regular e com equidade.

Esses espaços, segundo Foucault (2014a), ainda são as instituições que atuam na contramão dessa realização por exercerem sobre o sujeito o regime de polícia.

O autor (2014a) diz ainda que esse estado de polícia é regido por uma justiça para todos atuando por sobre um Panóptico que se autoproclama independente, mas que usa a toga como instrumento disciplinar operando sobre uma justiça que busca não operar para uma reforma, mas permitir que as novas reformas tomem o mesmo espaço já conquistado.

É nesse caminho de rarefações dos discursos, suas rupturas e descontinuidades que essa subseção buscou notar nas concepções dos sujeitos pesquisados.

Sobre o papel do Estado na recepção de políticas pública o Profissional 01 (23/01/2017) afirmou que

O estado recebe as propostas e manda-se a uma análise e essa análise é feita pela Divisão de Tecnologia, dizendo quais seriam os pré-requisitos, as condições que temos, a disponibilidade de mão-de-obra, recursos e tecnologias, então... uma parte é desenvolvida por aqui (DITE) e a outra pela CODIN (que é a parte de toda de infraestrutura) para implementação onde eles fazem a análise e, parte da... pedagógica é a DITE, que faz a análise do conteúdo pedagógico... do objeto pedagógico e vai ser trabalhado essa proposta (23/01/2017).

O Profissional 02 (23/01/2017) em relação ao Estado e as políticas públicas de educação para a inserção das TDIC descreve que: “Não temos de fato políticas públicas na área das TDIC em nosso estado e município, porém, tivemos uma boa recepção de propostas de políticas que buscam inserir as TDIC na educação”.

O mesmo sentimento é compartilhado pelo Profissional 03 (23/10/2017), quando disse que o papel do estado seria o de propiciar a participação dos técnicos nos setores de tomada de decisões e/ou sugestões efetivas nestes espaços. Esses discursos evidenciam que o Estado e o governo estão deficitários quanto a sensibilização destes profissionais em acreditar nas propostas políticas que ofertam.

Os enunciados citados anteriormente encontram eco em Morin (1986, p. 45, 201-205) quando o autor diz que a política é um ato de forjar ação em suas palavras “miséria informacional”. Para o autor é “erros e verdades políticas” ao mesmo tempo. Erro porque ela sempre se pauta nos erros “o erro da percepção, o erro do diagnóstico,

o erro da previsão e o erro do comportamento. Essa afirmação de Morin reflete, a título de exemplo, os discursos presentes no PNE e no Programa do governo Federal de inserir a informática e outras tecnologias a educação em todas as redes pública de ensino no Brasil, denominado de ProInfo que.

Deve-se assegurar a melhoria da infra-estrutura (*sic*) física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos (BRASIL, 2001, p. 9).

Essa diretriz nunca foi totalmente alcançada, visto que, em várias escolas de ambas as redes de ensino, não receberam essas tecnologias e as que receberam não eram adequadamente disponibilizadas ao estudante por várias questões, dentre elas a ergonomia, a falta de operacionalização técnica e a falta de acesso a sinal de dados (internet). Esse discurso encontra respaldo no próprio site do MEC quando diz que em 2014 apenas 42,7 % das escolas tinham acesso a rede de internet e que no mesmo ano 34,3 alunos disputavam um computador para seu estudantil. A meta para de 100% para o primeiro só viria a ser efetivada no ano de 2019 e para o segundo tão somente 11,4 estudantes por máquina (BRASIL, 2014). Também, evidencia essa falta de execução 5 Profissionais 1, 2, 3, 5 e 7 quando eles discutem afirmando que a falha é de estrutura física e de rede, e de falha no apoio pedagógico é dito por 3 profissionais, 4, 6 e 8.

Dessa forma, pode constatar que uma atenção na elaboração de políticas pública com relação as TIC e a educação sejam o entrecruzamento dessas políticas públicas de inserção e os diversos sistemas ou redes de educação existente em Sergipe e, conseqüentemente a sua recepção pelas instituições de ensino em Sergipe (SANTANA, 2009). Em outras palavras. Que os governantes tenham acuidade com os governados. Ouçam suas inquietações, principalmente daquelas oriundas do espaço escolar.

Também encontro sustentação dessa prática de erros em Bobbio (2017) quando o Estado e o governo desconsideram a política como uma prática simbiótica. Essa prática comportamental social tornou-se objeto fundante da concepção nas relações do Estado e governo com a sociedade. Relações essa que coloca em jogo

os interesses dessa mesma sociedade. Jogo de interesses políticos em que a continuidade, descontinuidade e o surgimento do novo deva ser parte singular das observações do comprometimento do Estado para com a sociedade.

Programas e ações que vão e que vem encontramos em Libânio, Oliveira, Toschi (2003), o ProInfo, que é alterado inclusive o nome conforme apresentei no capítulo II, e por Nunes (2012, p. 131), em relação aos profissionais da educação na Rede para participarem de ações de formação inicial e/ou continuada quando diz que “A mobilidade de dirigentes termina contribuindo para uma descontinuidade de ações [...]”. Esse pensar é reforçado Malheiros (2005).

Também encontro alguns indicativos de porquês de rupturas e descontinuidades nas políticas apontadas no questionário aplicados e dos porquês que elas são mais perceptíveis dessa forma do que o contrário (coesão e continuidade). Tudo perpassa por uma questão política/ética que segundo Neves (2001) o processo de revolução tecnológica mantém o Estado e governantes no já conhecido modo de controle governamental de produção, difusão e utilização das tecnologias nas sociedades. Essa falta de controle é o estado neoliberal atuando na sua mais forte corrente filosófica. O estado neoliberal necessita valorizar a produção tecnológica não como um bem unicamente de consumo, mas como uma apropriação social de suas produções. A esse dito, a citação abaixo é a transcrição do pronunciamento de Neves () no entendimento do sujeito de pesquisa que disse o Profissional 04:

[...] que o papel do Estado na elaboração de políticas públicas de tecnologias na educação deveria ser universalizar e democratizar os meios tecnológicos sob a perspectiva de melhorar o processo de ensino aprendizagem. Porém, ele parece ser o de mediador político ou negociador econômico visto que por traz das políticas esses aspectos aparecem (31/01/2019).

No enunciado acima, segundo o pesquisado, o estado pode e deve ser o gestor de difusão, ampliação, negociador e mediador político com as pospostas de inclusão das TDIC na educação sergipana.

Sua percepção é vista por Ferguson (20002, p.105) com a mesma especificidade e acrescenta outras percepções de seu papel como agente regulador de políticas públicas quando o autor diz que o governo é o agente público capaz de criar a “sociedades do conhecimento” por meio das TDIC com o objetivo de obter

“vantagem competitiva”.

Para o Profissional 05 (29/01/2019) o Estado precisa definir estratégias de atuação política em relação as TDIC como tarefa fundamental, pois é “o órgão que define áreas estratégias para educação assim como, a capacidade de financiamento e de acompanhamento, a formação inicial de professores e sua formação continuada”. Esse discurso cabe no que Bobbio (2017) diz sobre o governante e o governado. Para o autor uma doutrina política que ele considera com dicotômica. Essa dicotomia pode-se fazer um paralelo com a arte de tecer, onde um tecelão maneja as linhas com suas diversas cores e outro ordena a máquina e alinha as fibras de modo a constituir um tecido padronizado. O não trabalho assim certamente não terá o tecido desejado. O mesmo acontece com os governantes e governados, se o primeiro ao exercer seu poder de governo ou de Estado impondo a ação sem o diálogo e sem a sensibilização para a participação dos governados instala-se o problema político da governança e, por fim, a não execução da proposta.

O Estado como agente, elaborador, regulador, mantenedor e aquele que possibilita a efetivação de políticas públicas voltadas a inserção das TDIC na educação é apontado pelo Profissional 08, pelo Profissional 06. Seus discursos refletem um olhar de Estado enquanto órgão capaz de contribuir para uma constituição de um objetivo de qualidade educacional. Objetivo esse apontado por Delich e Gistavo (2009, p. 223-224), em que gestores da educação acreditam em uma mudança de paradigma política que irá comungar com o desejo da sociedade que é o de equidade educacional em que a política volte a ser a fonte das ideias e, portanto de “projetos e programas que contemplem o futuro social”, mas não somativa do ponto de vista de quantidade de partícipes e de setores na sua elaboração e sim em propostas políticas que concebam em discurso de promoção social de fato.

3.2. Discursos a respeito das políticas públicas de inclusão na educação sergipana.

Para falar sobre a inserção de políticas públicas nos espaços escolares se faz necessário pensar em qual tipo de Estado estamos lidando e qual tipo de Estado deveríamos ter. O Estado como sociedade reguladora dos sujeitos pela vigília (Panóptico) tendo a justiça como status de detentora de acesso por equidade aos serviços sociais ofertados por ele, um Estado Ditatorial/ de Direito, ou, o Estado que regula e possibilita o acesso, permanência e ascensão social pelos sujeitos, Estado

Social, ou, um Estado em a participação cidadã plena e que o Direito seja exercido da mesma forma e por disposição legal através de decretos, portaria, constituições e etc., isso na perspectiva da plena democracia, no respeito a liberdade individual e sem distinção de qualquer natureza aos cidadãos. São concepções de Estado expressada por Bedeschi (1998), Bobbio, (2007), Fernandes (2007) E, por Castells (2017), quando descreve uma nova forma de Estado, o Estado em Rede.

Essas quatro formas de Estado foram sendo identificadas nos questionários quando lhes perguntado sobre qual concepção têm a respeito de políticas públicas e inserção das TDIC na educação.

Sobre qual a sua compreensão a respeito de políticas pública de inserção das TDIC, o Profissional 01 (23/01/2017) expressou o seguinte:

Em momento de crise, quem tem... quem faz o melhor uso dos recursos é quem tem maior sucesso. Então, as tecnologias da informação e comunicação. Então, a secretaria, hoje através da CODIN¹³, está implantando o sistema de Wi-Fi livre. Que é o projeto de escola livre, que já tem em 74 escolas. Então, a DITE está indo junto com apoio pedagógico dando utilidade e dando formação de como utilizar os recursos tecnológicos a partir do uso da conectividade, em ambientes colaborativos, por exemplo. E, essa parceria é fundamental porque a gente trabalha com vários setores. A DITE trabalha com um foco, foco na educação. Então, chega uma demanda do Ensino médio, a DITE é consultada para dar um apoio, dar uma orientação de como pode utilizar tal recurso. Então é fundamental o papel das parcerias.

Seus discursos encontram eco em Castells (2017), quando este afirma que existem nas sociedades dois modelos de empreendedorismo: da tecnologia da informação e o financeiro.

Seguindo essa concepção, o discurso anterior (CASTELLS, 2014) indicou que o Estado tem se utilizado das bases legais existentes no país, oriundas do governo federal, por exemplo, quando aos procedimentos técnicos para a instalação dos espaços de recepção do aparato tecnológico disponível, também pela esfera federal. Sua fala foi sobre a execução didático-pedagógica desenvolvido pela DITE. Quando

¹³ Coordenadoria de Informática. A CODIN tem como funções formular, coordenar e executar os serviços de processamento eletrônico de informações e armazenamento de dados e promover a implantação de programas e sistemas de informática de interesse da Secretaria, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas (SEED, 2017).

se refere a Divisão ele buscou desenvolver estratégias de um uso condizente com a necessidade da Rede a qual está interligada.

O conceito de Rede entendida em Castells (2017, p. 566) como sendo a utilização de todo o aparato tecnológico de forma a constituir um novo momento de economia. Momento esse que produz, por exemplo, o que ele chamou de “sistema aberto altamente dinâmico susceptível de inovação apropriados para a economia política”. Assim torna-se cada vez mais crescente os sistemas de produção e difusão do conhecimento e outras produções humanas.

Esse entendimento de Castells (2017), o governo e o Estado sergipano têm dado pouca resposta a necessidade de constituição de uma rede de educação e de difusão do conhecimento e sua ampliação e aprofundamentos. Essa interpretação dos poderes que trago é levantada nos discursos que se seguem.

A respeito da Rede Estadual de Ensino estar ou não preparada para essas políticas de inserção das TDIC, pode-se notar no discurso do Profissional 01 (21/03/2017):

Cem por cento ainda não. Hoje, 80 % da rede teria condições. O que vai, assim, demandar é que, o seguinte, as escolas... isso é uma prática desde o governo Déda, ele tem iniciado uma política forte de reforma e construção de novas escolas. As novas escolas já estão atendendo as necessidades tecnológicas presentes (a questão da capacidade elétrica). Aí, hoje então, a gente vê, que, das escolas novas que foram reformadas ou que foram construídas, elas estão praticamente prontas para receberem esses novos recursos. As demais, em um curto, prazo todas elas estarão aptas a receberem esses novos recursos tecnológicos. Essa política é assim, a gente não pode olhar só e entregar tablets, um computador para o aluno ou ao professor, ele precisa ter a conexão de Wi-Fi, então isso é uma demanda. Hoje são 74 escolas de 354, então temos um quinto do estado coberto. Então, daqui até o final dessa gestão 100% seja integralizado. Com relação à internet, uma ou outra escola, a secretaria não possui conectividade, mas, possui conexão para as atividades de matrícula on-line como diário eletrônico no futuro. Seis já estão com o diário integrado para o plano de ensino. Temos uma lista de escolas que demanda uma reestruturação de linhas de energia elétrica, que uma questão passa do nosso poder, porque depende da operadora de energia que ela dê essa condição. Temos os problemas de conectividade no interior, que é muito mais um problema estrutural das empresas que fornecem o pacote de dados para, do que da Secretaria. Então a gente tem esses problemas pontuais, que estão muito mais relacionados a fatores externos do que internos.

Com relação ao dito anteriormente pode-se inferir que em relação as ações

concretas para a inclusão das TDIC na educação sergipana, passados mais 20 anos que projetos iniciais de inclusão de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação brasileira, ainda se depara com problemas de ordem estruturantes.

Também nesse sentido o Profissional 06 (30/01/2019) assinalou:

ainda são muitos tímidos devido as pessoas que tem poder de decisão não possuem visão adequada no uso dessas tecnologias. Muita coisa ainda é feita como se os programas que funcionam online não existissem. Mas acredito por questões de economias terão de fazer uso das tecnologias da comunicação

Na confirmação dessas fragilidades um dos profissionais deu o seguinte discurso: “[] a implementação de uma política pública de manutenção dos equipamentos mais estruturada”. Até agora todos os profissionais analisados foram unânimes em dizer que as políticas públicas requerem um ordenamento nas ações do Estado, desde a formulação das ideias, perpassando pela concretização de sua inserção nos espaços pretendidos e com os sujeitos previamente elencados bem como na consecução e na efetivação.

Esse desejo é apresentado também pelo Profissional 07 quando diz que as políticas públicas são tratadas sem acompanhamento e avaliação dos resultados.

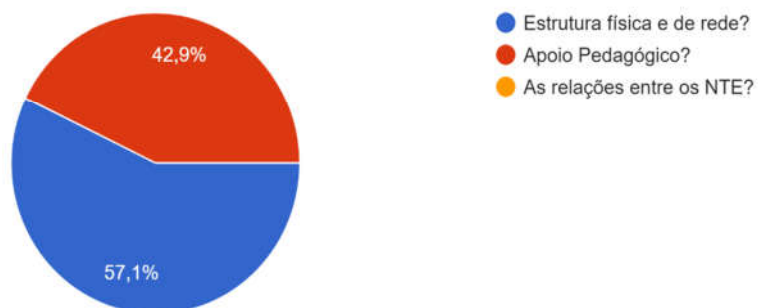
Pode-se inferir que tais preocupações de ordem estruturante, por exemplo, não poderiam noticiadas porque há a exigência do cumprimento de normas técnicas para adequação e estruturação dos espaços contemplados com as políticas de TDIC. Outra questão posta é que na realidade não são normativas, são recomendações conforme descreve a cartilha do ProInfo ([sem data]). No entanto, no portal do MEC/FNDE descreve que somente após a confirmação de que a unidade beneficiada está em acordo com o “[...] Atestado de Infraestrutura” (FNDE, 2017).

Essa percepção é bem explicitada quando os sujeitos da pesquisa relatam que estruturas e apoio pedagógico são ainda elementos de constante atenção para a reversão de dados que atendem aos objetivos fins da implantação das políticas de inclusão digital na Rede Estadual. Esse discurso dentre os demais foi expresso pelo Profissional 07 (31/01/2019) quando mencionou que é necessária a “implementação de uma política pública de manutenção dos equipamentos mais estruturada”. Esses enunciados são reforçados também quando perguntados sobre a estrutura de forma geral. (Veja o gráfico que se segue.)

Gráfico 2. Percentuais sobre condições de implantação de políticas públicas.

Qual a estrutura, incluindo:

7 respostas



Fonte: Santana (2019), questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa.

Ainda em relação sobre as condições e as contradições de implementação das políticas públicas de inserção das TDIC eles pontam que elas não atendem aos fins dos próprios objetivos de tais políticas. Deram essa concepção, por exemplo o Profissional 05 que apresentou o seguinte discurso (29/01/2019): “Hoje não podemos considerar que esta política exista”. Considerando o período de estudo nesta tese, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) discursaram enunciando ter havido Plano para Educação distintos no Estado pelos seus autores. Tais distinções os autores concebem como sendo estratégias políticas de inserirem seus interesses políticos.

Um exemplo dessa ruptura de propostas política é enunciado pelo Profissional 08 que discursou: “Existiram excelentes proposta de inserção das tecnologias na educação pelo MEC, que infelizmente foi desarticulado. Hoje temos apenas ações pontuais no estado de Sergipe. Porém, em outros estados os NTE são bem atuantes”. Pode-se inferir que tal desarticulação esteja ancorado no modelo político gerenciado pelo Estado que tem buscado diálogo com o Estado Neoliberal que preconiza uma criação de Estado fragilizado pelas intervenções fronteiriças. Fragilidades que fortalece o capitalismo e sua mão-de-obra específica para atendê-lo bem como o acúmulo de capital desconsiderando todo o contexto social (BARROSO, 2012).

Também apareceu nos discursos a necessidade de acepação crítica dessas políticas, principalmente sob o viés pedagógico, é o tônico para sua efetivação.

Também foi elencado que percalços como: equipamentos que se tornaram obsoletos, a necessidade de formação continuada com o uso de tecnologias digitais também faz parte do desconforto profissional institucionalizado pelo poder público na educação, o Profissional 07 (31/01/2019). Essa depreciação, predial, de equipamento e de recursos humanos foi enunciada por Nunes (2012).

Ressalta-se, que em meio esse sentimento de vacância do Estado e de governo apresentados pelos sujeitos surgem propostas de intervenção como a de uma constituição apontou o Profissional 03:

redes e políticas que favoreçam a melhoria do processo ensino e aprendizagem, numa dimensão globalizante, (re)pensando sua estrutura que ainda é linear, anacrônica, com tempos e espaços delimitados, numa lógica que parece não atender as condições de aprendizagem no mundo contemporâneo (01/02/2019).

O dito descrito anteriormente é um sentimento que é apontado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) que identifica essa postura de Estado como neoliberalista. É o Estado ausente de suas funções sociais possibilitando a manutenção de uma construção mental coletiva de que o ensino deva ser privado. Essa interpretação casa-se muito bem com os enunciados descritos anteriormente pelos sujeitos e pelos números crescentes de pais e responsáveis que ignoram a escola pública porque não acreditam mais no modelo político e nem nessa instituição pública denominada de escola para todos.

A percepção dita antes encontra em ancoragem em Morin (1986, p.41), que definiu o que ele chamou de “miséria informacional”. Morin utilizou essa concepção para se referir ao mundo informacional, aos meios de comunicação de forma geral, mas, se considerar que as TDIC são hoje meios de se obter a informação e com ela a sua transmissão, como fazê-las num ambiente em que a política de inserção dessas tecnologias mais do que promessas, tornam-se políticas virtuais porque entre a política de Estado e a de governo os elos não se encontram.

Em meio a número volumoso de equipamentos e dispositivos de TDIC na rede estadual de ensino ficam as questões e inquietações sobre quais podem ser utilizados e quais não podem ser utilizados porque faltou estrutura, seja ela mínima ou de grande porte para que o professor, o estudante e o técnico pedagógico pudesse fazer o seu uso e iniciar e reiniciar um trabalho diferenciado em suas atividades escolares como

é dito pelos sujeitos desta pesquisa. Dados da SEED, e identificados por Nunes (2012), como também em Melo (2016), Melo (2014), Santana (2006) e Plácido (2011), que já havia enunciado a disponibilidade de 20 projetos como política de Estado que contemplou/contempla o repasse de equipamentos para a inclusão digital nascolas públicas.

Nos ditos anteriores observa-se uma ruptura e descontinuidade das políticas aqui em estudo. O desencontro entre os elos pode-se dar pelo enunciado do Profissional 07 (questionário, 31/01/2017) ao dizer: “A dificuldade da gestão da escola em lidar com a integração das TIC ao processo educacional evidenciou a não existência de uma proposta de integração dos recursos tecnológicos ao contexto das atividades da comunidade escolar”.

Corroborou em esses rompimentos das propostas políticas o Profissional 05 (29/01/2019) com o dito de que.

Com o processo de desestruturação da DITE que teve início nos últimos cinco anos, as dificuldades deste setor estão relacionadas justamente a falta de continuidade de uma política de TIC na rede estadual. A equipe foi destruída e os projetos tiveram descontinuidade por falta de manutenção das máquinas e dos programas de formação continuada.

Ele (Profissional 5), enunciou ainda de que: “A parte referente ao estado nunca foi devidamente cumprida, em relação as redes sociais, estrutura dos laboratórios, manutenção e apoio técnico, segurança e políticas de formação continuada”.

Esses ditos dos profissionais 05 e 07 que reforçam a necessidade do cumprimento das estratégias essas elencadas no Relatório do TCU (2015, p.28-29) que identificou 04 eixos na política de inclusão digital nas políticas públicas do governo federal. (Saliente-se que o governo de Sergipe utiliza de tais políticas).

Primeiro eixo no “foco a implantação de infraestrutura de banda larga nas diversas regiões do país, disponibilizando acesso à internet em alta velocidade e de qualidade, a um preço acessível, sendo representado, principalmente, pelo Programa Nacional de Banda Larga”. Segundo eixo na [...] disponibilização de acesso público e gratuito à internet pela implantação dos chamados Telecentros. Destacam-se, nessa linha, os programas Telecentros Comunitários, Telecentros.BR e Programa Gesac. Eixo terceiro na [...] implantação de redes metropolitanas de alta velocidade em prefeituras, fornecimento de aplicativos de governo eletrônico e disponibilização de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos. Quarto e último eixo refere-se a [...] projetos de formação e

capacitação que visem à promoção do uso das TIC. São exemplos de ações desse tipo o programa Redes Digitais da Cidadania, que apoia projetos de universidades em áreas temáticas relacionadas ao uso de TIC, e o Projeto Computadores para a Inclusão, que, por meio de convênios com instituições que executam ações de formação e recondicionamento de computadores, promove a formação de jovens de baixa renda com a oferta de oficinas, cursos e treinamentos, com foco no recondicionamento e na manutenção de equipamentos de informática.

Os eixos postulados pelo TCU têm relevância aqui nesta pesquisa e sua relação direta com os enunciados dos sujeitos, uma vez que os mesmos enunciaram que lhes falta garantia de realização de um trabalho efetivo com as TDIC nas práticas didático pedagógicas em razão da precariedade dos equipamentos e sistemas de informação compatível com a necessidade para se fazê-lo, como também porquê.

3.3. Discursos sobre desafio e possibilidades de inclusão das TDIC na Rede Estadual de Educação.

Aqui analiso continuidades e descontinuidades discursivas acerca das TDIC buscando inferir sobre rupturas e/ou continuidades nas propostas de inserção das TDIC na educação pública em Sergipe.

Os enunciados aqui tratados serão sob a luz do discurso com base numa arqueologia investigativa proposta por Foucault (2014b). É a busca pelos ditos e não ditos a respeito do objeto aqui em análise e suas concepções. Essa busca concentra seus achados nos monumentos históricos que o autor classificou com arquivos. Esses arquivos estão sob a análise do que efetivamente se vem sendo dito a respeito aqui das políticas públicas por diferentes autoridades (sujeitos que ocuparam/ocupam os espaços de micropoderes).

Foucault (2014b, p.154-156), acrescentou ainda que se faz necessário conceber o “a priori histórico”. Seu conceito encontra elementos para sua aplicabilidade nesta tese quando se concebe que ele está referindo-se à positividade discursiva (aqui entendida como o objeto em estudo encontra-se em estado de perpetuo movimento de encontro e de desencontros conceituais).

Nesse sentido, tomo como ponto de partida os discursos a respeito de desafios e possibilidades das políticas de TDIC. Nesse sentido descreveu o Profissional 01 (23/01/2017):

Desde a parte de Infraestrutura, a carência de condições mínimas para

a instalação da estrutura tecnológica, que é a questão de salas, energia elétrica, a tomada, o ar-condicionado. [] destacou também. Tem a resistência por parte do professorado, principalmente quando se envolve é mais uma questão política [...]. O Sindicato fica também um pouco com o pé atrás. Tem também a questão do próprio trabalho dos desafios do próprio professor que não tem conhecimento, ele tem ranço, ele tem desconfiança, ele tem medo de utilizar as novas tecnologias. Tem também a questão de material humano, que é formar profissionais que trabalhem e que queiram vir trabalhar com isso, aí, também é muito caro. Recursos também financeiros às vezes, também atrapalham. Às vezes falta-se dinheiro até para fazer um pequeno evento comemorativo do próprio trabalho desenvolvido pelos professores. É nesse sentido.

Nesse sentido também afirmou o Profissional 07 a necessidade de reestruturação do aparato tecnológico na educação por meio de “mudanças na concepção da educação mesmo com a dificuldades pela quebra dos equipamentos, falta de manutenção e de reposição dos equipamentos” (31/01/2019).

O Profissional 07 (31/01/2019) também evidenciou a carência de percepções e de intervenções no que concerne a efetivação de inserção das TDIC quando ele disse que “a dificuldade da gestão da escola em lidar com a integração das TIC ao processo educacional evidenciou a não existência de uma proposta de integração dos recursos tecnológicos ao contexto das atividades da comunidade escolar”.

A esse respeito os profissionais apresentaram discursos em que essa formação docente é um problema de política pública a ser tratado na educação, evidenciando-se em documentos oficiais.

O primeiro que analisei foi o Ofício Circular de 28/94 de 21 de julho de 1994 que solicita a liberação de técnicos da Diretoria de Educação envolvidos no Projeto Vídeo Escola e no Programa Salto para o Futuro para participarem do I Curso de aprofundamento de linguagem LOGO, que foi promovido pelo Centro de Informática Educativa, realizado entre os dias 01 a 05 de agosto do mesmo ano, com duração e 40 horas. Contém no documento:

Teve como público alvo Professores, diretores pedagógicos e técnicos responsáveis pelos setores do Vídeo Escola, do Salto para o Futuro e da Informática Educativa das Unidades Escolares e das Diretorias regionais de Educação. Para um total de 70 participantes.

Objetivos: Discutir sobre a implantação das Divisões de Tecnologias na SEED;

Debater sobre questões pertinentes do uso de novas tecnologias aplicadas a educação;

Apresentar experiência de outros estados no uso das tecnologias.

O evento fora dividido entre a solenidade de abertura e debates, estes com diferentes especialistas sobre a temática.

Temas como: tecnologias Educacionais no Brasil, fala proferida pelo Prof. Roberto da Costa;

Informática Educativa - propostas e perspectivas pelo prof. Carlos Alves Rocha;

Televisão e Educação, pela prof. ^a. Célia Augusta T. Marques

Mesa redonda com o tema: Tecnologias Educacionais e Escola Pública (SERGIPE, 1994).

Ações com essa finalidade foram confirmadas pelo Profissional 07 (23/10/2017) que discursou que a “oferta de cursos de capacitação continuada com professores das escolas desenvolvida por multiplicadores lotados nos NTE” [] foram o marco inicial no sentido de fornecer suporte de formação inicial e continuada para o desenvolvimento das propostas de inclusão das TDIC na Rede estadual de educação. No entanto, elencou também que a resistência docente frente as tecnologias são situação corriqueiras e que incidem negativamente sobre a efetivação de políticas públicas. Nunes (2012) relatou que “[...] um dos pontos críticos é a formação do professor é que a adoção de uma nova cultura escolar se insere num contexto que precisa ser realizada de forma gradual [...]”.

Melo (2016) ressalta dizendo que:

[...] é importante reconhecer as potencialidades, limites das tecnologias e a necessidade de formação dos educadores que se encontram inseridos no mundo globalizado transformado pela inovação cada vez mais veloz, fato que merece um olhar atento dos educadores para além de recursos aplicáveis para auxiliar professores disponíveis e a realidade em que a Instituição de ensino se encontra inseridas no mundo inovador em diversas tecnologias digitais, de forma a socialização, contextualização no mundo cada vez mais moderno.

Nesse caminho sobre o papel da SEED na consecução de políticas públicas locais o Profissional 04 (23/10/2017), também reafirma essa prática institucional quando enunciou que,

[...] oficialmente, a Formação inicial se deu com o curso de especialização em informática educativa, porém no local de trabalho, éramos encorajados a estudar sobre as Tecnologias na Educação, as suas abordagens metodológicas e suas ferramentas. Conhecer esse referencial era no mínimo necessário para fazer parte de um departamento que trabalhava diretamente com ações voltadas para as

tecnologias. Foi no interior da Divisão em salas pequenas, que foram montados dois Laboratórios de Informática para estudos da equipe e para o trabalho com os alunos da Rede Estadual, em horário contrário aos das aulas no colégio para aprenderem a usar o computador numa abordagem pedagógica.

Oliveira e Nascimento (2014) apontam que problemas de ordem didático-pedagógicos e de formação docente em plena continuidade é algo que deva ser objeto de plena ação política. Também apontam a necessidade de um currículo adequado ao novo cenário tecnológico digital em que os estudantes se encontravam submersos e ainda o baixo número de computadores por aluno e de espaços adequados para o seu uso.

O Profissional 04 (23/01/2019) em relação aos espaços de formação e sua singularidade complementou afirmando:

Estes foram espaços de aprendizagem coletiva, de múltiplas relações, de saberes e de sentimentos. Foram neles que recebi os primeiros ensinamentos para o uso das tecnologias. Conteí com professores/colegas/amigos experientes e solidários que compartilharam seus conhecimentos e experiências sobre as TIC na Educação.

Os discursos dos sujeitos anteriormente apresentados concebem a SEED como espaço de consecução de políticas públicas, isso porque discursaram afirmando que nesse espaço o sujeito é parte intrínseca para sua execução das políticas públicas de inserção das TDIC. Seus discursos encontram sustentação em Alonso e Almeida (2007) quando descreve que a participação e o envolvimento de sujeitos que se identificam com a proposta, principalmente o gestor e equipe técnica, na formação continuada, é uma mobilização social em que as reflexões são realizadas através da memória e das experiências anteriormente vivenciadas.

Com relação a formação inicial docente, o Profissional 01 (23/01/2017) relatou que ela acontece de ocorreu

Uma grande atividade entre os anos de 2007 e 2012. Com as formações do ProInfo Integrado. Principalmente entre 2010 a 2013. De lá para cá não tivemos fonte do MEC, para fazer essas novas capacitações. Mas fizemos com recursos próprios, como as que tinham sobrado de outras formações, com o *know-how* dos nossos técnicos. Fizemos os cursos e desenvolvemos uma metodologia mais simples e mais direta com o professor, para atender mais precisamente as necessidades do professor

Com relação a participação de profissionais para a realização de atividades de formação continuada Profissional 04 (23/01/2019), descreveu os seguintes formadores:

De Sergipe foram convidados professores da UFS e SEED, dentre eles, o Professor Ms. Leonardo Nogueira Matos, a Professora Ms. Elza Francisca Cunha, o Professor Ms. Heli Henriques Alcântara Nascimento, o Professor Gladston Lisboa de Menezes, a Professora Ms. Sônia Azevedo e a Professora Ms. Juliana Santos Souto. De São Paulo, o Professor Dr. José Armando Valente, do Rio de Janeiro, a Professora Dr.^a Gilda Helena Bernardino de Campos e de Mato Grosso, a Professora Ms. Claudia Aparecida Martins e o Professor Ms. Einstein Lemos de Aguiar.

Ao apresentar quais foram as pessoas que lhe forneceram novos conceitos e ela disse: “Vivi momentos de muitas provocações, discussões e inquietações quanto a Informática na Educação e a minha atuação como futura multiplicadora do PROINFO” (Profissional 4).

Essas memórias são retratos históricos de seu sentimento a respeito do experienciado, vivenciado etc. Memória individual e coletiva. Memória que na concepção de Halbwachs (1990) foi possível a rememoração dessas experiências porque a pessoa em referência estava a fazer parte de um grupo de professores com o mesmo propósito.

Trouxe ainda em sua memória o Profissional 4 (23/01/2019), quando se deu o processo de realização das atividades e os porquês de ela ter sido realizado em Aracaju e não em Manaus e Salvador como era a proposta da formação. Ela disse:

Por falta de vagas nos Polos de Manaus e Salvador, a equipe da DITE, sob a coordenação de Profissional 05 e a coordenação do Departamento de Informática da UFS, Ana Rosimere Soares uniram esforços e montaram a proposta do curso para ser realizado em Aracaju com o objetivo de viabilizar a formação dos profissionais desses dois estados.

Essas lembranças reativadas pela memória individual/coletiva se expressam em conjunto com sujeitos que comportam os mesmos tempos vivências.

O Profissional 03 (23/10/2017) reafirma o que apontou o Profissional 04 a respeito da SEED no desenvolvimento de atividades correlatas para a implantação da política de inserção das TDIC na educação sergipana. Disseram que os NTE e a SEED são espaços legitimado e dotados de possibilidades para a sua realização

dizendo que:

[...] que a SEED, por meio dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) são locais dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. Os profissionais que trabalham nos NTE foram especialmente capacitados pelo ProInfo para auxiliar as escolas em todas as fases do processo de incorporação das novas tecnologias. Portanto, o NTE é o parceiro mais próximo da escola no processo de inclusão digital, prestando orientação aos diretores, professores, e alunos, quanto ao uso e aplicação das novas tecnologias, bem como no que se refere à utilização e manutenção do equipamento.

A esse respeito Gentilini (2013) disse que a escola pública, espaço legitimado para uma educação livre, se comparada a uma rede privada, está aquém da escola particular na implantação de políticas públicas de inserção das TDIC. Para a o autor a escola pública em razão da promulgação da carta magna de 1988 e da aprovação da LDB de 1996 e a inclusão das TDIC na educação acontecem pela transferência de responsabilidades entre as diversas instâncias de poder público. A divisão de responsabilidade e da coparticipação na consecução de programas e projetos passaram a fazer parte desse novo cenário de gestão da educação.

Na política de formação continuada encontrei em Nunes (2012) discursos a respeito de transferência de técnicas pedagógicas na formação docentes oriundas do MEC, bem como o repasse de recursos financeiros para a sua realização. No entanto, conforme enunciado pelo Profissional 01, essas transferências tornaram-se pontuais o que também é dito por Nunes (2012).

Também encontrei em Silva (2016, p. 235) preocupações de ordem de formação continuada com docentes, acrescenta os discentes quando ele diz que “interrogar práticas pedagógicas om uso das TIC. As transferências ditas no enunciado de Nunes (2012) já haviam sido postulas por Plácido (2011) quando enuncia a participação de organismos internacionais, como o BIRD, a UNESCO e as declarações de Fóruns Mundiais de Educação.

Sobre a necessidade de participação docente, o discurso do Profissional 07 (31/01/2019) também enunciou que a

Resistência dos professores pelo desconhecimento das possibilidades de melhoria do ensino e da aprendizagem com as TDIC; Criação de espaços adequados para instalação dos equipamentos, manutenção dos equipamentos tecnológicos em tempo hábil, problematizar e investigar as próprias práticas educacionais a fim de enriquecê-las a

partir do planejamento da ação concreta, propondo, dessa maneira, práticas pedagógicas e, sempre que possível novo saber para professores que estarão investigando e refletindo sua ação docente.

Também elencou a depredação de equipamentos e com isso a falta de interesse pelos docentes em propor novos modelos de práticas pedagógicas Profissional 03 (01/02/2019) que:

Embora o professor tenha consciência da importância do uso das novas tecnologias em sala de aula, ele ainda se depara com os desafios de se associar o conteúdo pedagógico aos instrumentos tecnológicos, o que reforça a ideia de que é preciso uma busca permanente de capacitação do docente para desenvolver habilidades e técnicas necessárias para uma aprendizagem que seja, realmente, significativa com o uso das tecnologias digitais em sala de aula. • Estruturas dos laboratórios das escolas. • Internet • Manutenção dos equipamentos

Num documento da DITE intitulado “levantamento das necessidades de infraestrutura (*sic*) dos laboratórios”, descreve com diagnóstico de falta de infraestrutura para o funcionamento dos laboratórios nas escolas de 39 municípios, totalizando 95 unidades educacionais sem a infraestrutura elétrica. O mesmo documento apontou outras necessidades técnicas, que perpassam desde computadores até a instalação dos próprios computadores (DITE, [sem data]).

Para o Profissional 06 (questionário, 30/01/2019) afirmou que o Estado deverá ser um agente “Disseminador e financiador” dessas propostas. De igual percepção comungou o Profissional 07 (31/01/2019) de que Estado é agente articular e disseminador de políticas de inserção das TDIC na educação: “Viabilizar a inserção e o funcionamento das TDIC na escola com a oferta de oficinas no trabalho docente e, desse modo, possibilitar ao aluno enfrentar problemas e buscar soluções para melhor entender a realidade atual”.

Os discursos aqui apresentados como falta de interesse docente, falta de estrutura física e técnica nos espaços com TDIC, falta de controle das ações por meio de setores, seções, diretorias etc. e seus respectivos representantes recaem sobre a concepção do planejamento, ferramenta de avaliação de tudo que se quer fazer, não contemplar, nem na sua própria formulação, o estabelecimento de correlações entre a previsão e o imprevisto. Se faz necessário que o planejamento comporte inclusive o que não pode ser visto e em primeiro momento, mas deve ser calculado dentro da imprevisibilidade (MORETTO, 2012).

3.4. Discursos sobre a importância de Diretoria e Núcleos na implantação dos Programas e Projetos de inclusão das TDIC.

Os enunciados aqui têm singularidade na análise por considerar que estes estão intrinsecamente ligados a um objeto e quais signos os acompanham em que enunciados e discursos não se distanciam se mantêm paralelos nos sentidos da ação. Para essa identificação perguntei sobre a participação da Diretoria e dos NTE na implantação de políticas de inserção das TDIC na educação.

O Profissional 01 (23/01/2017) enunciou que:

A DITE é ponto inicial de todas as políticas de informática na educação, de uso da tecnologia na educação. Então, ela... a partir... dos estudos dela é vão sendo lançadas propostas ou as propostas que vem de fora e então faz o ajuste para nossa Rede.

O enunciado acima valeu alguns destaques, considerando Oliveira e Nascimento (2014) quando relataram que as políticas públicas de inclusão de tecnologias desembocam nas escolas de cima para baixo. Esse tipo de aplicação política, em um país continental, com inúmeras nuances sociais, com diferentes comportamentos, inclusive, na concepção de Estado, coloca as políticas públicas em linha de colisão entre o mundo real e aquele idealizado a partir de olhares meramente técnicos. Tornam-se políticas que não atendem as especificidades de onde estão sendo inseridas. Isso porque acredita-se que as escolas, considerando a LDB (1996), as unidades educacionais no Brasil são autônomas. Mas essa liberdade do fazer também é limitada pela própria legislação que aponta algumas diretrizes no estabelecimento da democracia escolar.

O poder de rearticular a proposta política a necessidade local, conforme enunciou o Profissional 01 pode ser entendido, de acordo com Oliveira e Nascimento (2014), como sendo uma maneira de possibilitar que as estratégias de articular as TDIC e a sociedade educacional sejam uma das maneiras de se fazer jus a Carta de Jomtien (1990) e o Compromisso de Dakar (UNESCO, 2000) em democratizar o acesso e uso dos dispositivos digitais tecnológicos existentes nas escolas, como também atentar para os fins da educação nacional, segundo a LDB (1996).

O discurso também defendido por Linhares (29/01/2019) quando discursa na defesa da DITE e dos NTE em ter contribuído para a sua criação e gerenciamento”.

Para o Profissional 08 (29/01/2019) A DITE [...] “foi a pioneira no estado de

Sergipe a trazer as tecnologias para a educação”. Seu enunciado diz muito sobre o passado, contudo remete a um presente sem precedentes de eficiência e eficácia no seu papel de articuladora de política de inclusão das TDIC. Essa percepção do passado como órgão que fora o foco não é sozinha ela também já foi expressa por outros como o Profissional 01; o Profissional 03 e o Profissional 07 como memória coletiva de um passado brilhante.

O Profissional 07 (31/01/2019) diz que a Divisão tem como propósito o de “Promover atualização do processo ensino e aprendizagem mediante utilização das tecnologias de educação e comunicação”. Percepção também defendida pelo Profissional 01 (Op. cit.).

O Profissional 04 (31/01/2019) também retoma a memória para compor o perfil da DITE. Diz:

A resposta a esta pergunta merece uma resposta atualizada. Mas para não deixar de respondê-la voltarei ao passado, aproximadamente há 19 anos atrás, época em que trabalhei na Divisão. Presenciei nesse período, precisamente até aproximadamente uns dois anos antes da minha saída uma instituição que implementava as políticas públicas com empenho para desse certo, se pensava e se estudava a respeito, corria-se atrás de alternativas aos problemas que se apresentava e negociava-se perspectivas de melhorias. Implementar políticas públicas voltadas às TDIC na educação desse modo, o seu papel não é apenas de executora, mas de avaliadora delas, cujas observações aos órgãos competentes ajuda a melhorá-las.

Nessa linha de reflexão o Profissional 02 (06/02/2019) afirmou que os NTE foram de fundamental importância por se configurar como espaço de formação continuada na área das TDIC para os professores do estado e do município, respectivamente.

As reflexões sobre o passado nesse caso relatada pelos sujeitos da pesquisa casa-se bem como pensamento de Freire (2017) quando este defende uma reflexão que permita a realização do que é necessário para haver mudanças e que essas mudanças sejam por meio de ações concretas.

Nesta mesma linha do que seja os NTE o Profissional 03 (01/02/2019) trouxe o discurso de que a DITE tem a função de:

Sensibilizar e motivar as escolas para a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico;
Estruturar um sistema de formação continuada de professores no uso das novas tecnologias da informação, visando o máximo de qualidade

e eficiência;

Desenvolver modelos de capacitação que privilegiem a aprendizagem cooperativa e autônoma, possibilitando aos professores de diferentes regiões geográficas do estado e do país a oportunidades de intercomunicação e interação com especialistas, o que deverá gerar uma nova cultura de educação a distância;

Preparar professores para saber usarem as novas tecnologias da informação e comunicação de forma autônoma e independente, possibilitando a incorporação das novas tecnologias à experiência Profissional de cada um, visando a transformação de sua prática pedagógica;

Acompanhar e avaliar in loco o processo instaurado nas escolas. Os NTE facilitam o trabalho pedagógico da Divisão de Tecnologia – DITE com a multiplicação através de ações de formação continuada para professores da rede estadual e orientação para elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos didáticos com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), dificultando dessa forma o desempenho das ações propostas pela Divisão de Tecnologia (DITE).

Os discursos sobre a necessidade de controle das políticas públicas de inserção das TDIC perpassam pela necessária aplicação do controle social. Controle esse apoiado através dos dispositivos de Estado como a LDB e FUNDEB. São instrumentos que usados de forma a inferir sobre a aplicação de recursos financeiros à educação ajudam ao controle social.

Técnicos da educação e docentes têm a possibilidade de intervenção nas instâncias superiores de controle de gastos de recursos públicos na abertura de processos com a emissão de dados obtidos e percebidos quando da má aplicação dos recursos financeiros por gestores públicos.

Quanto aos projetos políticos o Profissional 01 (23/01/2017) discursou a respeito de quais projetos estariam sendo desenvolvidos pela DITE, destacou:

Rádio escola, as oficinas metareciclagem, oficinas de áudio e vídeo. Tivemos curso de informática inclusiva, tivemos cursos para professores que trabalhavam nos laboratórios como professor articulador. Tivemos curso de Linux para professores. Tivemos também cursos de uso de novas tecnologias. Tipo, assim, então... esses cursos... assim... a gente usou, através da metodologia de outros cursos do MEC e a gente fez o molde para... o corte do molde para o estado (23/01/2017).

O Profissional 01 (23/01/2017) destacou os programas e projetos desenvolvidos pela DITE, possibilitando uma linha histórica, como “O Vídeo Escola, Educação Patrimonial (dentro do TV Escola), Rádio Educ (Programa de rádio na

educação)". Em seguida, destacou o ProInfo com a distribuição de computadores (exemplo o ProInfo Urbano, tem o ProInfo Rural), PROINESP de informática inclusiva).

Esses ditos são identificados também nos trabalhos de Nunes (2012), Linhares (2008), que discursou sobre uma das TDIC (a internet) na prática docente, Melo (2014), que trouxe o Projeto UCA para as discussões sobre implementação de políticas à educação em TDIC.

Sobre o ProInfo, Programa que consiste na implantação de laboratórios de informática em escolas públicas municipais e estaduais e entidades sem fins lucrativos de Educação Especial, envolvendo o financiamento, a continuidade da formação e capacitação dos professores, através de curso presencial e a distância com vistas à aplicação desses recursos tecnológicos junto aos seus alunos especiais foi identificado nos arquivos da SEED (SEED, 2017).

Fez referência ainda (Profissional 01) ao Projeto Tô no mundo (que foi pela fundação "Oi telefônica" – Oi, Tô no mundo; temos agora a escola digital, com a escola educa mais da Fundação Oi, é... Vivo telefônica e Instituto Natura, Instituto Espirale". Na sequência, mencionou o UCA.

O Projeto Um Computador por Aluno (UCA) - uma iniciativa do governo Federal - foi implantado com o objetivo de intensificar as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Foi um projeto que complementou as ações do MEC referentes a tecnologias na educação, em especial os laboratórios de informática, produção e disponibilização de objetivos educacionais na internet dentro do ProInfo Integrado que promove o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio (23/01/2017).

Em um documento intitulado documento intitulado PROINESP, este faz menção aos cursos do Programa Nacional de Formação continuada em Tecnologia Educacional - ProInfo integrado, congregando a um conjunto de processos formativos, dentre eles o curso Introdução à Educação Digital (40h) e o curso Tecnologias na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TIC's (*sic*) (100) (SEED, 2017).

Ainda informou sobre os cursos que foram desenvolvidos na própria DITE como – "Sismolde, cursos de rede, cursos de Linux" e "outros vieram pelo MEC e outros foram criados por aqui. Evidenciei nas memórias relatadas por essa, um percurso

histórico dos programas e a ciência discursiva presente em seu relato.

Vale ressaltar que na página da DITE, dentre os programas relatados pelos sujeitos de pesquisa, encontrei no portal da SEED (2017) o programa “Educação a Distância – EAD, cujas ações e diretrizes foram indicadas:

Ações para serem desenvolvidas em atendimento às demandas:

Formação superior à distância para professores atuantes;

Formação por área específica;

Formação do educador com ênfase em EAD;

Capacitação continuada e em serviço de professores e demais profissionais da educação;

Capacitação de docentes para os novos ambientes de aprendizagem em EAD;

Formação do Profissional para trabalhar com EAD;

Formação de pessoal técnico e docente para elaborar material instrucional.

A partir dos aspectos abordados, a Coordenação de Educação a Distância da Divisão de Tecnologias de Ensino, estabelece como diretrizes básicas para nortear as suas atividades no Campo da Educação a Distância, o seguinte:

Desenvolver ações que venham democratizar o acesso de todos à educação;

Descentralizar as ações mesclando o ensino presencial com o ensino a distância, indo ao encontro do cursista que não pode vir até ela a partir do uso das tecnologias, uma nova concepção de Educação;

Possibilitar o desenvolvimento de estudos voltados para a apropriação das novas tecnologias a serviço da Educação;

Desenvolver programas que estejam em sintonia com as novas necessidades da educação através de ações que permitam a capacitação continuada e em serviço e a formação de profissionais da Educação da rede Pública de Ensino nas diversas áreas de atuação, através de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais;

Promover a interação com as inovações educacionais diretamente ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico na área das comunicações;

Estabelecer um sistema de parcerias, intercâmbio e cooperação com instituições nacionais e internacionais, visando a otimização de recursos humanos, financeiros e de instalações físicas.

Os enunciados expressos por Profissional 01 com relação a estruturação dos NTE e dos LIED podem ser compreendidos sob a perspectiva do discurso da tecnologia sob o termo dispositivo definido por Foucault (2000). Também encontra ressonância em Lévy (2014) quando este diz que as tecnologias digitais são o novo “bezerro de ouro”.

As diretrizes e ações transcritas acima podem ser identificadas como uma política denominada por Castells (2017, 190), como a “nova economia”. Ela tem sido resultada de uma série de intervenções, principalmente tecnológica, que visa, por

exemplo, minimizar custos e maximizar o tempo e a expansão de produtos, tudo através do uso das tecnologias da informação e das finanças. Também encontra eco no que Foucault (2008, p. 18) entendeu como uma economia política. Ela tem como prerrogativa enriquecer o Estado e manter a integridades relacionais entre os Estados. Isso por meio de uma visão que preconiza as práticas de um governo sem questionar tais ações.

Outra relação que pode ser feita é comparando os discursos acerca da educação no final do século XIX em que filósofos como Calkins (1950) discursou a educação como processo de cultivar os sentidos. Hoje, as tecnologias têm possibilitado que tais órgãos humanos executem suas habilidades tal como defendeu Calkins em plena era das revoluções industriais. Com ênfase hoje na visão e audição.

Sobral (2009), aponta que um dos discursos defendidos na educação é meramente político que se estabelece por meio de “[...] socialização e de comunicação [...]” em que possibilitará a formulação de subjetividades na formação intelectual do sujeito e se dá, pela educação através das práticas educacionais. Os discursos expressos por Profissional 01 apresentam esses diagnósticos no discurso político na sua concepção das razões e motivos da necessidade de implantar políticas públicas de inserção das TDIC.

Também aponta os mesmos projetos e programas desenvolvido pela DITE, no NTE

O Profissional 08 (questionário, 29/01/2017) acrescentou que o Estado tem desenvolvido outras ações sem o aporte do MEC. É o caso do “Projeto das Oficinas de Audiovisual e as capacitações do Google Forms”.

O projeto Oficinas audiovisual é elencado por Scaff (2014) como sendo uma prática que deva fazer parte do cotidiano dos sujeitos porque essa modalidade e produção social tecnológica é notório com o advento das tecnologias móveis digitais que passou a fazer parte do cotidiano das práticas sociais que comportam a produção e disseminação de imagens e sons. Segundo a autora esse meio de produção midiático ultrapassou a ludicidade e o entretenimento, para o uso político escolar e político cultural e claro na política de Estado e de governo como meio de expressão de discursos proferidos pelos governantes e gestores públicos. Essa concepção de disseminação de discursos de forma ampla tem a escola como espaço de legitimação social para fazê-lo.

A escola é segundo Beech (2009, p.339) é o espaço que deveria promover a correlação social entre os sujeitos por meio de integração social possível pela capacidade dos sujeitos se inter-relacionarem de diversas formas e com diversos recursos hoje existentes, como as TDIC. É o [...] “espaço de promoção a coesão social”.

CONSIDERAÇÕES.

A propositura deste trabalho foi o de postular sobre a implantação de políticas públicas de inserção das TDIC na Educação, por meio da análise do discurso, com o instrumental teórico de Foucault em documentos oficiais e em relatos de gestores envolvidos na implantação de programas e projetos no Estado de Sergipe.

No primeiro capítulo, procurei fazer o entrecruzamento dos conceitos de Estado, poder, TDIC e políticas públicas, de modo a embasar a análise das referidas políticas nos enunciados levantados, tanto da ação legislativa na produção das leis, quanto aos sujeitos fins de sua aplicação e aos espaços de micropoderes (SEED/DITE).

Reconhecer os discursos como objeto de empoderamento e conceber que há interrelação dos poderes de diferentes governos é condição primordial para compreender de como eles se mantêm em certa regularidade e realizam, propositadamente, rupturas ou descontinuidades na compreensão das políticas pública na perspectiva de Estado como de governo. Dito isso, essa compreensão foi discursada também pelos profissionais pesquisados, e nos programas e propostas políticas de inserção das TDIC.

Os enunciados discursivos evidenciam que as políticas de inserção das TDIC acompanhar a dinâmica da sociedade contemporânea. Sociedade que se encontra imersa na cultura digital.

O espaço público é legitimado para a construção e reconstrução de propostas políticas. O que ficou evidente foi que a operacionalidade do Estado na implementação de políticas públicas que abarcam as TDIC nas escolas da rede pública estadual, tem se distanciado das suas condições efetivas de realização.

Em seguida, procurei descrever os discursos sobre as políticas de inserção das TDIC que se fizeram presentes no período entre 2000 a 2015. Sua apuração demonstrou que as políticas de Estado são as que mais se efetivaram. Elas também tiveram descontinuidades e rupturas. Políticas de governo local, foram tímidas as suas iniciativas e essa timidez resultou no rompimento dessas ações como é o caso da manutenção dos laboratórios de informática nas escolas da rede estadual e da própria manutenção dos NTE já homologados e dos que nem tiveram essa ação ainda concretizada.

Essa ruptura é bem descrita, especificadamente, no mapa conceitual que trata de explicar como de fato aportou as políticas públicas de inserção das TDIC na educação sergipana. Discuta...

Com o aporte de conceitos bases desta tese, considerando ainda a identificação de discursos contidos nas políticas públicas com a finalidade de levar à educação sergipana tecnologias que são enunciadas como sendo o caminho para a melhoria da qualidade do ensino na educação básica, os discursos dos profissionais que trabalham na educação tiveram importância singular neste trabalho por considerar que eles foram os primeiros sujeitos políticos, portanto, com poderes de sensibilização, para essa demanda educacional.

Essas redes de conceitos e concepções possibilitaram inferir que há mais similaridades discursivas entre governo e Estado no tocante a políticas públicas em relação as intenções de sua eficiência e eficácia do que a convergência de discursos de manutenção de suas propostas. Compreensão essa pela concepção de que o estado brasileiro é concebido, do ponto de vista constitucional, como um Estado Democrático de Direito, contudo, as políticas com o viés a inserção das TDIC têm sido implementadas considerando o regime do direito (o acesso, o ter) sem o olhar da necessidade real dessas tecnologias a sociedade que se destina.

O recorte temporal delineado nesta pesquisa encontrou justamente a pontualidade de ações tanto de Estado quanto de governo. As peças políticas baseadas em uma legislação que não acompanha a dinâmica dessa rede local/global é outro ruído dessas comunicações. O ideal e o real não se entrecruzam. Andam em paralelos.

Discursos entendidos como prática, aparecem nos enunciados como um alerta de oposição a uma política neoliberal. Foram elementos discursivos que se revestiram de entusiasmos, mas que denunciaram o imediatismo na educação. Aliás, prática que é denunciada como ação que não possibilita a compreensão da dinâmica do mundo e constrói sujeitos subservientes.

Os discursos contidos em aportes legais de implementação das TDIC demonstraram que esse micropoder do estado (SEED/NTE/escolas) tem operado contra esse movimento e são ratificados pelos discursos dos sujeitos da pesquisa que enunciam ações contrárias a este Estado neoliberal na perspectiva de sujeito, o não dito.

A prática de erros é o discurso escondido, é o não dito. Encontrei ele no cruzamento dos discursos entre o discurso político legal e o discurso na prática (sujeitos da pesquisa). Segundo eles, essa prática comportamental política tornou-se objeto fundante de relações que coloca em jogo os interesses da mesma sociedade. Jogo de interesses políticos em que a continuidade, descontinuidade e o surgimento do novo deva ser parte singular das observações do comprometimento do Estado para com a sociedade.

O discurso do controle social aparece como sendo o mais razoável possível. Não o controle do ser, mas o controle do que se faz, como se faz e por que se faz. Tais incursões põem as propostas políticas sob um Panóptico de vigilância invertido e com ele a possibilidade de incursão para além o ineditismo e imediatismo.

Para um estudo futuro cabe aprofundar o olhar sobre a constituição de redes interativas, numa perspectiva global/local como estudo. Não que as redes de relações pessoais não existissem em outros tempos, mas, é a partir das três últimas décadas do século XX, até a metade da segunda década desse século XXI que essa rede não mais encontra o fio de Ariadne. Tornando-a uma rede intangível.

As análises dos discursos contidos nos documentos oficiais e nos enunciados dos profissionais possibilitou afirmar a tese de que as políticas públicas de inserção das TDIC encontram dificuldades de efetivação em razão de divergências de discursos entre as políticas de Estado e as políticas de governo, convergindo para o descumprimento de metas estabelecidas nas políticas de âmbito nacional e local.

Necessário emergir dessa rede de nós e dessa pirâmide engasgada e submergir como espaço de rede ponto a ponto, considerando os direitos de todos os cidadãos na constituição de uma sociedade igualitária sem desmerecer as diferenças que nos faz ser únicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Almeida (Org.). **Tecnologias na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007.

BARBOSA, Ivan Fontes. **Políticas públicas e informalidade na grande Aracaju**, 2003. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

BARROS, José Costa D' Assunção. **A escola dos Annales**: Considerações sobre a história do movimento. Revista História em Reflexão. Vol 4, n. 8, p. 1-29, Dourados: UFGD, 2010.

BARROSO, Rita de Cássia Amorim. **ProInfo em Sergipe e a política estadual de inserção das TIC na educação**: um olhar sobre a formação de professores nos NTE de lagarto e Aracaju. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tiradentes – UNIT. Aracaju, 2012. Disponível em: <<http://ppg.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2016/03/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O-PROINFO-EM-SERGIPE-E-A-POLI%CC%81TICA-ESTADUAL-DE-INSERC%CC%A7A%CC%83O-DAS-TIC-NA-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O.pdf>> Acesso em 09 jan. 2017.

BATISTA, Danilo Lemos. **Ambientes virtuais de aprendizagem no secondlife**: mapeando a ilha da educação. Orientação [de] Simone de Lucena Ferreira. Aracaju - SE: 2012. Disponível em: <http://ppg.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2016/03/DISSERTAC%CC%A7A%CC%83O-AMBIENTES-VIRTUAIS-DE-APRENDIZAGEM-NO-SECOND-LIFE.pdf>. Acesso em: 09 de jan. 2017.

BEECH, Jason; GVIRTZ, Silvina. Micropolítica escolar e coesão social na América. In: SCHWARZMAN, Simon; COX, Cristián. **Políticas educacionais e coesão social**: Uma agenda latino-americana. Tradução: Micheline Chistophe e Roberta Caldas. São Paulo: IFHC, 2009. p. 337-370.

BEDESCHI, Giusieppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.

BOBBIO, Norberto. Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

BENJAMIN, Valter. **Magia e técnica arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Paulo Rouanet. 8. ed. Obras escolhidas v.1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BLOCH, Marc Leopold Bejamim. **Apologia da história, ou, ofício de historiador**. Tradução: André Teles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992). Tradução de Rosa Freire de Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional**, Brasil. 3. Decreto Legislativo, Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Decreto de nº 6.094 de 2007. **Plano de Metas e compromisso Todos Pela Educação**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em 16/05/2017.

BRASIL. Decreto de nº 6.424 de 2008. **Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no Regime Público – PGMU**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6424.htm> Acesso em: 16/06/2017.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Políticas públicas e educação**. [São Paulo]: Fundação Carlos Chagas; [Campinas]: UNICAMP, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me_002485.pdf> 136p. Acesso em: 13 de dez. 2016.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Instituto **Censo Escolar da Educação Básica 2012 Resumo Técnico**. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escola - Situação do Aluno - Mapa das Escolas (2017)**. Disponível em:< <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2000-2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 12.249 de 2010**. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm>. Acesso em: 03/09/2018.

BRASIL. **Resolução de nº 24 de 16 de agosto de 2010**. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3406-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-24-de-16-de-agosto-de-2010>>. Acesso em: 07/06/2018.

BRASIL. **Decreto de nº 7.611 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06/04/2017.

BRASIL. **Portaria de nº 1.322 de novembro de 2012**. Fica delegada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão a gestão do Programa ProInfo Campo, sem prejuízo da participação de outros órgãos deste Ministério. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3595-portaria-n%C2%BA-1322-de-21-de-setembro-de-2011>>. Acesso em: 22/03/2018.

BRASIL. **Portaria de nº 68 de 2012**. Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do Pronacampo. Disponível em: < http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_68_09112012.pdf>. Acesso em: 06/10/2017.

BRASIL. Lei Nº 010.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, 9 de janeiro de 2001: 180º da Independência e 113º da República. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> > Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 25 de junho de 2014: 193º da Independência e 126º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública de inclusão digital** / Tribunal de Contas da União. - Brasília: TCU, Seinfra Aero Telecom, 2015. 76 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Informática na Educação** – ProInfo/Diretrizes. Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Secretaria de Educação a Distância – SEED. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional-ProInfo. Brasília, 12 de dezembro de 2007; 186º da

Independência e 119º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm>: Acesso em: 08 dez. 2016.

BRASIL, Ministério da Economia. OCDE. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. O histórico da OCDE e a recente aproximação entre o Brasil e o organismo internacional. Brasília: [21--]. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>> . Acesso em: 23 dez. 2016.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. 2. ed. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História cultural**. Tradução: Sérgio Gomes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALKINS, Norman Allison. **Primeira Lições das coisas**: Para uso dos pais (*sic*) e professores. Tradução de Ruy Barbosa. Obras Completas, V. XIII, tomo 1, Rio de Janeiro, 1950.

CARNEIRO, Raquel. **Informática na Educação**: representações sociais do cotidiano. V. 96. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. Tradução: Vera Lúcia Mello. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lurdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2010.

CIVITA, Fundação Victor. **Estudos e Pesquisas educacionais**: o uso dos computadores e da internet nas escolas públicas de capitais brasileiras. Relatório final. São Paulo: SITEC, 2009. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-computadores-internet.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da. **Informática na educação**: o programa de informatização na rede pública de ensino (ProInfo): o caso das escolas da rede estadual de ensino / Aracaju-SE. São Cristóvão, SE, 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2008.

COSTA, José Wilson da; BRESCIA, Amanda Tolomelli; TUFY, Sandra Pedrosa. Redes sociais e suas possibilidades de uso na educação. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org.). **Educação digital**: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 75-90.

DELICH, André; GISTAVO, Iaies. A reconstrução do “Comum” nos estados nacionais do XXI. In: SCHWARZMAN, Simon; COX, Cristián. **Políticas educacionais e coesão**

social: Uma agenda latino-americana. Tradução: Micheline Chistophe e Roberta Caldas. São Paulo: IFHC, 2009. p. 337-370.

DEWEY, John. **Coleção Educadores**. Tradução: José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues. Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (Org.). – Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

DOMINGUES, Ana Sabrina de Oliveira Leme. **A rede social Facebook e a construção do ethos político por meio dos discursos**. São Cristóvão, SE, 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

DOSSE, François. **A história**. Tradução: Maria Helena Ortiz Assunção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERGUSON, Martin. Estratégia de governo Eletrônico: O cenário internacional em desenvolvimento. In: Eisenberg, José; Cepik, Marco. **Internet e política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. (org.). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 1. ed. São Paulo: 2013.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República**. Prefácio Fábio Konder Comparato; apresentação de Antônio Candido; coordenação Maria Arminda do Nascimento Arruda. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Maria Onilma Moura. **Competências em tecnologias digitais na educação superior no brasil e em Portugal**. Tese. 2015, 310 f. Doutorado em Educação: Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/>. Acesso em: 06 de dez de 2017.

FERREIRA, Jalmelice da Luz. **Os usos das TICs no desenvolvimento da leitura e escrita no ensino fundamental**, 2012. 116 f. Mestrado em Educação, Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.ppgeduc.uemg.br/wp-content/uploads/2016/06/TD9140967285.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. **João Alves Filho**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alves-filho>. Acesso em: 03 jan. 2017.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, v. 114, 2001.

FLORES, Elaine Aparecida Pereira. **Um olhar crítico-construtivo sobre curso de formação do PROINFO Integrado na Educação do Campo**, 2015 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino), Fundação Universidade do Pampa, Bagé. Rio Grande do Sul, UNIPAMPA/Câmpus Jaguarão. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2999235#. Acesso em: 17 jan. 2017.

FNDE, Legis. Um Marco na Legislação do FNDE. Programa Nacional de tecnologia Educacional – ProInfo: **Orientações**. Brasília: 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?cod_menu=375&cod_modulo=21&acao=abrirTreeview>. Acesso em: 01 de abr. 2017.

FONSECA, Genisson Alves da. **Implantação da Educação a distância via internet na Universidade Federal de Sergipe**: um conjunto de diretrizes. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-graduação em Educação, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Florence Universitária: 2014b.

FOUCAULT, Michel. **A palavra e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. Martins Fontes: 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Santiago. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Tradução: Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 107-169.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1978-1984. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. Estuda a Razão do Estado. In: **Ditos e Escritos, Volume X**: Filosofia, diagnóstico do presente. Tradução de Abner Chiquieri. 1. Ed. Rio de Janeiro: Florence, 2014c.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 55. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. **Pesquisa qualitativa em educação**: métodos e epistemologia. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012

GENTILINI, João Augusto. Computadores, informática e educação: questões sobre a gestão de programas de inclusão digital no Brasil. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org). **Educação digital**: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 39-57.

GOIS, Maria Lucia de. **As políticas públicas de Educação Profissional do Estado de Sergipe a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas reformas**. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-graduação em Educação, Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Cristóvão SE, 2005.

GONÇALVES, Carla Fernanda. **Tecnologias digitais da informação e comunicação no ensino e na aprendizagem de história**: representações sociais de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. PUC Minas, 2005. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2963409#>. Acesso em: 28 jan. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter, Vértice: São Paulo, 1990.

HINKEL, Thiago Alonso. **Trajetórias de Letramento Digital de Professores de Língua Portuguesa: Da Formação Inicial à Ação Docente**. Dissertação defendida em 10/12/2014, 122 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade da Região de Joinville, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Joinville: 2014. Disponível em: http://univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html?action=readFile&file=HINKEL_Thiago_Alonso.pdf¤t=/Resumos_das_Dissertacoes/Turma_III. Acesso em: 28 dez. 2016.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessado em 26 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. 57. reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas Educativas, Currículo e Didática. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (Org). **Temas de Pedagogia**: diálogos entre a didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. p. 534-551.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil. Estado da população**. I – População do Brasil na data dos Recenseamentos. 1 Discriminação por Unidades da Federação. – 1.º-IX-1940a e 1.º VII-1950 Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1952/populacao_a1952aeb_02.pdf. Acesso em: 08 dez. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013 / IBGE. **Coordenação de Trabalho e Rendimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf> Acesso em: 06 jan. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Situação Demográfica**. Estado da população. I – I – População do Brasil na data dos Recenseamentos Gerais. 1 Discriminação por Unidades da Federação. – 1.º -IX-1940 Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1952/populacao_a1952aeb_11.pdf. Acesso em: 08 dez. 2016.

IBGE. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. **Crianças e adolescentes: indicadores sociais**. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. V. 4. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1992_v4.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Volume I. Tradução: Ruy Oliveira. Lisboa, Portugal: 1982.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 2014, 272 p.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCH, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Ivonaldo Pereira de. **As tecnologias digitais de informação e comunicação na prática docente da Escola Estadual Almeida Cavalcanti**. São Cristóvão, SE, 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

LINHARES, Maria Conceição da Silva. **Comunicar é aprender: As experiências de aprendizagem colaborativa via internet entre escolas de Aracaju**. São Cristóvão, SE, 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão SE, 2008.

MALHEIROS, Neusa Nunes. **Inserção das tecnologias na política pública de Educação: um estudo dos laboratórios de informática educativa nas escolas da rede municipal de ensino de Aracaju**. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-graduação em Educação, Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Cristóvão SE, 2005.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceptuales y Aprendizaje significativo**. In: O ENSINO. Revista Galáico Portuguesa de Socio Pedagogía y Socio Lingüística, Pontevedra, Galicia, España y Braga, Portugal, Nº 23 a 28: 87-95, 1988. Traducción de Ileana María Greca. Disponível em: < <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasesp.pdf>> acesso em: 09 de jun. de 2017.

MARCON, Karina. **A inclusão digital na formação inicial de educadores a distância: estudo multicaso nas universidades abertas do brasil e de Portugal**, 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Educação), Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/117771>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Volume 1. Livro primeiro. O

processo de produção do capital. Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1996.

MELO, André Luís Canuto Duarte. **Olhares sobre as lousas digitais interativas: o caso do IFS Campus Estância**. São Cristóvão, SE, 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

MELO, Daniele Santana de. **Projeto UCA em Sergipe: análise da inclusão sociodigital e da formação continuada em serviço dos professores em uma escola da rede pública**. São Cristóvão, SE, 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na educação: O que você precisa saber sobre**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MORESCO, Berenice de Fatima da Silva. **Processos educacionais na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência pela interface de tecnologias digitais**, 2015 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2687239#> Acesso em: 17 dez. 2016.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NUNES, Andréa Karla Ferreira. **Diversão de tecnologia de ensino de Sergipe (DITE): idem criação consolidação e contribuição para o uso das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas públicas sergipanas (1994 - 2007)**. São Cristóvão, SE, 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão SE, 2012.

ODCE. **Education at a Glance 2015: OECD Indicators**. Panorama da Educação 2015: Indicadores da OCDE. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Antônio de. **Objetos virtuais de aprendizagem para o ensino de geometria na escola: possibilidades e limites**. São Cristóvão, SE, 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática), Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão SE, 2013.

OLIVEIRA, Ana Paula Cavalcante de; NASCIMENTO, Maria José Soares. Políticas públicas e gestão dos laboratórios de tecnologias educacional no estado de Sergipe. In: SOUZA, Divanizia do Nascimento (Org.). **Mídias na Educação: sob o olhar de professores autores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

OLIVEIRA, Kecia Karine Santos de. **As percepções dos professores de matemática da rede pública municipal de Aracaju/SE frente às tecnologias digitais na escola**: da implantação ao processo de ensino. São Cristóvão, SE, 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão SE, 2015.

PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Burocracia Pública na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/Burocracia_Publica_construcao_Brasil.pdf. Acesso em: 13 nov. 2016.

PEREIRA, Max Augusto Franco. **A lousa digital interactiva na rede pública municipal de ensino em Aracaju**: uma tecnologia digital de informação e comunicação como vetor de transformação cultural. São Cristóvão SE, 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão SE, 2015.

PLÁCIDO, Maria Elze dos Santos. **Formação Continuada de professores**: análises sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC na organização do trabalho pedagógico. Dissertação de mestrado, apresentado ao Núcleo de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, 2011, 123p. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4731/1/MARIA_ELZE_SANTOS_PLACIDO.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.

SANTANA, João Rogério Menezes de. **A Inserção das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) na Educação**: um estudo no município de Aracaju. TCC defendido na Universidade Federal de Sergipe, na modalidade *Latu Sensu*. CEMEB/UFS. Itabaiana, SE, 2009.

SANTANA, Orlando de Carvalho. **A proposta educativa do Comitê para a Democratização da Informática em Sergipe**: um estudo de caso. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-graduação em Educação, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Cristóvão SE, 2016.

SANTOS, José Carlos. **Projeto Kidlink**: educação e cidadania no ciber espaço - um desafio para a educação. São Cristóvão, SE, 2008. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão SE, 2008.

SCKAFF, Dênia de Fátima Cruz. **Semeando a Cultura audiovisual no Rio Grande do Norte**: a experiência das oficinas de vídeos coletivos Caminhos e Comunicação & Cultura. Dissertação de Mestrado em Estudo da Mídia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Ciências Humanas. Letras e Artes. Programa de pós-Graduação em Estudos da Mídia, natal, 2014. Disponível em:< https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20187/1/DeniaDeFatimaCruzSckaff_DISSERT.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

SCHNEIDER, Henrique Nou. **Informática e Educação**. In: SCHNEIDER, Henrique Nou. A educação na era do conhecimento. Aracaju: SESI, 2011, p. 31-60.

SERGIPE (Estado). **Lei de nº 3.373**, de 31 de agosto de 1993. Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SEED, e dá outras providências correlatas. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/leis-ordinarias/leis-ordinarias-imprimir/?Numerolei=1748>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SERGIPE, **Ofício circular de nº 28/94** de 21 de julho de 1994. Solicita a liberação de técnicos da Diretoria de Educação envolvidos no Projeto Vídeo Escola e no Programa Salto para O Futuro, para participarem do I Curso de aprofundamento de linguagem LOGO. Sergipe, 1994.

SERGIPE, Divisão de Tecnologia de Ensino. **Programa PROINESP**. SEED, 2017. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/portais/dite/programa.asp?cdprograma=6>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SERGIPE, Divisão de Tecnologia de Ensino. **Programa ProInfo Integrado**. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portais/dite/programa.asp?cdprograma=10>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SERGIPE, Divisão de Tecnologia de Ensino. **Um computador por aluno – UCA**. SEED, 2017. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portais/dite/programa.asp?cdprograma=26>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SERGIPE, Palácio Museu Olímpio Campos. **Governadores do Estado (1889 até os dias de hoje)**. Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/governadores.jsp>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SERGIPE. [Estado de Sergipe]. Assembleia Legislativa. **Constituição do Estado de Sergipe**. Aracaju, 05 de outubro de 1989. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70454/SE-EC-41.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SILVA, André Chaves de Melo. **Imagens televisivas e ensino de História: representações sociais e conhecimento histórico**. 01/03/2010, 574 f. Doutorado em EDUCAÇÃO, Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP. 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02082010-142418/publico/ANDRE_CHAVES_DE_MELO_SILVA.pdf. Acesso em: 23 jan. 2017.

SILVA, José Gomes da. **POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESPANHA**. Tese de doutorado. Universidade de Salamanca. Programa de Doctorado: Perspectivas Histórica, Comparada y Política de la Educación. 2016.

SILVA, Neilton Costa da. **As tecnologias da informação e da comunicação e o processo ensino-aprendizagem: nova paisagem, novas sensibilidades (uma abordagem LÉVYniana)**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2006.

SOBRAL, Maria Neide. Um discurso sobre as TIC e a prática educativa intercultural em EAD. In: MACHADO, Glaucio Couri. SOBRAL, Maria Neide. (Org.) **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009, p. 39-64.

SOBRAL, Maria Neide. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal (1910-1920). São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOBRAL, Maria Neide; RAMOS, Natália. Pedagogia *online*: Abordagem intercultural sobre os discursos de integração das tecnologias da informação e comunicação à educação em Portugal (2005-2010). In: ARAÚJO, Maria Inês Oliveira. **Conceitos e percursos da educação sob os diferentes olhares** (Org.). Maceió: Edufal, 2015, p.147-188.

SOUZA, Adriana Alves Novais. **O Facebook como ambiente de aprendizagem**: uma análise da práxis presencial mediada pelo conectivismo pedagógico. São Cristóvão SE, 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SOUZA, Divanizia do Nascimento (Org.). **Mídias na educação**: sob o olhar de professores autores. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2014.

TEIXEIRA, Andréa Cristhina Brandão. **As tecnologias digitais de informação e comunicação no complexo escolar da rede pública estadual de Santana do Ipanema**. São Cristóvão, SE, 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.

TENÓRIO, Robinson. **Computador de Papel**: máquinas abstratas para um ensino concreto. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2017.

UNESCO. **Educação Para Todos**: O compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO-CONSED. 20001. 70 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2017.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do. Inclusão digital na alfabetização: importância da aprendizagem inicial na vida de todos. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org.). **Educação digital**: a

tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 122-144.

WEISS, Alba Maria Lemme. **A informática e os problemas escolares de aprendizagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ANEXOS

6.1 Anexo Roteiro de QUESTIONÁRIO,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO (DOUTORADO)
CAMPUS PROF. JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS
(APOIO-FAPITEC)**



Prezado/a Participante,

Este roteiro é parte da pesquisa “História e memória das políticas públicas de inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação na educação básica em Sergipe (2000-2015)”. Nosso objetivo geral é ‘Historiar, a partir de discursos de gestores e equipe técnica pedagógica, a efetivação e/ou inserção das políticas públicas das TDIC na Rede Estadual de Ensino do Estado de Sergipe, (2000-2015). Sua opinião é muito importante para nós e contamos com sua colaboração e, desde já, agradecemos.

PROJETO/TESE: História e memória das políticas públicas de inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação na educação básica em Sergipe (2000-2015. Sob a orientação da Professora Dr.^a Maria Neide Sobral

QUESTIONÁRIO¹⁴

1ª PARTE (CARACTERIZAÇÃO)

- 1) Nome: _____ Data: _____
- 2) Sexo: () Feminino () Masculino Idade: ____ anos
- 3) Vínculo funcional: _____ 4) Tempo de vínculo: _____
- 6) Qual DR (Diretoria Regional) está vinculado (a) _____
- 7) Setor que ocupa: _____
- 8) Cargo que ocupa: _____

¹⁴ A elaboração deste questionário tem como base, além dos objetivos e questões desta pesquisa, a tese de que o seu enfoque é ‘crítico-participativo’ através de visões históricas e experiências, considerando ‘percepções, intuições e reflexões’ e ainda ‘a compreensão do contexto cultural, da realidade, por meio de vivências e, a ‘relevância’ que tem o objeto aqui de ter ou não ‘significado’ para os entrevistados e consequentemente para os sujeitos fins do processo educacional (estudantes) e a sociedade (TRIVIÑOS, 2013, p.116-117).

2ª PARTE (FATOS)

1. Poderia descrever como você (*razões e ou motivações*) chegou '*a Divisão, ao Setor, a Diretoria, ao Núcleo e/ou a Secretaria?*'
2. Quais funções ocupou ao longo do percurso na DR/ou SEED
3. Qual o papel (*da Divisão, do Setor, da Diretoria, do Núcleo e/ou da Secretaria*) na implementação das políticas públicas voltadas as TDIC na educação?
4. Qual o papel do Estado na elaboração de Políticas Públicas ou na recepção de propostas de políticas que buscam inserir as TDIC na educação?
5. Como se deu o processo de organização e implantação dos NTE?
6. Quais os Programas/ projetos são desenvolvidos pela DITE/
7. Quais desafios e possibilidades desses programas/projetos podem ser elencados?
8. Como se deu a formação inicial/continuada nos NTE para a inserção das TDIC às práticas pedagógicas?
9. Há projetos que são elaborados sem o aporte Federal? Quais?
10. Qual o impacto desses NTE, na prática, nas escolas às quais estão incluídos?
11. Qual a estrutura, incluindo
 - a) Estrutura física e de rede?
 - b) Apoio pedagógico
 - c) As relações entre os NTE
12. Como você descreve as políticas públicas para inclusão das TDIC na Educação?
13. A Secretaria recebeu algum tipo de suporte (humano e ou material) na recepção das políticas de inclusão das TDIC? (*se sim*) pode descrever, por favor, as que relembram?) *Se não*, pode descrever quais os porquês?
14. A rede Estadual de Educação estava preparada para a recepção das políticas que incorporam as TDIC? (*Se sim, ir para a seguinte. Se não, ir para a 16ª*)
15. Como você descreveria esse preparo?
16. O que poderia elencar como interferências na inclusão de políticas de inclusão das TDIC na Rede Estadual de Ensino?

Obrigado (a) pela participação.
 João Rogério Menezes de Santana
 Maria Neide Sobral